Diário de Lisboa

Fevereiro 1977
Sexta-feira
11
Ano 56.º
N.º 19 276
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

Terrorismo em Espanha tem apoio de oficiais do Exército

BAYONNE, 11 (Especial por C. S. para o «DL») — O Governo espanhol impôs ontem a censura às informações que se refiram às investigações em curso sobre os autores dos atentados terroristas das semanas passadas.

Esta decisão governamental é sintomática, pois tem lugar no momento em que já ninguém duvida que por trás das siglas que reivindicaram os atentados (G. R. A. P. O., «Triplo A» espanhol ou o quer que seja) se encontra a mesma mão criminosa e a mesma inspiração fascista. Sem exagerar a importância que possa ter a participação de mercenários estrangeiros na execução de tais actos, um clamor, cada vez maior, da Oposição, vem exigir desde há tempos o desarmamento dos bandos fascistas que actuam às claras, tais como os «Guerrilheiros de Cristo Rei» do «elpista» Sanchez-Covisa.

Neste contexto importa assinalar que nos meios de Informação espanhóis tinham ultimamente, começado a circular algumas listas de elementos conhecidos pelo seu activismo político e fortemente suspeitos de estarem implicados na inspiração dos actos terroristas.

Entre eles destacam-se alguns oficiais do Exército espanhol, tais como o comandante Cândido Acedo que não é um desconhecido em Portugal. Com efeito, o seu nome apareceu vinculado ao julgamento do ex-«pide» Marques em França («DL» 6/12/76), sabendo-se também que estava encarregado dos contactos entre os serviços secretos espanhóis e organizações terroristas portuguesas como o E. L P.

Acedo foi chamado para fazer parte dos Serviços Especiais criados em 1973, pelo primeiro-ministro Carrero Blanco, recebendo a missão de organizar um aparelho repressivo conhecido por «ATE» com o objectivo de castigar os membros da E. T. A. tanto no território basco-espanhol como em território basco francês.

Actualmente, Acedo parece estar adstrito aos serviços de segurança do rei.

Outros oficiais conotados são o tenente-coronel Fajardo (da Escola do Estado-Maior), cujos filhos são «guerrilheiros de Cristo Rei»; o comandante e o capitão Cabanas, ambos irmãos, seguindo este cursos de Estado-Maior; e o capitão Blanco.

Este grupo de oficiais destacou-se particularmente no dia do sequestro do general Villaescusa como organizadores da reunião subversiva de oficiais no Casino Militar de Madrid («DL» 7/2/77). Foram eles também os agitadores de grande número de militares que, durante o funeral dos polícias assassinados, chegaram a interpelar o tenente-coronel Gutiérrez-Mellado, vice-presidente do Governo.

A implicação destes e doutros oficiais do Exército espanhol no terrorismo ultrafranquista será uma das razões da confessa impotência do Governo de Suarez para combater o terrorismo e do medo às consequências da sua identificação e eventual inculpação pública?

O eco que este punhado de oficiais fascistas, vinculados a organizações do ultrafranquismo, pode ter no seio das Forças Armadas espanholas parece ser a questão decisiva no momento de nos interrogarmos sobre a viabilidade de um golpe de Estado militar direitista que, desde agora, e provavelmente durante bastante tempo, penderá como espada de Dâmocles sobre a frágil transição do franquismo para a Democracia.

OBJECTIVO PRÓXIMO DA FINANÇA INTERNACIONAL

DESVALORIZAR O ESCUDO

O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Europeu de Investimentos aumentam, cada vez mais, as pressões sobre o Governo do Partido Socialista com vista à desvalorização do escudo e ao aumento das taxas de juro.

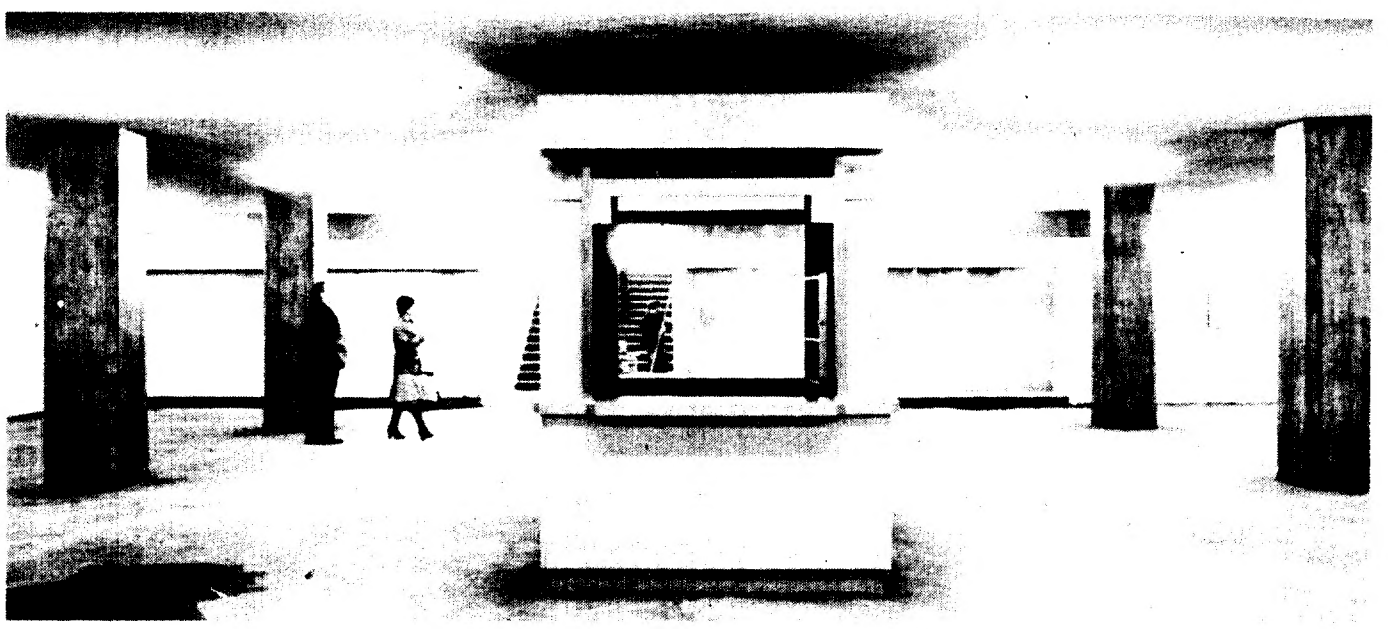
Tais exigências da finança internacional, que aparecem estreitamente ligadas aos empréstimos externos, apontam ainda — segundo fonte próxima do Governo — para o fim das contingentações nas nossas importações e para a imposição de técnicos «de confiança junto dos principais bancos, colocando assim os economistas portugueses ante a perspectiva de meros «gestores teleguiados do capitalismo americano e europeu».

A aceitação de tais exigências, que além da desvalorização do escudo, visam essencialmente a liberalização dos preços e dos despedimentos, as indemnizações ao grande capital e as desnacionalizações, podem ser trágicas para a frágil economia portuguesa.

Exportadores portugueses, nos seus contactos com clientes e meios comerciais estrangeiros, têm sido com frequência colocados perante essa perspectiva, que lhes é apresentada como «factor útil» para aumentar as exportações.

As dificuldades da nossa economia poderão, se tais pressões se concretizarem, agravar-se substancialmente, dado o enorme desequilíbrio da balança comercial, muito dependente do exterior em matérias-primas para indústrias que são a base principal dos nossos produtos de exportação.

A citada fonte, próxima do Governo, admite como provável para já o aumento das taxas de juro. Quanto à desvalorização do escudo o Governo ainda resiste.



O novo átrio Norte da estação dos Restauradores praticamente deserto

Ampliação do "Metro" dos Restauradores passou despercebida do público

Poucas das pessoas que todos os dias viajam no «Metro» sabiam esta manhã que na estação dos Restauradores foram abertos um novo átrio (topo Norte) e quatro acessos que dão para a Avenida da Liberdade, Calçada da Glória e Rua dos Condes. De modo que, como a reportagem do «D.L.» pode constatar, as dificuldades no acesso ou na saída da estação dos Restauradores era esta manhã a mesma de todos os dias.

«As pessoas ainda desconhecem que isto já existe, apesar de ontem já se falar muito neste átrio» — foi assim que nos falou o «bilheteiro» Francisco Mendes, que trabalha no novo átrio daquela estação. Ao assinalar que o movimento da bilheteira fora até àquele momento escasso ou «muito pouco», aquele trabalhador do «Metro» adiantou também os benefícios que podem resultar com o novo átrio e os novos quatro acessos ou saídas esta manhã inauguradas, sobretudo para quem todos os dias larga o «Metro» nos Restauradores e apanha o elevador da Glória ali em frente. «São sempre três ou quatro minutos que se poupam saindo ou entrando por aqui em vez de se dirigir para a saída Sul».

As pessoas com quem falamos, e que antes saíam pelo topo Sul (em direcção à estação do Rossio), tinham ouvido falar dos novos acessos ontem nos órgãos de Comunicação Social mas ainda hesitavam antes de se dirigirem para a nova escada. Uma indicação de saída apontando para a Avenida da Liberdade, Rua dos Condes e Calçada da Glória era o suficiente para evitar equívocos, mas uma escada de madeira, com a indicação, ao lado, «Escada Provisória-instalação próxima de escada mecânica», «obrigava» os utentes do «Metro» a pensar duas vezes.

Dentro de um mês a feição do novo átrio será bastante diferente, porque estarão em funcionamento cinco lojas do corredor que liga a saída à Rua dos Condes - Avenida da Liberdade. Cinco lojas, cujo ladrilho esta manhã cerca de dezena e meia de trabalhadores da construção civil se apressavam a cimentar, servirão para a exploração comercial.

Após as obras finais, o átrio Norte da estação apresentará pilares de betão envernizados, e parede também de betão e de cor harmonizada com os elementos existentes. Escusado será referir a justificação da sua construção, que visa segundo um comunicado do Metropolitano «assegurar ao público, vias de acesso de acordo com o movimento actual e o futuro da estação, tendo em vista as ligações já construídas e as previstas».

Morte do presidente é problema para Indira
(Pág. 17)

C.G.T.P. apoia trabalhadores em luta
(Pág. 8)

24 PÁGINAS

Nacional

A REMODELAÇÃO E A REORGANIZAÇÃO

Com o Primeiro-Ministro a fazer as malas para um primeiro circuito europeu, alguns jornais não se cansam de anunciar aos seus leitores que está a ser preparada uma «remodelação» do Governo. Surgiu agora a expressão «recomposição». E, frequente, são apontados nomes. Nomes de ministros que ficam, nomes de ministros que serão substituídos. Um semanário dá a lista dos ministros que «se distinguem dos restantes pela forma corajosa como têm posto os portugueses ao corrente do drama que estes enfrentam». O nome de Manuel Alegre, após a sua comunicação sobre a situação da chamada Imprensa estatizada, foi colocado na lista dos «que têm tentado efectivamente governar», depois de ter andado na lista dos que partiriam. A «direita» faz as suas escolhas, faz as suas contas.

E faz contas erradas. E os seus juízos de valor variam ao sabor da fortuna e do tempo.

Há dias a área da economia e das finanças, com excepção de António Barreto, deveria ser radicalmente remodelada. Hoje, o nome de Medina Carreira é incluído na lista, breve aliás, dos que «se distinguem pela forma corajosa», etc., etc. A «direita» põe as cartas na mesa. O seu jogo inspira-se na regra antiga: dividir para reinar, intrigar para dividir.

Não gostam de Sousa Gomes; não gostam de Manuela Silva; não gostam de Trigo de Morais. Vão, portanto, insinuando, avançando: «Quanto à Indústria sabe-se que Mário Soares já dirigiu alguns convites, aguardando-se a todo o momento a indicação da personalidade que irá ocupar aquele importante cargo.»

Também não gostam de Marcelo Curto e apostam na sua substituição por Maldonado Gonelha. Têm candidatos para os Assuntos Sociais; para a Justiça; para a Coordenação Económica. Houve já quem perguntasse a Mário Soares por que não nomeava ministro o doutor fulano de tal. O jogo é feito a descoberto.

A «direita» — com apoios internacionais que a comprometem — pretende outro Governo. Não, não se trata da «remodelação» ou da «recomposição» deste Governo. Trata-se de um Governo com outra composição, outro programa, outro apoio parlamentar.

Entretanto vai-se tecendo a intriga à volta do próprio Primeiro-Ministro. Adianta-se que a «remodelação é inevitável». Sabe-se que o «Presidente da República deverá convocar brevemente o dr. Mário Soares solicitando-lhe que recomponha o seu Governo». Considera-se que a atitude de Mário Soares, não preenchendo como lhe competia «os postos vagos para que o Governo se mantivesse em condições de responder às dificuldades que o País enfrenta», é incompreensível.

A Mário Soares censura-se que continue «a manter-se numa posição de lassidão quanto a este momentoso assunto». A pressão é constante; a intriga é habilidosa; claros são os objectivos. O Governo socialista está sob o fogo. Só a esperança da «remodelação» vem adiando o ataque frontal da «direita».

Ataque que o encontrará desamparado, desacompanhado, se continuar entregue a si próprio, ao orgulho da própria solidão, e a incorrer no pecado de apaziguar a «direita», cedendo-lhe terreno, fazendo-lhe concessões no domínio dos princípios, das medidas administrativas e da selecção de quadros.

A experiência dos outros povos, e a nossa breve e tumultuosa experiência, já mostraram que uma força política da «esquerda» não pode governar a contento da «direita». Basta-lhe interpretar, à luz do dia e apoiada no voto popular, a vontade da corrente maioritária que está empenhada na transformação da sociedade portuguesa. As metas estão inscritas na Constituição. A «direita» está contra esta Constituição. A «direita» é antidemocrática e é anticonstitucional.

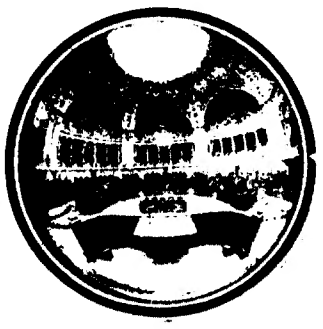
As pressões da «direita» quanto à «remodelação», ou «recomposição» do Governo e as censuras à «lassidão» do Primeiro-Ministro, nada têm que ver com uma crítica de «esquerda» ao desconexo funcionamento do Governo, à sua falta de operacionalidade, aos erros de critério selectivo que na sua composição se verificam e aos erros políticos já cometidos.

Mas o aspecto principal da crise governamental parece-nos resultar das estruturas de coordenação e dos bloqueios burocráticos. Por razões que atingem o anedótico, os departamentos estão mal arrumados. O Governo, apesar das economias de pessoal e de títulos em relação aos últimos governos provisórios, continua a ser uma máquina extensa, pesada, descoordenada. Os secretários de Estado e os subsecretários estão, em casos frequentes, reduzidos ao desempenho de funções de directores-gerais; os directores-gerais, na maioria dos casos, são pagos como tais, mas estão desprovidos ou desanimados para o exercício das competências que quadram à função e para a responsabilidade e a iniciativa. Sob o signo da «partidarite» instituiu-se o reinado da mútua protecção, da mútua conivência, da promoção de camaradas e compadres. Criou-se um novo oportunismo, surgiu uma nova classe de oportunistas. O «cartão do partido» veio juntar-se à praga dos diplomas e dos certificados. Nos paraísos da burocracia vive-se afogado em papéis, em relatórios, em projectos. As comissões de estudo, de reestruturação, de reorganização consomem horas e horas de trabalho útil. O País espera. A burocracia empata. E o Governo?

O Governo, para governar, terá que se remodelar. Terá que se reduzir a um corpo coeso e operacional. Os cargos governamentais não são dignidades que se distribuam a áulicos; são responsabilidades que se confiam a homens políticos. E o Governo, que é um órgão político executivo, e não um conselho de administração, deverá servir-se dos tecnocratas, sem se converter na burocracia política de uma tecnocracia imperante e indecisa.

Reorganizar a estrutura governamental é condição prévia de qualquer remodelação útil. E o Primeiro-Ministro tem que saber concentrar e descentralizar; tem que saber concentrar a orientação política e que saber descentralizar as decisões. O plenário do Conselho de Ministro não é o lugar onde se discutem as decisões administrativas, é o lugar onde se traçam as orientações políticas que inspirarão as decisões administrativas.

Sem uma reorganização estrutural qualquer «remodelação» reduzir-se-á, com vantagem ou com desvantagem, à substituição das pessoas. O problema é mais fundo. E esse, sim, é inadiável.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Não chega pedir "tréguas"

Enquanto Sá Carneiro manifestava ontem à Câmara, o «regozijo profundo» do seu partido pela «integração» de Portugal na Europa dos monopólios, do capitalismo, da exploração, em suma, no Mercado Comum, Octávio Pato declarou momentos depois, «sem alarmismo mas também sem ilusões irresponsáveis» que «a democracia portuguesa vive um período muito difícil e perigoso».

As intervenções dos dois conhecidos dirigentes políticos, e o início da discussão sobre o decreto-lei dos despedimentos, cuja sujeição a ratificação foi pedida pelo P. C. P., dominaram a sessão de ontem em S. Bento.

O líder do P. S. D., numa subtil inflexão táctica (desta vez não hostilizou «francamente» o Governo P. S.), com ar confiante, considerou ainda, sobre a «integração europeia», que todas «essas forças que a apoiam devem ser chamados a um acompanhamento participativo não só da evolução política como das próprias negociações».

Octávio Pato, como que em resposta ao apelo do Primeiro-Ministro, no Porto à «trégua», dados os perigos do fascismo, advertiu para o risco de «colapso económico», e lembrou que «o combate ao fascismo não é, com efeito, compatível com alianças ou compromissos comprometedores e envenenados com a direita, os quais tendem a sujeitar o Governo P. S. a uma manobra envolvente que nem sequer esconde os seus objectivos reais de assalto ao Poder».

Sá Carneiro lembrou ainda que a adesão apenas será efectiva após «um período de pré-adesão nunca inferior a três ou quatro anos» para que «saibamos, todos aqueles que são favoráveis à integração europeia, unir-nos neste esforço, para que resulte a acção do

Octávio Pato: «período difícil e perigoso»

Sá Carneiro: «viva o Mercado Comum!»

Governo».

O dirigente do P. S. D. fugiu habilmente ao seu interpelado, a respostas directas. Pareceu muito optimista. Terá isto que ver com a propalada remodelação ministerial, prevista para depois do regresso de Mário Soares da sua viagem pela C. E. E. A decantada «maioria presidencial» irá agora funcionar?

Octávio Pato acentuou, ouvido atentamente, que as «tréguas», para serem aceites exigem «sinceridade de propósitos e coerência nos actos», lembrando os ataques à Reforma Agrária, e a recuperação capitalista e imperialista no nosso país. E classificou o comunicado do Governo da passada quarta-feira como «acto de lamentável hostilidade contra os trabalhadores, uma ameaça inqualificável contra os direitos e conquistas, consagrados na Constituição».

«É tempo do Governo ser coerente com os apelos do seu Primeiro-Ministro e entender que os perigos para a democracia não vêm dos trabalhadores, não vêm da esquerda, vêm da direita, da reacção e do fascismo». Vincou ainda o dirigente comunista ser imperioso tomarem-se medidas severas contra a Imprensa fascista e suas organizações políticas, terminar com o escândalo do julgamento dos «pides», activar a luta contra o terrorismo, impedir reintegrações escandalosas de fascistas, etc.

Para solução dos problemas nacionais, Octávio Pato considerou finalmente, essencial, um «grande esforço nacional, pela mais vasta mobilização de energias populares, por uma ampla participação dos trabalhadores em todos os aspectos da vida nacional, pela união dos esforços, pelo entendimento e cooperação das forças democráticas, de todos quantos querem assegurar a liberdade e o progresso na nossa Pátria».

DESPEDIMENTOS

O tema dominante na ordem do dia foi a leitura do relatório da Comissão dos Assuntos Constitucionais sobre o diploma dos despedimentos. A sujeição da ratificação foi requerida pelo P. C. P. A Comissão considerou, nomeadamente, que o citado decreto-lei do Governo padece de inconstitucionalidade orgânica, por violar a esfera de competência legislativa constitucionalmente reservada à Assembleia da República.

O debate sobre o decreto-lei e do próprio relatório da comissão promete ser «quente» dado que o P. S. votou contra tal parecer e porque se desenha um recuo do P. S. D. que, embora (Martelo de Oliveira) tivesse criticado a medida legislativa do Governo deixou antever um possível acordo com o grupo parlamentar do P. S. na discussão na especialidade.

E.A.

PORTUGAL-C.E.E. SEGUNDO ROY JENKINS

"Dificuldades económicas" não são de ignorar

A questão das dificuldades económicas não será impedimento à adesão de países como Portugal à C. E. E. — afirmou ontem no Luxemburgo o presidente da Comissão Executiva do Mercado Comum Europeu, Roy Jenkins. Jenkins falava perante o Parlamento Europeu, depois de um debate de seis horas sobre o programa da comissão a que preside. Todavia — acrescentou Jenkins à alusão de que as dificuldades económicas não serão impedimento — «as dificuldades económicas não podem ser ignoradas».

Na passada quarta-feira, lembra-se, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos nove países da C. E. E. acolheram favoravelmente o desejo de Portugal se integrar na Comunidade, mas advertiram para o facto de ser necessário resolver previamente certos problemas. Os «nove» elaboraram um documento em cinco pontos — plataforma a apresentar ao Primeiro-Ministro português Mário Soares quando este fizer a sua programada visita às capitais do Euromercado a partir do próximo dia 14. No documento reconhece-se a legitimidade das pretensões das actuais autoridades portuguesas, mas cita-se uma série de dificuldades económicas que o nosso país tem de vencer a seu tempo para obter a adesão.

Alguns países da Comunidade estão preocupados pelas perspectivas de a adesão prematura de Portugal (mais Espanha e Grécia, dois países empenhados igualmente na adesão à C. E. E.) poder diluir a coesão do Mercado Comum, transformando-o numa espécie de zona de mercado livre, sem qualquer significado político. Estes países são a França, a Itália, os países da Benelux, por exemplo.

Outros países, como a Inglaterra, a República Federal Alemã e ainda a Dinamarca, manifestaram-se abertamente a favor de um alargamento da Comunidade a curto prazo. Argumento: esse alargamento é necessário como base de apoio às democracias dos países europeus do Mediterrâneo.

AUMENTO DE PREÇOS

Entretanto, de acordo com um telegrama da France Presse remetido esta manhã de Bruxelas, o Comissário Europeu da Agricultura (C. E. E.) vai propor aos seus colegas um aumento médio de 3 por cento nos preços agrícolas para o período de 77-78. A Comissão Executiva da Comunidade está hoje numa reunião especial na capital belga. Trata-se de fixar definitivamente as propostas sobre os preços agrícolas, que vão ser examinados na segunda-feira pelos ministros da Agricultura dos «Nove».

A France Presse cita fontes oficiais. Segundo estas, os aumentos de preços continuam a ser modelados em função das situações monetárias nos vários países. Assim, por exemplo, na França, o aumento seria de 6,1 por cento; na Itália, de 5,9; no Reino Unido, de 1,5; na Irlanda, de 10,7. Nos restantes países com moeda forte, o aumento proposto seria mais fraco do que na média dos restantes países comunitários.

ÁDÓQUE teatro
MARTIM MONIZ · TEL. 87 42 80
EXCLUSIVAMENTE
AOS SÁBADOS
BILHETES À VENDA TODOS OS DIAS
«OS OPERÁRIOS DO NATAL»
UM ESPECTÁCULO INFANTIL
QUE AS CRIANÇAS NÃO ESQUECEM
AMANHÃ, ÀS 16 HORAS
PREÇOS POPULARES
TEATRO ÁDÓQUE — MARTIM MONIZ
TELEFONE 87 42 80

Em OLHÃO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA FARRACHA

post-scriptum

Luta operária e corporativismo

Sobre grande parte dos trabalhadores portugueses, pesa ainda hoje a triste mentalidade corporativista. Com excepção da classe operária e dos assalariados agrícolas, os trabalhadores das outras categorias profissionais conduzem frequentemente lutas isoladas, pelos seus interesses particulares e exclusivos.

Também não me parece bem que os objectivos principais da maioria dessas lutas seja constituído pelos aumentos salariais. Em meu entender, embora seja indiscutível a importância e a justiça dos aumentos, não é por aí que se reforça a unidade dos trabalhadores nem a sua capacidade de intervenção na vida económica, social e política do País.

Os interesses dos trabalhadores só podem ser convenientemente defendidos se estes fizerem sentir o seu peso de modo global e não sectorial.

Franco Cirilo
PORTO

Ainda os vencimentos do funcionalismo público

Que raio de socialismo é este? Ao olhar para a tabela de salários do funcionalismo público que o Governo apresentou, não se acredita que tenha sido elaborada por socialistas (bem, o Hitler também dizia que era socialista, até fundou na Alemanha o Nacional-Socialismo, mas não façamos a injúria de comparar os socialistas portugueses com fascistas).

Os socialistas no Poder têm obrigação de corrigir, tanto quanto possível, as diferenças salariais, sob pena de se atraiçoarem. Em todas as campanhas eleitorais martelaram essa tecla.

Por outro lado, o povo já não está tão atrasado como há 50 anos; lembram-se que nas últimas eleições o P. S. foi o grande derrotado. Teve para cima de meio milhão de votos a menos que nas precedentes eleições.

O socialismo do Governo é bastante insólito: está a fazer com que haja cada vez mais ricos, e por isso também mais pobres.

Quem não leu «Viagens na Minha Terra», de Almeida Garrett? No capítulo III diz: «Eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância espantosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta para produzir um rico?»

Salazar, a 1.ª vez que mexeu nos vencimentos do funcionalismo público, tirou a 100 para dar a 10, isto é, quem ganhava 1200$00 passou a receber 1000$00 e quem recebia 2000$00 passou a receber 2500$00. Vejam-se os jornais da época. O Governo P. S. deveria elaborar outra tabela assim concebida: tirava 2000$0 aos vencimentos de 18 900$00 e 1000$00 aos de 17 200$00; dava aos de 4000$00 mais 2000$00, e seguia sempre em escala decrescente até ao orçamento estabelecido para este ajustamento, e assim não havia acréscimo de encargos para o Estado. Se deste ou de outro modo semelhante não procederem, arriscam-se a ter menos 1 milhão de votos nas próximas eleições.

O professor Pereira de Moura, ao tempo ministro sem pasta, disse: «Nós pedimos ao povo trabalhador para produzir mais, exigimos-lhe austeridade, mas ele tem um ordenado de fome, enquanto nós, burgueses, vivemos bem, não temos dificuldades, ganhamos 36 contos! Parece-me que devemos ser nós a dar o exemplo de austeridade; vamos diminuir os nossos vencimentos, só assim teremos moral para pedir sacrifícios aos outros».

Vasco Gonçalves e os seus ministros aceitam. Reduzem de 36 para 24 contos os vencimentos a auferir. Cai o Ministério Vasco Gonçalves e não perdem tempo os que vêm: passam para 42 contos. Comentários, para quê?...

Tenho muita idade. Fiz a Revolução de 28 de Maio de 1926 e sei como foi atraiçoada, dois meses depois. Os que fizeram a Revolução sofreram maus tratos, e o chefe, general Gomes da Costa, até foi deportado. Vieram os oportunistas que enganaram o povo com mentiras.

O que se está a passar agora é tão semelhante ao que se passou, que tempo, num futuro próximo, que da bela manhã dos cravos só reste a recordação.

Os que fizeram o 25 de Abril já estão a passar maus tratos e a ser caluniados e vexados ignominiosamente.

O que dizem de Vasco Gonçalves! Deviam ter vergonha! Vejam como o povo lhe obedecia e o admirava. Vejam como é recebido pelo povo quando aparece em qualquer lado. Qual foi o Governo deste país, em 800 anos que temos de vida, que mais fez pelo povo? Todos os Governos posteriores e anteriores, quando falam no povo, é no povo deles, o povo da alta burguesia, que só existe como rebanho de carneiros (só não o aniquilam totalmente por precisarem da sua produção; sem o rebanho, teriam de foçar para viver).

O Governo de Vasco Gonçalves esteve verdadeiramente ao serviço do povo, sem demagogias. Nunca o enganou. Ele disse, com a franqueza que o caracteriza: «Estudem, valorizem-se, preparem-se para tomar conta do vosso futuro. Organizem-se em comissões de moradores e de bairro para se defenderem dos que vos exploram.» Folheiem a nossa história política: não encontram nada semelhante. Ele detectou exactamente onde estava a fraqueza do povo, que era a falta de organização.

Quando me encontrei nos cárceres da maldita P. I. D. E., acreditei que se estava a ser torturado ali, era por falta de organização do povo, pois se ele estivesse organizado nunca aquela monstruosidade teria sido possível.

Povo organizado é invencível; desorganizado não passa de burro de carga que a alta burguesia monta e escarnece.

Francisco dos Santos Vaz
ODIVELAS

A DIREITA E OS CAMINHOS DO PODER (3)

CÉSAR OLIVEIRA

No artigo anterior formularam-se duas condições que, no essencial, poderiam permitir a criação de condições para que, na sociedade portuguesa, ganhasse realidade o «perigo fascista»; uma, a de a burguesia e a direita portuguesa poderem veicular, de forma organizada, através das camadas pequeno-burguesas mais prejudicadas pela agudização da crise económica e pela «ambiguidade instalada», os seus interesses estratégicos: a recuperação capitalista repondo o capital monopolista como sua fracção dominante; a outra, a de que o contexto internacional pudesse conhecer, a curto prazo, um desenvolvimento tal que favorecesse, em Portugal **saídas** políticas de tipo fascista. Vejamos, portanto, ainda que esquematicamente, o desenvolver possível destas duas condições.

É já quase um lugar comum no vocabulário político português a afirmação de que «um Governo da exclusiva responsabilidade do Partido Socialista» é, numa fase de relativa desagregação de um bloco social anticapitalista e ante a perda de iniciativa política das massas populares, a única alternativa democrática e de esquerda viável e possível. Por razões também já por outras vezes aludidas pelo autor destas (1) como por outras tomadas de posição, por certo com maior significado e relevância, parece não haver grandes dúvidas ou hesitações acerca da realidade da afirmação. Todavia, cabe acrescentar que o Partido Socialista só poderá constituir, duradoura e eficazmente, a «única alternativa democrática e de esquerda», se, simultaneamente, puder dar combate eficaz e socialmente ampliado às pressões da direita sob o seu Governo (2), se puder relacionar-se, de um modo dialogante e operativo, com o movimento sindical e mormente com o movimento operário se conseguir contribuir para impedir modificações na actual correlação de forças no plano político-militar favoráveis a outras soluções políticas. É que poderá haver recuos tácticos na política económica, poderá o caminho conducente a um maior equilíbrio na balança de pagamentos acarretar maiores ou menores «prejuízos» nas necessidades de consumo, da pequena-burguesia, poderão ser pedidos maiores ou menores sacrifícios às massas trabalhadoras, a verdade é que, a conseguir o P.S. concretizar os objectivos atrás enunciados, não será fácil à burguesia e à direita portuguesas veicularem, por intermédio da pequena burguesia, saídas de tipo fascista. E tanto assim é que, desde as eleições legislativas de Abril último, a burguesia e a direita portuguesas têm tentado que o Partido Socialista lhe resolva alguns problemas tácticos. Todavia, o recente Congresso dos Sindicatos, o fracasso daquelas posições sindicais que no grupo da «Carta Aberta» têm jogado na criação de uma nova central sindical ou na organização de «sindicatos paralelos», o reforço das posições eleitorais do P.C.P., através da F.E.P.U., nas eleições administrativas são factores que estão a obrigar, como decorre das posições do P.S.D. (ex-P.P.D.) e da recente entrevista no «D.N.» do Prof. Freitas do Amaral, à formulação de saídas políticas que passam pela subalternização do Partido Socialista.

Todavia, onde poderá o P.S. buscar apoios para a contenção do novo curso táctico — estratégico que a burguesia e a direita portuguesas parecem estar já acionado e que já passa, como parece ter passado, por jogar o «trunfo P.S.»? Pois parece que o essencial desses apoios que não serão estáticos, no quadro constitucional vigente e na actual correlação de forças sociais, políticas e militares, poderá provir da concretização dos objectivos atrás enunciados. No entanto essa concretização parece assentar, salvo melhor opinião, em três condições:

. — na criação de condições de combate ao nível cultural e ideológico à ofensiva, nesta fase predominante ideológica, das forças da burguesia e da direita; a Imprensa, a Rádio a TV adquirem neste domínio relevante papel;

. — no diálogo com a C.G.T.P., a maior força sindical e operária organizada — e única força em condições de poder representar o proletariado industrial e agrícola, e sectores importantes da pequena burguesia antifascista; todavia, este diálogo, essencial na perspectiva de conter a direita reaccionária, passa não apenas pela clarificação de um projecto político que defenda o essencial da Constituição em vigor como também pelo lugar que o movimento operário e sindical organizado tiver na planificação democrática da economia;

. — na manutenção da actual correlação de forças no aparelho político-militar pois só ela poderá impedir a concretização de quaisquer tipo de «democracias musculadas» ou presidencialismos reforçados.

Uma das leituras possíveis do conteúdo do discurso de Mário Soares no encerramento da sessão especial do Congresso do P.S. e das suas palavras nas cerimónias comemorativas do 31 de Janeiro, implica as condições atrás expostas, tanto mais que, como acreditamos, esses discursos não deram, no essencial, determinados por razões ditadas por uma situação interna do seu próprio partido ou para criar artificialmente um inimigo.

Assim, parece que do Partido Socialista e do Governo de sua exclusiva responsabilidade depende o essencial no desarmar dos veículos sociais, dos instrumentos políticos e das condições subjectivas que poderão conduzir, a prazo mais ou menos longo, a soluções de tipo fascista.

Por outro lado não parece que ao imperialismo e às forças reaccionárias internacionais possa interessar, num país da Europa Ocidental, favo-

Continua na pág. 4

NOS ESTADOS UNIDOS, DE FORMA INDIRECTA

MULTINACIONAIS NO PODER

FRIDA MODAK

MÉXICO — (IPS) — O gabinete de Carter está completo e as características dos que o compõem confirmam que, no novo Governo norte-americano, as empresas multinacionais ascenderam de forma directa ao Poder. O presidente norte-americano designou os seus colaboradores tentando dar uma aparência de equilíbrio nas suas posições, mas os que representam os interesses dessas empresas de facto predominam. Isto reflecte-se também noutros aspectos do que se anuncia vir a ser a política latino-americana de Carter e, desse modo, pode-se afirmar que se começará a viver a era do rosto amável dos grandes consórcios internacionais.

Um rápido exame do gabinete indica que são três as figuras que lhe imprimem uma tónica mas é conveniente assinalar as características dos de mais para que se possa apreciar o equilíbrio que Carter quis apresentar. O ministro do Interior, Cecil Andrus, de 45 anos, é a única figura nova, não tem título profissional, como governador de Ydaho demonstrou ser um tecnocrata, preocupam-no os problemas ambientais, não tem relação com grandes grupos industriais ou financeiros, realizou no seu Estado uma reforma semelhante à que Carter aplicou na Geórgia e pensa-se que colaborará com o presidente na reforma administrativa, é um liberal moderado. Robert Bergland, de 48 anos, ministro da Agricultura, adquiriu popularidade pela sua defesa dos consumidores quando foi deputado, é de um liberalismo atenuado pelo seu pragmatismo. Brock Adams, de 50 anos, ministro dos Transportes, pertence à ala liberal do Partido Democrata, mas é muito bem visto pelas grandes corporações dos transportes, a sua missão será, fundamentalmente, manter um nexo entre o presidente e a Câmara dos Representantes, pois é um dos homens de confiança do novo timoneiro dessa Câmara. Juanita Morris Krepps, de 55 anos, ministro do Comércio, representa o eleitorado feminino de Carter e é equilibradamente liberal, mas não terá grande peso no gabinete porque o seu ministério perdeu significação ao aumentar em importância o Departamento do Tesouro. Joseph Califano, de 45 anos, ministro da Saúde, é neto de um vendedor de fruta oriundo de Itália e é o expoente típico do imigrante americano recente, como advogado defendeu os interesses da Coca-Cola e da Pfizer. Ray Marshall, de 48 anos, ministro do Trabalho, é um liberal de trajectória consequente, mas a sua nomeação teve de ser negociada com George Meany e os dirigentes da AFL-CIO, o que limita de antemão a sua capacidade deliberativa. Patricia Robert Harris, de 52 anos, ministro da Habitação e da Planificação Urbana, é a única pessoa de cor do gabinete e é sumamente conservadora, dura inclusivamente com os seus irmãos de raça e foi directora da IBM, da Chase Manhattan Bank e da Scott Paper Co. Griffin Bell, de 58 anos, procurador da Justiça, a sua nomeação foi a mais contestada, pois tem antecedentes que o definem como um racista, mas Carter defendeu a nomeação deste seu amigo pessoal.

E restam-nos os três importantes. Cyrus Vance, de 59 anos, secretário de Estado, define-se como pragmático, realista e moderado. Foi director da IBM, do Chase Manhattan Bank, da Panamerican Airways e de «The New York Times». É essencialmente um negociador que executará a política definida por Carter. Harold Brown, de 49 anos, secretário de Defesa, físico nuclear, é o primeiro cientista desse nível que assume a direcção do Pentágono, foi director da IBM, julga-se que porá em prática uma política de defesa forte que exigirá um orçamento elevado, tem boas relações com os militares de todas as armas e com as empresas que produzem armamentos, a sua nomeação não foi bem recebida pela ala liberal democrata. Michael Blumenthal, de 50 anos, secretário do Tesouro, nasceu na Alemanha e fugiu da perseguição nazi, estudou economia internacional em Barkeley, o que é um dos aspectos que Carter valoriza, o outro é a confiança que nele têm os grandes consórcios multinacionais, uma vez que ao ser nomeado para este cargo era presidente da Bendix.

Como se vê, os três cargos chave estão ocupados por nomes ligados ao grande mundo dos negócios, o que já rompe o pretendido equilíbrio do gabinete. Se a isto acrescentarmos as conexões que alguns outros dos seus membros têm com as mesmas empresas, torna-se claro que a balança se inclina para as multinacionais. Igual fenómeno se nota em relação às recomendações que Carter estaria disposto a aceitar para a sua política latino-americana. Essas recomendações foram formuladas pela comissão presidida por Sol Linowitz, em que também estão representados maioritariamente esses consórcios.

O equilíbrio não existe e o espírito novo que se disse ter chegado com Carter à Casa Branca é o das multinacionais que, perante a impossibilidade de manter as posições arbitrárias que têm mantido até agora, resolveram mudar de estilo, compor um rosto mais amável para despertar menos hostilidade, mas sem cederem nos seus interesses porque agora estão directamente no Governo e não através de intermediários.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP) e a que se refere o processo 8/59 005, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de S. Pedro de Fins, concelho da Maia de uma linha aérea a 15 kV, com 48 metros, do apoio n.º 4 da linha para o posto de transformação de Serradouro ao posto de transformação de S. Pedro de Fins-Banoco, da Câmara Municipal da Maia.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 27 de Janeiro de 1977.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/59 137, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Ermesinde, concelho de Valongo, de uma linha aérea a 15 kV, com 65 metros, do apoio n.º 2 da linha para o posto de transformação de António da Silva & Filhos, Lda., ao posto de transformação de Ermesinde-Cerâmica, da Câmara Municipal de Valongo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 27 de Janeiro de 1977.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/59 138, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de S. João de Ovar, concelho de Ovar, de uma linha aérea a 15 kV, com 94 metros, do apoio n.º 87 da linha Rio Meão-Ovar II (3.º troço) ao posto de transformação de Ovar-Madeira II, da Câmara Municipal de Ovar.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 27 de Janeiro de 1977.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/58 402, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de S. Lázaro, concelho de Braga, de uma linha aérea a 15 kV, com 413 metros da subestação de Braga (da EDP — ex-UEP) ao posto de recepção do Largo 1.º de Dezembro, da Câmara Municipal de Braga.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 27 de Janeiro de 1977..

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Nacional

À BEIRA DE UM ERRO JUDICIÁRIO

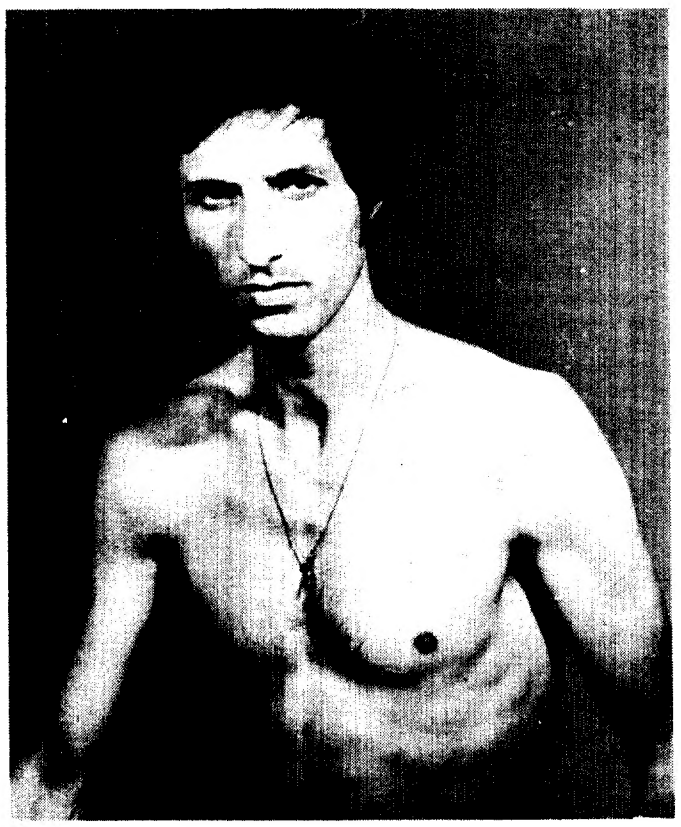
Suspeito de assalto a um banco acusa a polícia de espancamento

Suspeito de estar implicado num assalto a um banco, o industrial de mobiliário José Rodrigues Freire viu-se metido, com outos quatro indivíduos, no maior sarilho da sua vida: no dia 23 de Dezembro, foi assaltado o «Espírito Santo» de Nova Oeiras (roubaram cerca de 200 contos); no dia 18 de Janeiro, a PSP foi prendê-lo a casa, e três agentes da corporação deram-lhe uma tareia que ainda lhe dói — «confessa que assaltaste», pediam-lhe; finalmente, no dia 21, a Polícia Judiciária devolve-lhe a liberdade. Tinha havido engano. O homem, que começava a mentalizar-se para vários anos de cadeia, estava cá fora quatro dias depois. Era caso para agradecer: «Muito e muito obrigado, senhor inspector».

Por que razão a Polícia «pegou» com ele, José Freire não sabe ao certo. A verdade é que as suspeitas que porventura existiam foram «reforçadas» com um depoimento do guarda de serviço ao banco «Foi ele que me apontou uma G-3 à cabeçal». Mais tarde, o guarda diria: «Se não é ele, é o Diabo por ele».

Este homem foi detido em sua casa às 7.30 do dia 18 de Janeiro e às 8.20 chegava ao posto da PSP em Oeiras. Conta que antes de ser interrogado, já outros dois indivíduos tinham sido espancados naquela esquadra pelo mesmo motivo: o assalto ao banco. «Quando me sentei, eu já tinha ouvido os gritos de dor dos outros. Pedi que não me espancassem, pois tinha provas suficientes da minha inocência; disse-lhes que nunca andara fora da lei e que sempre vivi do meu trabalho. O guarda que acompanhava o subchefe disse então que não me espancaria, que era só para interrogatório. No entanto, foi esse mesmo polícia que me bateu brutalmente: a parte metálica do seu cassetete partiu-se quando me batia nas costas, no peito, na barriga, nas pernas e até na boca. Ele e outros dois polícias deram-me pontapés em todas as partes do corpo». José Freire identifica os seus agressores: o guarda Ameixa (o mais violento), o guarda Ferreira e o guarda Manuel (este último iria identificá-lo como «o homem que me apontou a G-3»).

As nódoas negras foram exibidas pelo agredido ao seu advogado, dr. Fevereiro Mendes, e a um Juiz da Polícia Judiciária, quando o falso assaltante passou da esquadra de Oeiras para a P. J.



José Rodrigues Freire. Em quatro dias aconteceu-lhe o pior: foi espancado e sentiu que poderia ser envolvido num erro judiciário, com muitos anos de cadeia para cumprir

Um porta-voz da P. S. P. de Oeiras: «Não creio que o tenham espancado. Usamos métodos democráticos»

O GRANDE EQUÍVOCO

Tudo começa com uma história rocambolesca: há algum tempo, José Rodrigues Freire, com estabelecimento em Trajouce (Oeiras) foi assaltado. Disposto a recuperar a sua «fazenda», ele estabeleceu contacto com alguns marginais, fazendo-se passar por ladrão. Entretanto, contactou a GNR de Alcabideche, que se propôs dar-lhe «cobertura», já que se tratava de capturar os autores daquele assalto. Arriscando a pele numa série de diligências, com vista a localizar o receptor da sua mercadoria, o homem meteu-se no «bas-fond».

Contactado pelo «DL», o comandante do posto da GNR de Alcabideche confirma que a corporação colaborou com José Freire na tentativa de captura dos assaltantes. Todavia, não teriam sido estes factos que levaram a Polícia a relacionar o industrial de mobiliário com o assalto ao banco, mas a desconfiança que sobre ele recaiu por ser proprietário de um «Mercedes» com matrícula de Angola, a certa altura referenciado como suspeito.

Entretanto, são presos alguns dos marginais contactados por José Freire, que não hesitam em revelar o nome deste. Além de ser acusado do assalto ao banco, passa a ser suspeito de assaltar o seu próprio estabelecimento.

Na esquadra de Oeiras — conta José Freire — «pedi que contactassem a GNR de Alcabideche, que me tinha dado toda a colaboração. Não me quiseram ouvir».

O dr. Fevereiro Mendes, advogado do agredido, não hesita em confirmar que o seu cliente estava muito maltratado, justificando-se a obtenção de fotografias para anexar a um eventual processo que José Freire pretende mover contra a Polícia.

Na ausência do chefe da esquadra de Oeiras, contactamos ontem o ajudante Fonseca:

— O homem diz que lhe bateram...

— Não creio.

— Mas ele afirma que foi aí, no primeiro andar da esquadra...

— Sabe, nós temos outros métodos, resolvemos as questões democraticamente.

— Mas ele mostrou-nos fotografias. Tem o corpo marcado pelo cassetete...

— Olhe: se o homem se sente lesado, pode muito bem apresentar queixa.

O conselho vai ser seguido, através do tribunal.

Mas nem tudo foi mau. José Freire pede-nos que façamos justiça ao bom trabalho da Polícia Judiciária, que em quatro dias o restituiu à liberdade. A ele, que começava a mentalizar-se para um erro judiciário que lhe poderia custar uns 12 anos de cadeia.

Pormenor: José Rodrigues Freire é conhecido dos funcionários do Banco Espírito Santo em Oeiras, onde tem conta aberta.

A direita e os caminhos do poder

Continuação da pág. 3

recer soluções de tipo fascista. Quer as modificações ocorridas em Espanha, como a natureza da crise económica e política que se verifica em Itália, como ainda o ascenso das forças subscritoras do «Programa Comum» em França parecem ser factores que sesencorajam tentações fascistas no plano interno, tanto mais que a política externa da nova administração norte-americana não passa, ao menos nos seus primeiros tempos, por facilitar no sul da Europa saídas autoritárias de tipo fascista. E, os processos de transição ao socialismo só parecem ganhar corpo e realidade quando entrevistos num plano que transcende os distintos países sul-europeus, também não deixa de ser verdade que a estratégia de contenção da direita reaccionária, assentando no essencial nas condições internas de cada país do sul da Europa, só ganha eficácia num quadro que transcenda cada nacionalidade. E neste aspecto também as condições existentes na Europa, e particularmente na sua zona periférica do sul, são favoráveis às forças democráticas e da esquerda. Todavia a desestabilização politico-social que as forças da extrema-direita tentam desencadear no sul da Europa visam criar, ao menos, saídas autoritárias e repressivas.

De tudo o que se tem escrito decorre que a possibilidade de um «perigo fascistas real» só poderá ocorrer em Portugal quando estiverem esgotados outros processos ao alcance da burguesia e da direita portuguesas e na ausência dos instrumentos e dos mecanismos sociais e políticos que obstem, com eficácia e determinação, à necessidade da **utilização política** da pequena-burguesia. Uma saída de tipo fascista será a última das cartas a jogar em Portugal pela direita, pela burguesia e pelo imperialismo. Mas esta afirmação não exclui uma saída autoritária e repressiva que conserve certos aspectos institucionais da democracia representativa que, como atrás se disse, parece ser um objectivo táctico da extrema-direita sul-europeua.

Parece ser nesta perspectiva que hoje «apostam» as forças políticas (civis e militares) interessadas, a médio prazo, no êxito de um processo de recuperação económica dentro da lógica capitalista. Será este o tema do quarto e último artigo desta série.

CÉSAR OLIVEIRA

1) Nomeadamente no artigo de análise às eleições administrativas publicado nestas mesmas páginas.

2) Seja a representada pela oposição aberta do P.S.D., sejam a colagem e o apelo à eventualidade de um presidencialismo representado pelo C.D.S. sejam ainda as manobras tecnocráticas da direita militar.

Nacional

Dois dos intervenientes no colóquio: João Botequilha e Vítor Bento Guerra

COLÓQUIO NA INTERVENÇÃO SOCIALISTA

Alerta para perigo da "primeira experiência sul-americana na Europa"

Realizou-se ontem à noite mais um colóquio da Intervenção Socialista, na sede desta associação política, para a análise da actual situação portuguesa. O tema foi «A Delimitação entre o Sector Público e o Sector Privado», introduzido por alguns economistas de renome — Vítor Bento Guerra, José Joaquim Fragoso, Torres Campos e João Botequilha. Veiga de Oliveira, impedido numa reunião do Grupo Parlamentar do P. C. P., não pôde comparecer. Joaquim Mestre, da I. S., servia de moderador.

O fulcro da discussão desdobrava-se em quatro pontos: 1. Enquadramento do problema (sector privado e sector público antes e depois do 25 de Abril); 2. Delimitação entre um e outro; 3. O Plano, a Constituição e a articulação entre os dois sectores; 4. Controle Operário e de gestão numa economia mista.

A introduzir a discussão foi distribuído um documento, da autoria do nosso colaborador Vítor Bento Guerra, que situa o problema.

Nele se afirma: «A delimitação entre os sectores público e privado, nas áreas de intervenção económica, é função do modelo de desenvolvimento escolhido, ou melhor, da interpretação «final» do modelo constitucional, também adaptado às realidades económicas externas». Analisando o modelo aplicado durante o anterior regime, Vítor Guerra caracterizou-o por se apoiar em quatro pilares fundamentais — a exploração colonial, a contenção salarial, a protecção ao investimento e o desenvolvimento de mecanismos de concentração e acumulação financeira.

As deficiências deste modelo económico implicaram, e citamos ainda o documento de Vítor Guerra, «a incapacidade de produzir de modo a satisfazer o consumo, por não aproveitamento total das potencialidades naturais e humanas; a manutenção persistente de baixos níveis de rendimento das classes trabalhadoras e pequenos empresários, impedindo o desenvolvimento de níveis de bem-estar e da qualidade da vida; e ainda a incapacidade comercial de exportação, quase inteiramente controlada por agentes e comissionistas».

Salienta-se depois a importância do sector nacionalizado no período posterior ao 25 de Abril, principalmente devido ao controlo total da Banca e Seguros nacionais, apontando-se como um dos principais erros cometidos depois do 25 de Abril, «a insensibilidade dos responsáveis à urgência em alterar o modelo anterior, em função das suas deficiências intrínsecas, ampliadas pelas novas condições internas e externas (preços das matérias-primas e energia e consequente crise geral do sistema)».

Refere-se depois a necessidade de adaptação a um modelo que poderá ser considerado como de transição e reorientação do desenvolvimento.

Ao mesmo tempo o documento interroga: «Transição para o socialismo? Quando o «oxigénio» vem em dólares e em marcos não deverá haver dúvidas nessa matéria, pois ninguém ajuda» os contrários. Iniciativa privada estrangeira? Não há outro remédio, em face da situação a que nos fizeram chegar. Mas há que garantir que venha «inócua» disposta a jogar com outros parceiros sociais como faz na sua terra e não para montar tenda, usar e partir, como antigamente».

Vítor Guerra aponta depois alguns objectivos fundamentais: «o sector nacionalizado e emparticular o crédito, ferramenta fundamental para a intervenção crescente que a transição e reorientação do desenvolvimento impõem. Quer dizer que os sectores já nacionalizados não deverão constituir apenas a «colectivização dos prejuízos e a privatização do lucro», situação típica da recuperação do pós-guerra, mas também as fontes de acumulação... É o desvio dessa acumulação para objectivos sociais (incluindo o sector agrícola) que deverá constituir a essência do novo modelo de transição.»

A terminar o documento de Vítor Bento Guerra faz um aviso: para o caso de não haver modificação da orientação seguida: «Como não é possível voltar ao passado — as reservas e os pilares foram-se — teremos algo diferente e pior. Talvez a primeira experiência sul-americana na Europa».

Ainda a salientar, no decorrer do colóquio, uma nota insólita. No meio de uma assistência principalmente composta por economistas e estudantes estava um operário. Mecânico de aviões de TAP, que aproveitou a presença dum antigo membro da administração daquela empresa para contestar a venda de dois Boeing 707, que, segundo defende (e bem documentado, por sinal), foi uma atitude que prejudicou a TAP e a economia nacional.

GOVERNO EM JOGO

P.S., P.S.D. e C.D.S. "aquecem" fim-de-semana político

A Comissão Nacional do P. S. e os Conselhos Nacionais do P. S. D./P. P. D. e do C. D. S. reunirão este fim-de-semana com o objectivo de definir as grandes linhas de actuação partidária no actual momento político. Os dois primeiros partidos reúnem em Lisboa, enquanto os «centristas», como habitualmente, escolhem o Porto para cenário do seu encontro. Manter-se no Poder (P. S.) ou como a ele ascender (C. D. S. e P. P. D.), eis o que os partidos estudam.

O encontro do P. S. será dominado por uma exposição de Mário Soares sobre a situação política actual, na qual a actuação governamental nos campos económico e laboral, bem como as negociações com a C. E. E., deverão constituir os temas centrais. Segundo se anuncia, Mário Soares procurará obter consenso sobre a política seguida pelo seu Governo, o qual não deverá ser difícil de lograr já que os elementos tidos como da «esquerda» do P. S. se encontram afastados da sua Comissão Nacional. Espera-se que seja dado especial relevo aos problemas sindicais, com a aprovação de um documento, elaborado pelo Secretariado, definindo a estratégia do P. S. naquele sector. A Comissão procederá ainda à aprovação final dos Estatutos do partido, já que tal trabalho não chegou a ser feito no recente Congresso Extraordinário do Porto que encerrou — caso provavelmente inédito num partido governamental — por falta de «quorum».

P.S.D./P.P.D.

Examinar a situação política portuguesa e definir a linha de actuação do partido, é também o objectivo do encontro do Conselho Nacional do P. S. D./P. P. D. que se iniciará amanhã no Hotel Penta, em Lisboa.

Sá Carneiro tem a seu cargo uma exposição sobre o tema, deliberando o Conselho sobre a estratégia proposta. Espera-se que uma nova «pirueta» táctica leve o P. S. D./P. P. D. a alterar a táctica que vem seguindo, passando da «agressividade» que vem manifestando contra o Governo P. S. para uma actuação no estilo preconizado pelos «centristas», ou seja, para uma «abertura» ao diálogo com aquilo que certos sectores classificam como «partidos democráticos». O P. S. D. /P. P. D. abandonaria assim a insistência na eventualidade da substituição imediata do Governo P. S., passando a «apostar» no «compromisso histórico» defendido já pelo C. D. S. e, como se sabe, de há muito proposto pela Europa dos «Nove» e pelos E. U. A.

Questões como a situação financeira do partido e a sua organização regional estão igualmente previstas na agenda de trabalho.

C.D.S.

A «estimulação» do diálogo com o P. S. e o P. S. D./P. P. D. aparece também como o eixo central da actuação próxima do C. D. S., a propor ao Conselho Nacional na reunião que a partir de amanhã realizará no Porto. Basicamente, a proposta de Freitas do Amaral visa encontrar, a muito breve prazo, uma alternativa para o actual Governo P. S. a qual, sem excluir por agora os socialistas, permita ganhar novas posições com vista à conquista do Poder (recorde-se que ainda recentemente Amaro da Costa, posto perante a hipótese da queda do Governo, esclareceu que o seu partido não está interessado em o derrubar, mas em ser Governo).

A proposta a apresentar por Freitas do Amaral terá resultado de uma recente reunião do Secretariado do partido, no qual a táctica agora exposta terá sido elaborada.

FREITAS DO AMARAL EM BELÉM

"Centristas" insistem no "compromisso histórico"

Freitas do Amaral, presidente do C.D.S. esteve ontem à tarde em Belém, convocado pelo general Ramalho Eanes para um encontro descrito pelo dirigente «centrista» como «normal dentro do tipo de relações que o senhor Presidente da República tem mantido com os principais partidos portugueses para se inteirar das nossas opiniões sobre os problemas do momento».

Ainda de acordo com as declarações de Freitas do Amaral no final da entrevista, os temas abordados terão versado essencialmente a crise económica, as relações entre o Governo e a oposição e a questão da adesão de Portugal ao Mercado Comum Europeu.

A tese do C.D.S. quanto a «uma acalmia política» produto da «colaboração entre partidos democráticos» teria sido desenvolvida, juntamente com um relato das iniciativas «pró-europeias» realizadas recentemente em Madrid junto da União das Democracias Cristãs.

Estes temas, em que os «centristas» de Freitas do Amaral vêm largamente insistindo, apresentam-se como parte da actual estratégia daquele partido visando o «cerco» do partido governamental com vista à preparação de uma «alternativa» que venha a incluir o C.D.S. num eventual futuro elenco governativo. Em certos círculos começa a colocar-se mesmo como «viável» a hipótese da direcção do P.S. vir a aceitar o «compromisso histórico» em que Freitas do Amaral se mostra empenhado, realçando-se que o P.S.D./P.P.D. de Sá Carneiro, dando-se conta do «afastamento» a que a sua recente agressividade antigovernamental o estava a colocar, começaria já a operar uma «viragem» táctica. Para um e para outro destes partidos de direita, a questão da C.E.E. oferece-lhes amplo campo de manobra.

Destaque-se, no entanto, que a actuação dos partidos de Freitas do Amaral e Sá Carneiro se apresenta como de natureza meramente táctica, já que, sob o ponto de vista estratégico, o que os dois partidos visam é a conquista do poder, com o inevitável afastamento do P.S. no momento oportuno.

AÇORES E MADEIRA: DISCUSSÃO ADIADA

. Para ontem chegou a estar prevista também uma reunião de debate e esclarecimento da situação nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, promovido pelo Presidente da República e contando com a presença dos partidos com responsabilidades governamentais nas ilhas, além dos respectivos ministros da República. Dado que o general Ramalho Eanes não considerou como «urgente» este encontro, o mesmo foi adiado para data a anunciar.

Sobre este adiamento, chegou a explorar-se a hipótese da oposição do P.S.D./P.P.D. à realização do encontro, ter estado na sua origem. Sá Carneiro, contudo, negaria, e Freitas do Amaral, nas suas declarações após o encontro com o general Eanes, diria também não acreditar que o P.S.D./P.P.D. tivesse tido qualquer influência no adiamento da reunião.

Julga-se que da parte do Presidente da República terá havido interesse em aguardar o regresso a Lisboa do chefe do Estado-Maior da Armada, Souto Cruz, actualmente em visita aos Açores, a fim de contar com as informações que deverá trazer. Recorde-se que a possibilidade de estar em estudo uma intervenção militar nos Açores ou na Madeira caso se agudize a ofensiva separatista, estudo com o qual se relacionaria a actual viagem de Souto Cruz, foi anunciada ontem por alguns órgãos de Informação, mas posteriormente desmentida pelo Gabinete do Primeiro-Ministro e pelo Ministério da Defesa.

Kalidás Barreto presidente de A.M.

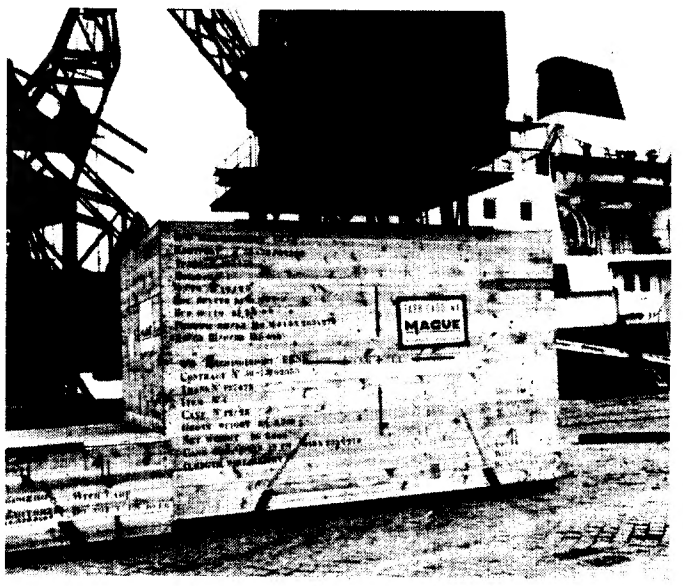
"Consolidar a democracia consoante a Constituição"

CASTANHEIRA DE PERA, 11 — «É preciso que se diga que o povo está farto de tirania, de violência, de opressão e de miséria, e que não consentirá, sob que pretexto for, o regresso ao fascismo» — assim falou ontem Kalidás Barreto, militante do P. S. e membro do Secretariado da C. G. T. P.-I. N., na cerimónia da instalação da Assembleia Municipal desta vila, a que presidiu o governador civil de Leiria.

Disse ainda Kalidás Barreto que «não há sacrifícios que paguem a consolidação da democracia e da liberdade, garantes do desbravar dos caminhos que a Constituição aponta».

O governador civil de Leiria apelou para um trabalho construtivo e o presidente do Município, Júlio da Piedade Henriques, enalteceu as qualidades dos empossados.

Empossados (todos do P. S.): Kalidás Barreto, presidente, Angelino Henriques, secretário, e José Maria da Silva.



Foram ontem embarcados no navio «Anton Gubarev», com destino à União Soviética, os componentes de uma ponte rolante de 250 toneladas, construída pela MAGUE, como parte de um contrato firmado em Agosto de 1975 que engloba, também, a construção de dois pórticos rolantes de 160 toneladas cada, no valor de cem mil contos. Avaliada em 25 mil contos a ponte será montada na URSS sob a supervisão de técnicos da MAGUE e segundo afirmação aos jornalistas de um porta-voz da Comissão de Trabalhadores daquela empresa é a prova cabal de que os operários portugueses estão dispostos a contribuir activamente para a economia nacional, lançando assim por terra os falsos argumentos de todos aqueles que ultimamente os acusam de abstencionismo. Neste momento, a MAGUE tem várias encomendas, entre as quais se destaca uma para o Bahrein, de valor superior a 350 mil contos, relativa a quatro guindastes de 15 toneladas cada, outro de 100, e um guindaste flutuante de 200 toneladas

Nacional

Rocha Vieira vai a Lamego

O general Rocha Vieira, chefe do Estado-Maior do Exército, preside no dia 15 à abertura solene do 1.º Curso de Formação de Sargentos na Escola de Formação de Sargentos de Lamego. Trata-se de uma nova escola de formação militar nascida da recente reestruturação das Forças Armadas, nomeadamente no que se refere à classe de sargentos, que até ao 25 de Abril fora marginalizada e discriminada.

Esta nova Escola distingue-se da Escola Central de Sargentos de Águeda por se destinar a preparar o acesso à carreira de sargentos enquanto esta última se destina a preparar o acesso dos sargentos ao oficialato.

O programa da viagem do C. E. M. E. ainda não está definitivamente elaborado, mas prevê-se que o general Rocha Vieira aproveite a oportunidade para visitar uma outra unidade da região.

Presidência da República

O Presidente da República recebeu esta manhã, às 10 horas, o embaixador Albano Nogueira, novo secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Às 10 e 30 o novo embaixador da Tailândia em Lisboa fez a entrega de credenciais e às 12 e 30 foi recebido o embaixador do México que apresentou cumprimentos de despedida ao general Ramalho Eanes.

Octávio Pato assiste à final dos Festivais de Canto Livre

O deputado Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista fará esta noite uma intervenção política no Pavilhão dos Desportos, no decurso da Final dos segundos Festivais Amadores de Canto Livre organizados pela UJC (União da Juventude Comunista).

Estes festivais realizaram-se, em número de 12, desde o passado mês de Novembro e nas localidades de Algueirão, Brandoa, Mafra, Torres Vedras, Alcântara, Sete Rios, Santa Iria, Alverca, Azambuja, Marvila e Odivelas.

O juri da final é composto por Adriano Correia de Oliveira, Barata Moura, José Jorge Letria, Fernando Tordo e Carlos Paulo, que actuarão na segunda parte. A festa deverá começar às 21 horas e o convívio final terá a participação do conjunto musical «Ad-Hoc».

PUB

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE INFORMÁTICA

DELEGAÇÃO REGIONAL DE LISBOA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do artigo 36.º dos Estatutos convoco a Assembleia Regional Ordinária a reunir na sexta-feira dia 18 de Fevereiro de 1977, pelas 21 horas, no LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL, na Avenida Brasil, em Lisboa com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Aprovação do Relatório e Contas da Delegação;
2. Aprovação do Relatório e Contas da Associação;
3. Eleição dos Corpos Gerentes da Delegação para o biénio 1977/78;
4. Eleição dos quatro sócios da Delegação para o Conselho Geral.

De acordo com o artigo 35.º dos Estatutos, caso não esteja presente o número de sócios suficiente, a Assembleia Regional reunirá em segunda convocação meia-hora depois com os sócios presentes.

P'lo Presidente da Mesa da Assembleia Regional
JOAQUIM TAVEIRA MENDONÇA

NOTA: Dada a necessidade da verificação da condição de sócio, recomenda-se que os sócios se apresentem no local a partir das 20.30 horas.

MAIS UM PRÉMIO GRANDE

21.960 — 600 CONTOS

Vendido pela feliz

CASA TESTA

HABILITE-SE AOS
6.000 CONTOS
DA
LOTARIA DO CARNAVAL

Bilhetes a 840$00; duodécimos a 70$00
(Pelo correio mais 10$50, para registo)

Jogue no TESTA e terá festa!

74, RUA DO ARSENAL, 78 — LISBOA

Autarquias locais

Processo está pronto em meados de Março

Até meados de Março deverá estar completa a instalação de todos os órgãos das autarquias locais, revela um comunicado do S.T.A.P.E. hoje publicado. Actualmente procede-se à repetição de algumas eleições para a Assembleia de Freguesia e a designação, em plenário das Juntas de Freguesia onde há menos de 300 eleitores.

Quanto à repetição das eleições, o S.T.A.P.E. divulgou também os resultados já apurados, terminando por revelar as datas de próximos actos eleitorais:

Freguesia do Bico (Distrito de Viana do Castelo, concelho de Paredes de Coura) — eleição para a Assembleia da Freguesia (repetida devido a igualdade de número de votos entre partidos): eleitores inscritos 477; votantes 119; votos em branco 0; votos nulos 1; P.S. 61; P.P.D./P.S.D. 57.

Freguesia de Facha (Distrito de Viana do Castelo, concelho de Ponte de Lima) — eleição para a Assembleia de Freguesia (repetida devido a igualdade do número de votos entre partidos): eleitores inscritos 818; votantes 558; votos em branco 2; votos nulos 9; P.P.D./P.S.D. 297; C.D.S. 250.

Freguesia de S. Félix (distrito de Viseu, concelho de S. Pedro do Sul) — eleição para a Assembleia de Freguesia (repetida devido a igualdade de número de votos entre partidos): eleitores inscritos 377; votantes 250; votos em branco 1; votos nulos 20; P.S. 64; F.E.P.U. 5; C.D.S. 101; P.P.D./P.S.D. 59.

Freguesia de Várzea de Tavares (distrito de Viseu, concelho de Mangualde) — eleição para a Assembleia de Freguesia (repetida devido a igualdade de número de votos entre partidos): eleitores inscritos 385; votantes 279; votos em branco 1; votos nulos 10; P.S. 120; P.P.D./P.S.D. 114; C.D.S. 34:

..Têm decorrido também as eleições das Juntas de Freguesia em que as respectivas Assembleias são constituídas pelos plenários dos cidadãos eleitores (quando em número igual ou inferior a 300), tendo-se realizado, até 9 de Fevereiro de 1977, 768 eleições deste tipo num total de 813 freguesias nestas circunstâncias. Das restantes 45, 19 pertencem ao concelho de Bragança, não tendo ainda sido fixadas datas para a efectivação destes plenários; 3 pertencem ao concelho de Meda (distrito da Guarda) estando marcados os plenários para o dia 13 de Março, e as restantes 23 pertencem ao concelho de Almeida (distrito da Guarda) e têm como data marcada o dia 28 do corrente mês.

Pode-se dizer que, de um modo geral, decorreram da melhor forma as eleições por plenários e instalação das Juntas de Freguesia, sendo pouco significativos os protestos registados.

Prevê-se que se possa dar por encerrado o processo eleitoral após as eleições por plenários já referidos e ainda com a repetição de eleições para Assembleias de Freguesia já marcadas para 27 do corrente mês (4 do distrito da Guarda) e para 13 de Março (1 do distrito de Aveiro), completando-se o processo com a instalação dos respectivos órgãos.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/58 680, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de S. Mamede de Infesta, concelho de Matosinhos de uma linha mista a 15 kV, com 285 metros, do apoio n.º 4 da linha para o posto de transformação da Fiação do Leça, ao posto de transformação da Empresa Gráfica & Instaladora, Lda.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 27 de Janeiro de 1977.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

«BOITE» TOSCO

APRESENTA HOJE
E TODAS AS NOITES

grandioso «show»
de variedades
com as famosas artistas
CARMÉLITA
em «malabarismo»
LYNA
«em sexy»

Rua Conde de Redondo, 53-A
Telef. 53 15 62

F.E.P.U. CONTRA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

"Incompetência e arbitrariedade na condução dos trabalhos"

«A composição política e diferenciada dos órgãos de poder local constitui um factor de unidade do nosso povo e das forças democráticas» — diz a F. E. P. U. do concelho de Lisboa num comunicado «ao povo de Lisboa» ontem emitido e posto a circular. É a propósito da reunião de 7 do corrente da Assembleia Municipal de Lisboa no Teatro S. Luiz que a Frente diz «suscitou legítimas inquietações a todos os democratas e antifascistas do concelho». Porquê?

Diz a F. E. P. U.: «A incompetência e a arbitrariedade com que foram conduzidos os trabalhos, o impedimento da discussão e aprovação de várias propostas (incluindo uma saudação ao povo de Lisboa que repudiava o avanço da reacção e uma proposta de critério de constituição da mesa), não contribuem para o prestígio das novas instituições democráticas.»

Mais: «O sectarismo estreito, a prepotência e desinteresse pelo decorrer dos trabalhos não podem ser o estilo de actuação das forças políticas nos órgãos de poder local. É ainda mais surpreendente que essas práticas venham de elementos do P. S. que fazem parte da A. M.»

Para a Frente, «só a presença e a participação de populares nas futuras reuniões poderão levar as forças representadas na Assembleia Municipal de Lisboa a assumirem uma prática conforme com a Constituição, com os programas e promessas apresentadas ao povo de Lisboa durante a campanha eleitoral».

Daí um apelo para o «interesse e a participação populares na actividade das autarquias» e bem assim para «a unidade de todos os democratas e antifascistas na luta pela resolução dos problemas da cidade e pelo funcionamento correcto, de acordo com o espírito da Constituição, dos novos órgãos de poder local».

EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Inquilinos denunciaram política habitacional

«O Ministério da Habitação e Urbanismo já há tempo vem preparando a oportunidade de empreender a subida das rendas de casa com justificações inverosímeis, especialmente para um Governo com etiqueta socialista» — afirmaram esta manhã, no decurso de uma conferência de Imprensa, responsáveis da Associação dos Inquilinos Lisbonenses.

O objectivo principal da reunião com os órgãos de Comunicação Social consistiu no anunciar da campanha de esclarecimento que aquela Associação vai lançar a nível regional e nacional a fim de esclarecer e favorecer a mobilização dos moradores e da população contra a especulação das rendas de casa que se tem vindo a generalizar de Norte a Sul do País e contra «a insistência de um Governo socialista em consagrar a liberdade contratual no arrendamento de habitações, em facilitar a especulação, em agravar as distorções e as injustiças que dominam o mercado da habitação, contemplando os senhorios com privilégios que Salazar, embora com a sua manha habitual, não ousou conceder».

Hipólito dos Santos, presidente daquela Associação (cujo lema é «um lar para cada família»), afirmou aos jornalistas presentes: «Vamos lançar todo um conjunto de iniciativas das quais há a destacar as sessões de esclarecimento nos bairros e, se nos facilitarem o acesso, as exposições sobre o assunto na Rádio e na TV para esclarecer a opinião pública do escândalo que se está a processar em matéria habitacional». Aquele responsável da Associação dos Inquilinos Lisbonenses salientou ainda o facto do Ministério da Habitação não ter consultado, nas medidas até agora tomadas no campo da habitação nem a Associação, nem os Sindicatos, nem qualquer instituição popular representativa dos interesses dos moradores.

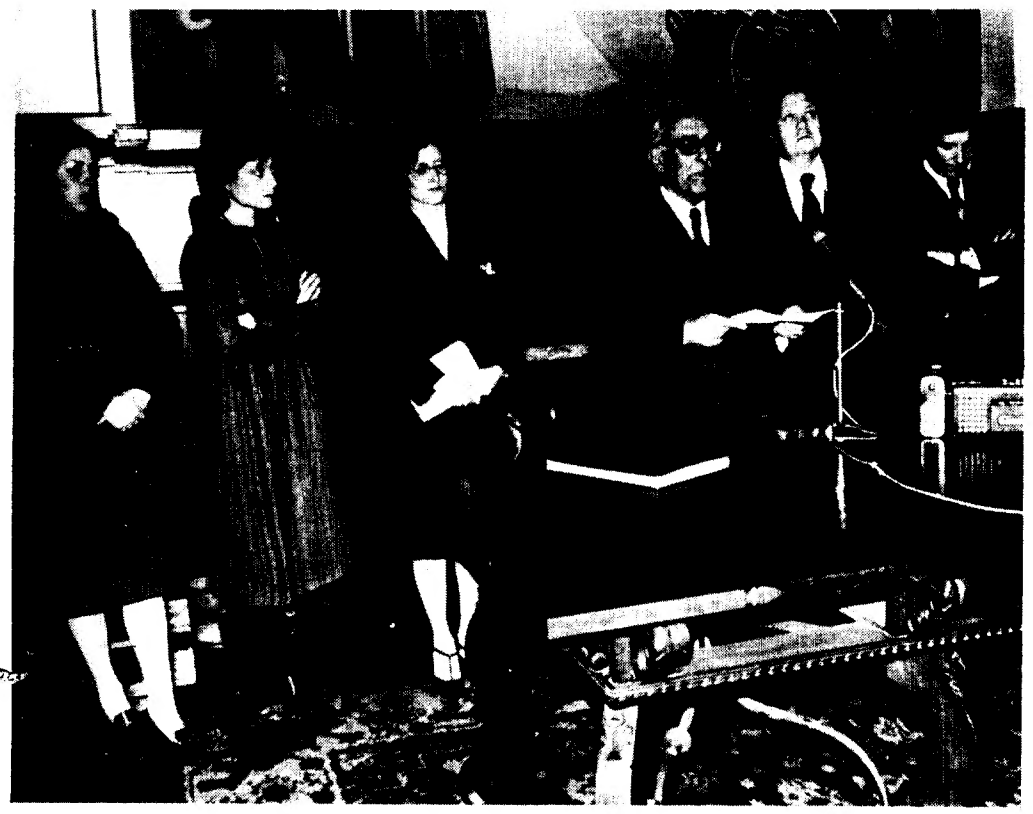
Aeroporto preocupa população de Santa Maria

VILA DO PORTO, 11 — A população da ilha de Santa Maria mostra-se preocupada com boatos postos a circular de que o aeroporto internacional dos Açores, que se situa nesta ilha, perderia alguns voos intercontinentais a favor do Aeroporto das Lajes, na ilha do Faial.

A propósito, o Governo Regional, com sede em Ponta Delgada, divulgou um comunicado no qual assevera que «o aeroporto internacional dos Açores é Santa Maria» e que dará início às obras de ampliação da aerogare, de acordo com projecto já existente, e desmente notícias de que seriam cancelados voos para os Estados Unidos a partir desta ilha.

Por outro lado, refere o comunicado, nas Lajes «será levantada a limitação de cinco toques por semana para voos civis intercontinentais, até agora existentes para a TAP».

Nacional



O ministro de Estado usando da palavra durante o acto de posse

Henrique de Barros empossou Comissão da Condição Feminina

«O direito da mulher à plena igualdade com o homem no que se refere às liberdades cívicas, aos direitos económicos está hoje plenamente reconhecido no domínio da ideologia pela grande maioria da opinião pública em todos os países» — afirmou o prof. Henrique de Barros, ontem à tarde no uso da palavra durante o acto de posse da nova Comissão da Condição Feminina.

A cerimónia teve lugar em S. Bento. Além de Henrique de Barros usou da palavra a presidente da Comissão empossada, Maria do Carmo Santos, que na circunstância proferiu também uma alocução.

Num passo: falou do significado da cerimónia. Noutro passo: salientou a importância da fase que se segue na vida da Comissão, coincidente com a sua institucionalização definitiva. Noutro passo ainda: falou das actividades que a Comissão vai desenvolver.

Entre as actividades que a Comissão vai desenvolver, sublinhou Maria do Carmo Santos a «dinamização dos objectivos do Ano Internacional da Mulher (tema: «Igualdade, desenvolvimento e Paz»)». Mais: acesso igual a todos os níveis de Educação, à formação técnica e profissional em domínios básicos dos sectores industrial e agrícola, e encorajamento de maior participação da mulher nos centros de decisão, a nível local e nacional.

Trata-se de objectivos a perseguir pela Comissão ontem empossada.

MÁRIO SILVA NA IBERLIVRO
"Até sempre, Revolução"

Na Galeria Iberlivro, ao Largo da Misericórdia, 4, é inaugurada esta noite a anunciada exposição do pintor Mário Silva, constituída por um acervo de quadros recentes, vários dos quais fizeram parte da sua mostra em Paris.

Natural de Coimbra, Mário Silva estreou-se naquela cidade ainda nos anos 50, e também ali participou no núcleo dinamizador do Círculo de Artes Plásticas da Associação Académica, por onde passaram outros jovens artistas. Exposições (numerosas) no País e no estrangeiro dão conta do seu empenhamento criador.

O certame da Iberlivro é anunciado num folheto com o seguinte texto: «Chateado pelo caminho que esta Revolução levou, Mário Silva convida-o a si e a toda a gente para verificarem que não perdeu a esperança e diz: até sempre, Revolução... com os bonecos habituais! (É bem feito.)»

Jornalistas ingleses vêm ao Algarve

Um grupo de jornalistas ingleses visitará o Algarve na próxima semana, integrado numa organização de promoção do turismo português, da responsabilidade do Centro Português de Turismo em Londres e do Travel Club of Upminster.

A viagem tem por objectivo assinalar o 15.º aniversário da primeira visita efectuada ao Algarve por um grupo de jornalistas britânicos, que contribuiu bastante para a divulgação daquela zona turística portuguesa entre os ingleses. Os jornalistas convidados representam a Imprensa, a Rádio e a Televisão do Reino Unido.

Em BUARCOS o DIARIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA SATÉLITE

"O SÉCULO" INTERROMPE A PUBLICAÇÃO AMANHÃ

História breve de um matutino que se bateu pela República

O número zero do matutino «O Século», que amanhã suspende por noventa dias a sua publicação, apareceu há 97 anos, no dia 15 de Dezembro. Amanhã, dia 12, publica-se o último número, o 33 876, antes da reestruturação do jornal.

O homem que «inventou» o matutino chamava-se J. de Almeida Pinto e o número extra-série dirigia-se ao País com um artigo assinado por Magalhães Lima, intitulado «A Nossa Apresentação».

Nele se afirmava: «Os Partidos monárquicos, em Portugal, estão vivendo uma vida emprestada, sem elevação moral, sem dignidade e sem carácter. A essa imensa reacção conservadora de hipocrisia, de falsidade e de mentira, convém opor uma grande e uma sólida acção democrática de verdade, de justiça e de sinceridade. Foi para isso que «O Século» se fundou — para ser justo, para ser verdadeiro e para ser independente».

O número 1 do jornal veio a lume numa terça-feira, dia 4 de Janeiro de 1881.

Fundado por republicanos e para a causa da república em Portugal, «O Século» era propriedade de Magalhães Lima (seu redactor-principal), Trigueiros de Martel, Leão de Oliveira e Anselmo Xavier.

Almeida Pinto era o administrador e Bento José Machado o gerente.

A Redacção foi estabelecida no número 30 da Rua do Arco da Graça, numa casa cedida pelo «inventor» do jornal. O primeiro número foi impresso na tipografia de J. Hermenegildo Verde, na Travessa da Parreirinha, 22 a 26 (hoje chamada Rua Capelo). Tinha quatro páginas e custava dez reis.

Os folhetins de «O Século» datam da própria fundação do jornal. O primeiro número já surge com o seu folhetim, na primeira página, como foi de uso durante várias decadas. Os primeiros vinham sob o título de «Vitrine do Joalheiro» e o primeiro folhetim publicado foi uma novela de Alfhonse Daudet intitulada «Noite no Farol».

Desde logo «O Século», se apresenta compartimentado em diferentes secções, algumas das quais se mantêm ao longo dos anos. Assim: «Política Interna», «Política Externa» (comentário sobre a actualidade internacional), «Telegramas» (noticiário do estrangeiro, fornecido pela agência Havas), «Factos», «Queixas Populares» e «Parte Comercial».

O jornal abria ainda com um «sumário» dos principais assuntos incluídos, sumário esse que viria a desaparecer um ano mais tarde.

O primeiro director do jornal, Magalhães Lima, passou por prisões e duelos, multas e insultos, principalmente quando «O Século», numa campanha memorável, denunciou as fraquezas dos tratados do Zaire e de Lourenço Marques, nos quais os Governos portugueses se haviam submetido às imposições inglesas.

Quinze anos após a publicação do primeiro número, Magalhães Lima entrega, o seu posto a outro jornalista: José Joaquim da Silva Graça, considerado o criador da Imprensa de grande informação em Portugal, que fora anteriormente administrador da empresa e mais tarde seu único proprietário. A Silva Graça se deve o lançamento da famosa rede de correspondentes do jornal por toda a província.

Em 1922, Silva Graça, esgotado por toda uma vida de lutas, desligou-se do jornal cujos destinos dirigira durante vinte e dois anos.

Em Outubro daquele ano, Cunha Leal assume a direcção do jornal, lugar que ocupou durante oito meses.

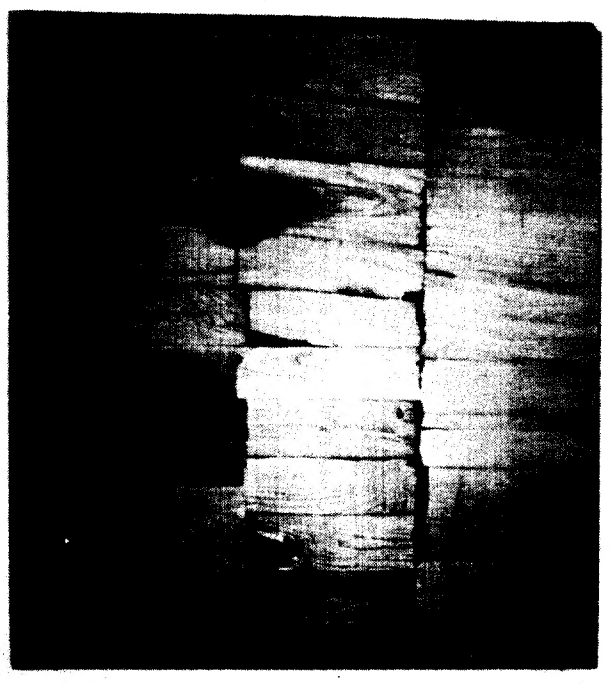
De Maio de 1923 a Novembro do ano seguinte foi director interino Amadeu de Freitas, cargo que deixou a favor de Henrique Trindade Coelho. Este, porém, devido a doença, viria a abandonar o posto dois anos depois.

Em 1926 aparece à cabeça do jornal o nome de João Pereira da Rosa, e depois da morte deste, em 24 de Março de 1962, sucedeu na chefia de «O Século», seu filho, Gulilherme Pereira da Rosa.

Em 1972, o banqueiro Jorge de Brito comprou a Sociedade Nacional de Tipografia, pela quantia de meio milhão de contos, e no dia um de Novembro de 1973 assumiu interinamente o cargo de director o jornalista Manuel Figueira.

Após o «25 de Abril», mantém-se na direcção o jornalista Manuel Figueira que só viria a abandonar o cargo cerca de um ano depois em favor de um outro jornalista: Adelino Tavares da Silva. Depois dos acontereres da Silva. Um tipógrafo, Cardoso Lopes, exerceu também as funções de director, eleito num plenário de trabalhadores. Depois dos acontecimentos do 25 de Novembro de 1975, o jornal teve, sucessivamente, como directores. Eduardo Scarlatti, João Gaspar Simões e Nandim de Carvalho (este apenas por 24 horas).

Exercia actualmente as funções de director interino o jornalista Manuel Magro.



Um trabalho do artista italiano

Burri na Gulbenkian

Foi ontem inaugurada, na Fundação Calouste Gulbenkian, uma exposição do artista italiano Alberto Burri, de quem serão apresentadas 34 obras. Simultaneamente, foi inaugurada uma mostra da ourivesaria popular italiana, composta de peças do Museu de Arte Popular e Tradições de Roma.

As exposições têm o patrocínio do Instituto Italiano da Cultura, e estarão patentes ao público até 31 de Março.

Lista "A" dos jornalistas promove debate no Porto

A Lista «A» candidata às eleições do Sindicato dos Jornalistas promove amanhã no Porto um debate sobre temas da Informação em geral, e mais particularmente sobre as questões da reestruturação dos órgãos da Informação.

Encabeçada por Cáceres Monteiro (candidato a presidente da Direcção) e José Carlos de Vasconcelos (idem da Assembleia Geral), esta Lista «A», que concorre ao escrutínio sob a sigla «Prestigiar o Sindicato e dignificar a profissão — por uma Informação democrática», vê no debate uma aplicação prática do seu método de acção, «mais importante para a classe do que qualquer forma de propaganda, sobretudo numa altura de crise da Imprensa». Elementos afectos à sua lista, do Porto e de Lisboa, participarão no encontro de amanhã.

CARNAVAL
VIAGENS ESPECIAIS PARA:
NICE ..... 18 a 25/2
FUNCHAL ..... 18 a 22/2
OBERAMMERGAU ..... 19 a 25/2
MEGÈVE ..... 20 a 27/2
PROGRAMAS E INSCRIÇÕES
abreu
fundada em 1840
PORTO Av. dos Aliados, 207 • Telef. 3 79 21
LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 37 13 41
COIMBRA Rua da Sota, 2 • Telefs. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telefs. 25035/6

Tribunal Judicial da Comarca de Oeiras

1.º JUIZO

ANÚNCIO

2.ª PUBLICAÇÃO

Por este Juizo e na 2.ª Secção pendem uns autos de Acção Ordinária de Impugnação de Paternidade em que é autor o digno Agente do Ministério Público e réus Armindo Sendim Gonçalves, Rosa Pereira dos Santos Gonçalves e a menor Ana Paula dos Santos Gonçalves e neles correm éditos de 30 dias a contar da data da 2.ª e última publicação do presente, citando o primeiro réu, referido Armindo Sendim Gonçalves, ausente em parte incerta e que teve o seu último domicílio conhecido na Ribeira da Lage, Oeiras, para no prazo de 20 dias, findo que seja o dos éditos, contestar, querendo, a referida acção, pela qual o autor pretende que a ré menor, Ana Paula dos Santos Gonçalves, seja declarada filha de pai incógnito, sob a cominação de, não contestando nem se fazendo representar por mandatário judicial, a acção correr termos à sua revelia.

Oeiras, 2 de Fevereiro de 1977.

O Juiz de Direito,
(a) **Francisco Rodrigues**
O escrivão de direito,
(a) **Regino Augusto Lança**

EXTERNATO
CICLO PREPARATÓRIO
CURSO LICEAL NOCTURNO
— ABERTAS AS INSCRIÇÕES —
(das 18 às 23 horas)
Av. Duque de Loulé, 71, 2.º — Telef. 40345

Trabalho

Trabalhadores da Isolux contestam nota do M.H.U.C.

Trabalhadores da Isolux e o Sindicato dos Electricistas do Sul responderam em comunicado à nota oficiosa do Ministério da Habitação, Urbanização e Construção, em que se põe em causa afirmações dos trabalhadores em conferência de Imprensa.

Baseava-se a nota oficiosa do M. H. U. C. em acusações dos trabalhadores aos órgãos do Poder, por estes não terem apresentado uma proposta de resolução aos problemas de modo a evitar a declaração de falência. A Secretaria de Estado da Construção Civil manifestava a sua estranheza pela posição dos trabalhadores, recusando-se a acreditar que ela fosse subscrita por uma comissão eleita em R. G. T., encarregada de negociar a nível governamental a solução possível.

A S. E. C. C. referia diligências feitas a nível do I. A. P. N. E. I., D. G. P. E., sócios da empresa e trabalhadores, bem como uma reunião com credores, após o que se efectuaram estudos económico-financeiros sobre a empresa e se pediu apoio à Banca e Direcção-Geral de Promoção de Emprego. Em 28 de 12, o B. E. S. C. L. deu resposta afirmativa, prontificando-se a satisfazer as necessidades da empresa.

Ainda segundo a nota da Secretaria de Estado da Construção Civil, a comissão eleita em reunião geral de trabalhadores, informava em relatório do dia 17 de Dezembro, que era impossível continuar os esforços para salvar a situação da Isolux, devido à posição assumida pelos trabalhadores do Porto e alguns de Lisboa que teriam dito não aos sacrifícios que se exigiam. No final da nota, reafirma a S. E. C. C. que teria sido possível sanar a situação se os trabalhadores da Isolux tivessem mostrado vontade de cooperar.

Na resposta, os trabalhadores reafirmam o seu desconhecimento de «qualquer resposta correcta dos órgãos do Poder». «Se tal proposta existiu», declaram, «e se alguém certamente de má-fé a não transmitiu aos trabalhadores estes não podem senão insistir na acusação das entidades oficiais, considerando-as também como responsáveis pela Isolux».

Quanto à tal comissão eleita em R. G. T., para negociar com o Governo e os patrões espanhóis o futuro da Isolux, esclarecem os trabalhadores que essa comissão foi eleita por sugestão de um dos patrões portugueses («hoje altamente colocado nas instâncias governamentais»), que exagerando a gravidade da situação preconizou a constituição de um grupo de cinco pessoas «com certas características» para negociar com os sócios capitalistas espanhóis e com as entidades oficiais. «Os nomes dessas pessoas entre as quais figuram o gerente, foram propostos a uma R. G. T. que, acreditando na boa-fé das mesmas, as aceitaram para as referidas finalidades», acrescentam os trabalhadores. Em seguida, denunciam o comportamento da Comissão Negociadora que sem dar conhecimento de diligências, apenas fez em dada altura um «simulacro de consulta aos trabalhadores», colocando-os perante um dilema: ou aceitavam as condições impostas (transferência das quotas da firma para os elementos da Comissão Negociadora, que segundo o comunicado dos trabalhadores, constituíram a firma concorrente T. E. L.) e aceitação do salário mínimo, ou rescisão do contrato com a firma «sem direito à indemnização legal e recebendo os salários atrasados quando possível».

Afirmando-se dispostos a fazer sacrifícios para recuperar a Isolux e manifestando estranheza por certos comportamentos dentro e fora da empresa, os trabalhadores esperam que o M. H. U. C. «e demais entidades oficiais sejam cuidadosos nas afirmações, mais firmes na defesa dos interesses dos trabalhadores, enfim, mais socialistas».

C.G.T.P. apoia por "justas no essencial" as lutas de trabalhadores em curso

Na sua primeira reunião após o acto de posse, o Secretariado da C.G.T.P. — Intersindical divulgou um extenso comunicado de análise genérica aos problemas que mais preocupam a classe trabalhadora.

Referindo-se às lutas em curso, o Secretariado considera que elas são no essencial justas e manifesta o seu apoio, nomeadamente, à luta dos trabalhadores dos têxteis, das pescas e do mar, metalúrgicos, construção civil, função pública e panificação, «porque os seus objectivos se enquadram no esforço dos trabalhadores contra as manobras capitalistas e contra uma política antioperária, e pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho». Neste sentido, o Secretariado apela «para a solidariedade activa entre todos os trabalhadores portugueses, exortando-os a manterem-se unidos, coesos e vigilantes na luta pelos seus interesses de classe, alertando, no entanto, para todas as formas precipitadas de acção que, em última análise, apenas fazem com que sejam os trabalhadores as próprias vítimas das acções que desencadeiam».

«O desemprego crescente e os despedimentos, o aumento do custo de vida e os ataques à Reforma Agrária são consequências de uma política de cedências às forças do capital e exigem do movimento sindical uma resposta firme» — afirma-se no comunicado. Este documento denuncia a escalada do patronato nacional e internacional que, «através de despedimentos massivos pretendem criar, no nosso país, «um exército de mão-de-obra disponível para poderem assim executar uma política de exploração baseada nos baixos salários». No prosseguimento de tais métodos, a não haver uma intervenção decisiva do Governo, «cem mil trabalhadores podem vir a ser lançados no desemprego», quer pelo encerramento de empresas, quer pela devolução de outras, mormente as intervencionadas, aos seus antigos donos. Também é feita referência à constituição de um «cabaz de compras». Esta tentativa, que de início mereceu o apoio do movimento sindical, está agora gravemente comprometida «pelos sucessivos aumentos de preços já permitidos, e outros em vias de concretização (casos do pão e do leite)». O documento da Intersindical insurge-se ainda contra o facto de nenhumas medidas terem sido tomadas no sentido de acabar com o congelamento da contratação colectiva, daí não resultando a actualização de salários face ao aumento do custo de vida. Quanto à Reforma Agrária, são apontados no comunicado os riscos de desemprego nos campos, de comprometimento da produção agrícola e de conflitos entre o povo e as forças militarizadas, em resultado dos golpes profundos que a C. A. P., com a cobertura do Governo, lhe tem desferido.

Conclui o documento: «Se a situação descrita, só por si, preocupa os trabalhadores, mais se agrava ainda se se atentar que os conflitos existentes na Função Pública e nas Pescas resultam directamente da actuação do próprio Governo, cuja recusa em dialogar com os trabalhadores e as suas organizações é uma clara contradição em relação ao apelo à unidade antifascista lançado pelo Primeiro-Ministro, no passado dia 31 de Janeiro.

O MUP E O CONGRESSO

«As posições revolucionárias defendidas por várias delegações e dezenas de delegados ao Congresso contribuíram poderosamente para que o Congresso dos Sindicatos, entendido como jornada de luta contra a divisão e o sectarismo, contra a cisão e a colaboração de classes, fique como um passo importante do Movimento Operário Português» — afirma o Movimento de Unidade Popular em comunicado.

O documento do M. U. P. saúda calorosamente todos os sindicatos e delegados ao Congresso que souberam erguer a bandeira da unicidade e do sindicalismo de combate, mostrando que a única força em quem os trabalhadores podem confiar é a da corrente sindical revolucionária que se fortalece em cada batalha.»

FERTEX E SCHIMING PARADAS:

Perda de dez mil contos de divisas por mês

«O País perde mensalmente mais de dez mil contos de divisas porque duas empresas têxteis, a Fertex e a Schimming estão paradas por falta de matérias-primas» — denuncia o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Distrito do Porto e os trabalhadores das duas empresas numa exposição enviada a todos os órgãos do Poder.

Como já tem sido noticiado a Banca tem recusado financiamentos àquelas empresas, apesar da sua viabilidade económica ter sido apontada por equipas técnicas, uma vez que, quer a Fertex, quer a Schimming, têm instalações modernas e bem equipadas.

Referindo-se concretamente à Fertex, diz o Sindicato que o patrão, José Miguel, apesar de dever 110 mil contos à Banca ainda põe condições para continuar a administrar a empresa (um crédito de 100 mil contos).

Frise-se que ambos os patrões abandonaram as firmas sem qualquer acção movida pelos trabalhadores. O sr. Shimming deixou de comparecer na fábrica, limitando-se a assinar alguns cheques.

Perante a situação escandalosa da Fertex — salienta o documento — «o Governo continua a achar que nada pode fazer e que não tem leis para resolver o problema, o que não é verdade, pois existem decretos-leis capazes de resolver esta situação, por exemplo o 76-C/76 e o 422/76».

Relativamente à Schimming, relembram os signatários que «o patrão alemão federal impunemente insulta o Governo, dita leis por «telex» exige despedimentos e ainda indemnização, se a empresa encerrar». E mais: «O BPA chama à Judiciária o Sindicato e trabalhadores por denunciarem a verdade...Será que a administração do BPA que não permitiu que os salários dos 400 trabalhadores fossem pagos quer agora metê-los na prisão, pretendendo dar-lhe o pão que lhes está já a faltar?»

Recorde-se que, conforme noticiámos há dias, o BPA moveu uma acção aos trabalhadores e direcção do Sindicato, por estes considerarem a sua acção sabotadora da economia nacional. Na exposição enviada aos órgãos do Poder, reafirma-se que o BPA «preferiu reter os saldos positivos de tesouraria, não permitindo que fossem pagos os salários ou a conceder créditos para adquirirem matérias-primas» e que, «com esta decisão, não pagou a si próprio a dívida do sr. Schimming, que ascende a 35 mil contos e fica impedido de recuperar totalmente a dívida, atirando para o desemprego 400 trabalhadores e fechando as portas a uma empresa com viabilidade económica».

PUB

CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO VERTICAL PARA OS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO PARTICULAR

AOS TRABALHADORES DO SECTOR

Convocam-se a todos os trabalhadores do sector para uma reunião na Rua Camilo Castelo Branco, 33 - Lisboa, no dia 11/2/77, sexta-feira, às 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações sobre o Contrato Colectivo de Trabalho Vertical
2 – Posições a tomar

Apelamos a comparência em massa de todos os trabalhadores. Da mobilização que se verificar dependerá a saída do nosso C.C.T. Vertical.

Será que o aumento de custo de vida não atinge os trabalhadores deste sector?

Será que o patronato não respeita as posições do Ministério do Trabalho?

Porque se tem recusado negociar o CCT Vertical alegando que a proposta foi entregue fora do prazo, quando o Ministério do Trabalho já emitiu parecer favorável aos Sindicatos?

Os trabalhadores pretendem melhorar as suas condições de vida e de trabalho! Não será justo?

COMPARECE! NÃO FALTES! A TUA PRESENÇA É INDISPENSÁVEL!

ASSINA:

PELA COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL

SINDICATO PROFESSORES GRANDE LISBOA
SINDICATO TRABALHADORES PORTARIA, VIGILÂNCIA, LIMPEZA E ACTIVIDADES SIMILARES
SINDICATO TRABALHADORES ESCRITÓRIO DE LISBOA
SINDICATO INDÚSTRIA HOTELEIRA
SINDICATO DOS COBRADORES
SINDICATO DOS RODOVIÁRIOS DE LISBOA
SINDICATO OPERÁRIOS TÊXTEIS E VESTUÁRIO DO SUL
SINDICATO DOS TELEFONISTAS DE LISBOA
SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO SUL

Gráficos comentam Alegre : "o discurso é ambíguo"

Organizações sindicais e de trabalhadores ligadas ao sector da Imprensa têm vindo a pronunciar-se sobre a recente comunicação de Manuel Alegre, pela TV, a propósito da situação existente e da reestruturação anunciada.

Assim, o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes manifesta, na sua última circular, a sua concordância com algumas afirmações de princípios. Interroga-se, no entanto, quanto à maneira prática de realizar essa reestruturação. «Se as medidas a tomar vão favorecer de facto os trabalhadores e a democracia, ou se vão reforçar as posições da reacção, agravar significativamente as condições de vida dos trabalhadores, aumentar o desemprego e o sub-emprego».

Para os Gráficos, a reestruturação deve ser feita na perspectiva de defesa da independência da Informação perante os órgãos do poder político e dos partidos e na mobilização do Povo para aplicação da Constituição e para a construção de uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem.

A «circular» dos Gráficos considera o discurso do secretário de Estado da Comunicação Social ambíguo em algumas das partes mais importantes, chegando mesmo «a contrariar os objectivos expressos». Nomeadamente quanto à criação de um quadro de adidos para o pessoal excedentário, a regulamentação da declaração do sector em crise, as reformas antecipadas, a desintervenção estatal, etc., em relação a tais medidas, segundo os Gráficos, Manuel Alegre «não foi suficientemente claro para sabermos em que secções considera existir excesso de pessoal, se tenciona promover a reconversão profissional, garantir o direito ao trabalho e salvaguardar as conquistas dos trabalhadores. Os Gráficos interrogam-se ainda sobre os critérios que serão utilizados para a reestruturação e quais as condições de reforma.

A este respeito, acrescentam: «Exigimos participar naquilo que nos diz respeito e esperamos que as soluções a adoptar contemplem as nossas propostas».

A «circular» sublinha ainda que, proibindo a Constituição as organizações fascistas, coerentemente não pode a reestruturação, feita com a responsabilidade do Governo Constitucional, possibilitar a existência de pasquins fascistas, que enchem as bancas de todo o País, que lutam pelo regresso ao passado, atacam a democracia e as instituições.

Trabalho

SOLTAS

EXONERAÇÃO NO M.T.

O ministro do Trabalho exonerou, a seu pedido, o chefe do seu gabinete, Manuel do Nascimento Batista que permanece no entanto, em funções, no gabinete do ministro. O dr. Nascimento Batista, magistrado do Ministério Público da 9.ª Vara do Tribunal do Trabalho do Porto, fica encarregado dos assuntos relacionados com a reestruturação e funcionamento dos Tribunais de Trabalho, enquanto integrados no Ministério do Trabalho e dependentes do gabinete do ministro. Para chefe do seu gabinete, o ministro nomeou o capitão Fernando de Sousa Gamboa Marques, do quadro de complemento de Infantaria em serviço no comando-geral da Guarda Fiscal.

SOLIDARIEDADE

Os trabalhadores da Setenave aprovaram uma moção de apoio aos seus camaradas da Lisnave, os quais propõem a nacionalização dos 12 por cento dos Melos. A decisão de solidariedade deve-se ao facto de haver identificação de interesses dos trabalhadores daqueles complexos industriais.

UCP «RAINHA DO SUL»

O Secretariado Distrital das Cooperativas / UCP do Distrito de Beja manifestou a sua solidariedade com os trabalhadores da Cooperativa UCP «Rainha do Sul», em St.ª Susana, e a sua justa luta, «repudiando energicamente a atitude agressiva assumida pela G.N.R. para com trabalhadores honestos que outro crime não cometeram que trabalhar sol a sol para bem do nosso Povo». O Secretariado apela, ainda para o Presidente da República, Conselho da Revolução e Assembleia da República no sentido «de se pôr cobro à agressão de que estão sendo vítimas os trabalhadores alentejanos pois esta situação é o inverso do que reza a nossa Constituição.»

DECRETO 841-C/76

O Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa enviou um telegrama ao Presidente da Assembleia da República em que, no momento em que aquela assembleia discute o decreto 841-C/76, (sobre despedimentos), reclama a suspensão da sua vigência. Reclama também o Sindicato a participação das organizações dos trabalhadores na futura revisão da matéria em causa.

CT's DA CUF

A Comissão Coordenadora Intercomissões dos Trabalhadores Grupo Cuf convida todas as CTs do grupo (Conselho de Lisboa) a aderir ao encontro de CTs e Direcções Sindicais, que se efectua amanhã, às 14 e 30, no refeitório da Epal (Av. de Berlim, Olivais Sul), com a seguinte ordem de trabalhos: projecto de lei do controlo operário e projecto da lei da grave.

FUNÇÃO PÚBLICA

Jornada de luta irreversível

Treze sindicatos do sector da Função Pública confirmaram ontem em conferência de Imprensa a jornada de luta do próximo dia 15, cujo objectivo é «a imediata discussão com os Sindicatos do projecto de reestruturação dos quadros e carreiras e a preparação com os Sindicaros de nova tabela a ser considerada na revisão do Orçamento Geral do Estado que terá lugar até 30 de Junho».

Num comunicado conjunto, os Sindicatos afirmam que a jornada do dia 15 é a melhor forma de responder «às sucessivas provocações do Governo» e será realizada «com firmeza mas, fundamentalmente, com responsabilidade e consciência, efectuando-se a paralisação durante o dia, com reuniões para aprovação de moções e discussão dos problemas fundamentais que afectam toda a classe, sem abandono dos locais de trabalho e sendo assegurados os serviços vitais de urgência.»

. Referindo a atitude do Governo para com os trabalhadores da Função Pública, um dirigente do Sindicato da Zona Sul, afirmou: «Estamos a ser tratados como no tempo do fascismo. Tudo é feito sem sermos ouvidos e, por fim, pretendem tirar-nos o estatuto de trabalhadores. Durante o fascismo não nos admirávamos que tal acontecesse. Por parte do actual Governo, achamos que se trata de uma incoerência.»

. Os trabalhadores dos diferentes Serviços têm decidido em plenários por todo o País qual a forma de se integrarem na luta. Os enfermeiros do Sul por exemplo, decidiram paralisar durante meia hora — das 14 e 30 às 15 horas — ao mesmo tempo que se comprometem a assegurar o normal funcionamento dos serviços de urgência das unidades hospitalares.

Os promotores da conferência de Imprensa informaram que o comunicado do Conselho de Ministros, em tom intimidante, teria por objectivo desmobilizar e dividir os trabalhadores, mas, na verdade, na maioria dos locais de trabalho teve o efeito contrário, aumentando a união dos trabalhadores contra a política governamental.

Finalmente, foi denunciado que por iniciativa das direcções de dois serviços públicos, foram postas a circular entre os trabalhadores fotocópias do comunicado do Conselho de Ministros para que os trabalhadores «tomassem conhecimento e assinassem».

ZONA NORTE DISCUTE A MANHÃ

«Os trabalhadores da Função Pública não reconhecem ao Governo autoridade para decidir a legitimidade de uma luta que é perfeitamente legal, reconhecida pela própria Constituição e que resulta de uma justa reivindicação dos trabalhadores» — sublinha a comissão instaladora do Sindicato dos trabalhadores da Função Pública da Zona Norte, no comunicado-concovatória distribuído pela classe.

Estão marcadas para amanhã, com início às 15 horas, assembleias gerais nos cinco distritos da zona Norte: no Porto (Faculdade de Engenharia); Braga e Viana do Castelo (instalações do Inatel); Vila Real (Escola Preparatória Diogo Cão) e Bragança (Liceu Nacional).

SINDICATO PARALELO

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul denuncia em comunicado a tentativa de criação de um sindicato paralelo, por parte dum grupo de «Quadros Técnicos do Estado» constituídos em Comissão Coordenadora. A Direcção do Sindicato da Zona Sul «considera esse documento como uma desesperada tentativa de indivíduos incapazes de compreender o sindicalismo na função pública».

No seu comunicado, os dirigentes da Zona Sul desmentem certas «necessidades», consideradas pelos promotores do hipotético novo sindicato, como factores determinantes da criação do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado. Assim, os subcritores do comunicado esclarecem que contrariamente à afirmação de «não haver estruturas capazes de assegurar a possibilidade de apresentar os seus problemas específicos, existem no Sindicato grupos de trabalho para problemas específicos nomeadamente um grupo aberto, constituído por técnicos que estudam exactamente a reestruturação da carreira técnica.

Estranham também os dirigentes da Zona Sul que só agora «debaixo de ataques governamentais» o tal grupo vem falar na necessidade de fundar outro do sindicato quando concorreu às eleições do Sindicato da Função Pública e até apresentou ou defendeu projectos de Estatutos. Lembram ainda que os técnicos dos sectores bancários e seguros estão integrados nos seus Sindicatos verticais, não havendo razão para que no sector da F. P. a situação seja diferente.

Finalmente, a Direcção do Sindicato da Função Pública da Zona Sul esclarece que o factor financeiro que parece ser fundamental para os «mentores de tal organização» não é fundamental para os responsáveis do sindicato da F.P. Para estes, vitória não é a redução do leque salarial mas a participação dos trabalhadores na elaboração das leis que lhes dizem respeito e obtenção de um ordenado decente para as classes mais desfavorecidas.

PESCAS

Trabalhadores em plenário decidem manter luta

Cerca de mil pescadores reuniram-se ontem em plenário na Docapesca para analisar a situação do sector, tendo decidido manter a greve em que há alguns dias estão empenhados.

Os trabalhadores do tráfego fluvial decidiram também reduzir as horas extraordinárias, com exclusão do transporte de passageiros.

Relativamente ao prazo de 48 horas dado aos trabalhadores pelo Governo na última reunião do Conselho de Ministros, segundo elementos da Federação dos Sindicatos do Mar, as associações sindicais do sector não receberam qualquer informação oficial relativa ao prazo citado.

A Marinha do Comércio, por seu turno, mantém a redução de horas extraordinárias que vêm praticando.

TÊXTEIS

Negociações em impasse: a greve continua

Malogrou-se — mais uma vez — a tentativa de conciliação ontem efectuada no Ministério do Trabalho, com vista à assinatura do Contrato Colectivo Vertical do sector têxtil. Segundo comunicado da Federação dos Sindicatos, as conversações com o patronato prolongaram-se por mais de dez horas, tendo terminado já de madrugada, mas não permitiram encontrar qualquer saída para o impasse, pelo que a greve vai continuar. O índice de adesão às paralisações manteve-se ao nível verificado no primeiro dia: de 75 a 80 por cento, no conjunto do País, havendo no entanto numerosos casos em que a percentagem subiu aos cem por cento.

O comunicado da Federação acusa o patronato de continuar «na sua posição de intransigência, praticando uma política de terra queimada e que a Comissão Negociadora Patronal «nada mais fez do que repetir aquilo que vimos ouvindo já há longos anos».

No próximo dia 16 realiza-se nova reunião de conciliação, mantendo-se até lá a forma de luta adoptada pelos sindicatos: paralisações de uma hora em cada turno e de 15 minutos de duas em duas horas.

Novos despedimentos no Ministério do Trabalho

Dois economistas do Ministério do Trabalho foram despedidos sem justa causa por despacho do ministro Marcelo Curto, ao abrigo de legislação herdada do fascismo — Decreto-Lei 49 397 de 24.11.69, art.º 3.º alínea a) e art.º4.º.

Francisco Machado Mota, que desempenhava as funções de adjunto do director-geral de Relações Colectivas de Trabalho e de chefe do Gabinete de Economia e Finanças (agora extinto) e Luís Aníbal da Silva Carvalho, técnico de 2.ª do mesmo Gabinete de Economia e Finanças, foram despedidos ao abrigo da tal legislação, recebendo a indemnização correspondente a dois meses de vencimento, eliminando o ministro a outra alternativa de aviso prévio de 60 dias.

Dos nove trabalhadores que prestavam serviço no gabinete extinto, sete regressaram aos serviços do MT, só estes dois não foram reconduzidos, embora Francisco Mota seja trabalhador da Função Pública há oito anos e Luís Carvalho há dois, e apesar da sua competência ter sido reconhecida pelo próprio Marcelo Curto, por altura do IV Governo, em comentário a Francisco Mota. Os dois trabalhadores despedidos desenvolviam no MT trabalho exclusivamente técnico, nomeadamente peritagens a empresas, não se reconhecendo qualquer reclamação quanto ao seu trabalho.

Os dois economistas vão recorrer ao Sindicato da Função Pública e ao Tribunal Administrativo desta decisão que consideram ilegal e inconstitucional.

para escolher o melhor televisor é preciso saber ver

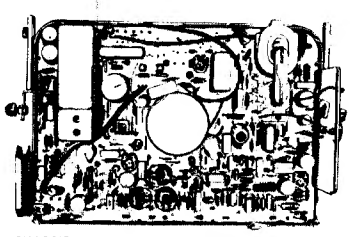
NACIONAL RÁDIO aconselha

GRUNDIG

Exclusiv 1452 (35 cm)

CHASSIS REBATIVEL
Esta imagem representa a evoluida tecnologia GRUNDIG, resultante da experiência acumulada ao longo de anos de fabricaçao de milhoes de televisores.
Se V. for um técnico preferi-lo-á.

SELECTOR DE PROGRAMAS SUPERELECTRONICO
Construido com circuitos integrados, funciona ao simples toque do dedo. Como é totalmente electrónico nao tem avarias por desgaste, caracteristicas dos sistemas mecânicos. Indicador de programas iluminado e de grande formato. Apto para seleccionar 7 programas diferentes em VHF ou UHF.



CHASSIS
Construido com componentes electrónicos de tecnologia mais avançada.
Totalmente equipado com os mais modernos semi-condutores – nao só transistores, diodos e rectificadores – mas também elevado numero de circuitos integrados.
Funcionamento estável e seguro ao longo dos anos.
Consumo muito reduzido: apenas 35 Watts.

A imagem da Europa

GRUNDIG

GRUNDIG
PRODUZ TELEVISORES
DE 31 A 61 CENTIMETROS,
A PRETO-E BRANCO
E DE 37 A 66 CENTIMETROS
A COR

DISTRIBUIDOR NO SUL
NACIONAL RÁDIO, S.A.R.L.
Rua Bento de Jesus Caraça, 17 Telef. 211 28 71
Cruz Quebrada LISBOA - 3

DISTRIBUIDOR NO NORTE:
SOC. REP. SANTOS GUIMARAES & OLIVEIRA, S.A.R.L.
PORTO

Nacional

CASA DE SANTO ANTÓNIO

Um refúgio para a

«Aquela que ali está a lavar a roupa tem 13 anos e um filho com 5 meses, o David Miguel» — informa-nos uma das responsáveis da Casa de Santo António, instituição de apoio às mães-solteiras.

Corpo de mulher, rosto de criança. Nunca ri. Fala da sua história com bastante nervosismo. Como não podia deixar de ser, pois trata-se de uma história macabra. Abandonou a escola para ir guardar ovelhas. Vivia com a avó, o pai estava preso e a mãe também tinha abandonado a casa. Um primo dela, com 34 anos, que vivia com uma prima de 16 anos, que por sua vez já tinha vivido com o pai desta, violentou-a. E é assim, no meio desta promiscuidade, que esta jovem (não revelamos o nome nem a naturalidade, por razões óbvias) engravidou aos 12 anos.

Não se apercebeu do que lhe tinha acontecido. Contou apenas à avó, que expulsou o primo, e a vida continuou aparentemente normal, mantendo-se o segredo entre a avó e a neta. A guardar o rebanho, começou a sentir-se mal disposta, cansada, já não lhe apetecia brincar com a irmã, mais nova um ano. Foi ao médico. O diagnóstico foi simples: estava grávida de cinco meses.

Deram-lhe a morada da Casa de Santo António. Está ali há quase um ano. Ao princípio, pensou em dar o filho mas lá a incentivaram a ficar com a criança. Numa idade em que devia «falar na mãe ou no pai», esta criança «fala em criar o filho». Pensa estar ali até o David ter seis anos. Está também a tirar a 4.ª classe. «Casar com o primo? Não, não quero, nem o quero ver».

Esta foi a mãe-solteira mais jovem com quem falámos até hoje. Uma história que, infelizmente, não é assim tão pouco vulgar como isso no nosso país. Para estes casos, a sociedade, a opinião pública, a moral «tomam conta da ocorrência, esboçam um gesto de repúdio e encolhem os ombros». Mas ai, se se fala do aborto ou de anticoncepcionais! Aí a sociedade, a opinião pública e a moral «tomam a peito e fazem histéricas campanhas contra essas medidas». E até agora têm vencido.

MÃES-SOLTEIRAS PRECISAM DE ABRIGO

A Casa de Santo António, instituição particular, existe há 46 anos e destina-se a auxiliar as mães-solteiras. A maioria está ali por ter sido «escorraçada» pela família devido ao seu estado de gravidez ou por elas próprias se terem afastado da família, com medo ou com vergonha.

A Casa de Santo António vive com grandes dificuldades e está mesmo em perigo de ter de fechar as portas. Recebem um subsídio da Misericórdia de dez mil escudos por mês, mas têm de pagar à própria Misericórdia uma renda de 3.500$00.

Para sobreviver fazem trabalhos para fora, desde pastelaria a passar roupa a ferro, a coser, etc. Algumas das mães-solteiras que ali estão a trabalhar recebem ordenado, tendo como base o salário mínimo nacional.

Neste momento, encontram-se ali trinta mães-solteiras, algumas delas ainda grávidas. Nenhuma daquelas com quem conversámos «quis» ter o filho; foi um acidente. Pelo adiantado estado de gravidez em que se encontravam... sujeitaram-se à maternidade.

E assumiram-na sozinhas. Na esmagadora maioria dos casos, são filhos «ilegítimos». Na creche e jardim infantil, que também ali funcionam como fonte de receita, estão 27 crianças «sem pai».

A. R. tem 18 anos. Natural de Benguela onde estudava para regente agrícola. Veio para Portugal para ter a criança. Não sabe do pai. Agora está a tirar secretariado. A filha já tem 17 meses. «Não estava preparada para ser mãe. Eu só me queria divertir, tinha uma moto. Estava muito adiantada quando vi que estava grávida e já não podia abortar».

A grande maioria das jovens que ali se encontram, trabalhavam como empregadas domésticas. No entanto, também ali está uma universitária. Numa sociedade, com tantos preconceitos morais e com tão poucas hipóteses de apoio às mães-solteiras, instituições deste tipo ainda são necessárias. O ideal seria que as mães-solteiras não precisassem de uma instituição de apoio, mas de uma sociedade que as aceitasse.

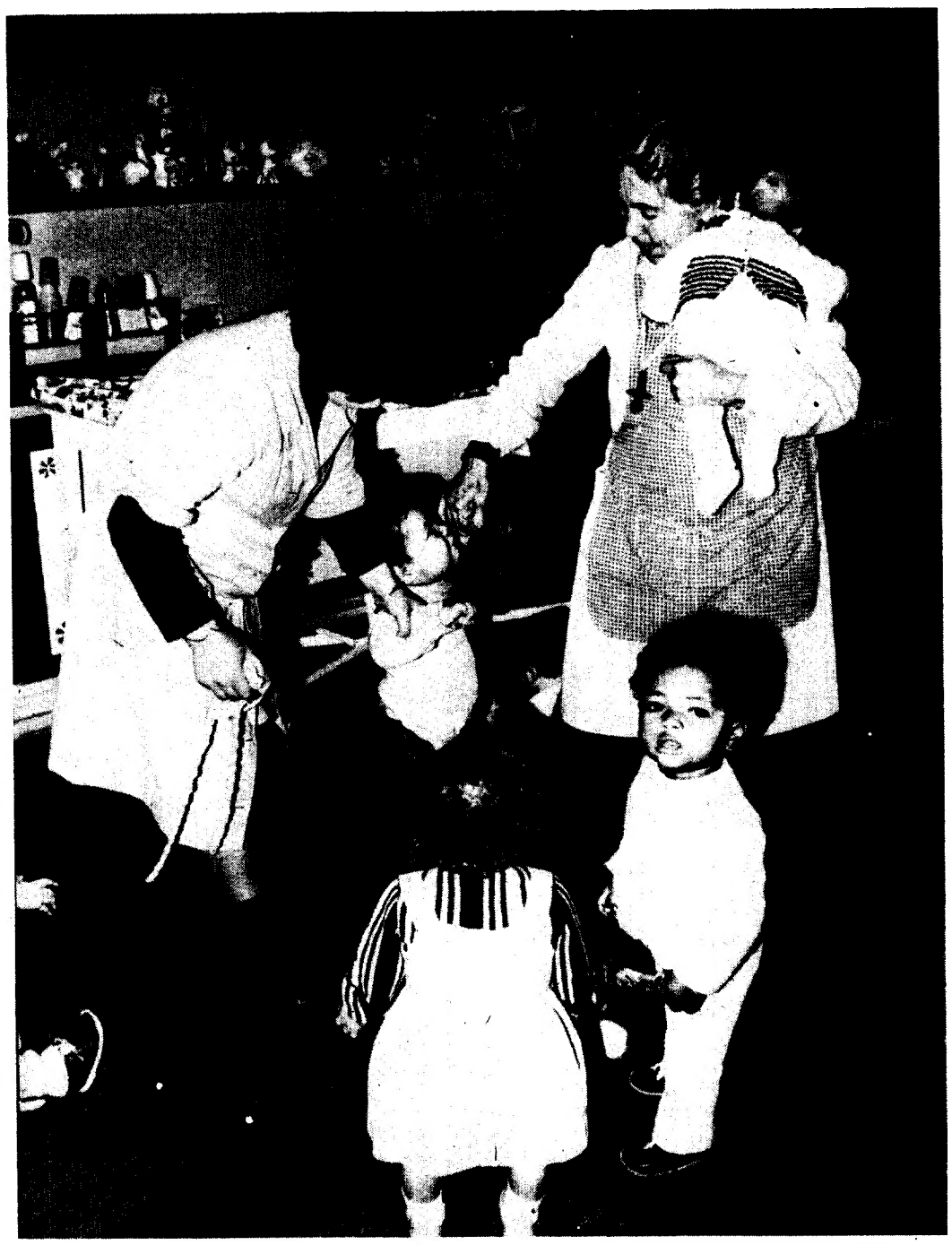
Mesmo esta, a única que existe em Lisboa (só existe outra no Porto) está em perigo de encerrar. «Já estamos a entrar nas reservas».

«PREFIRO SER SOLTEIRA»

Manuela (foi o nome que nos deu, mas que é falso segundo nos afirmaram as responsáveis) tem 19 anos. Ainda deve ter a criança este mês.

De um meio social que nos pareceu bastante bom, saiu de casa há cinco anos e vivia aqui em Lisboa com «um grupo». Entre a droga e as «boites», engravidou. «Não sei quem é o pai». A gravidez foi neste caso, uma contrariedade. «Não consigo tratar de uma criança. Vou ver se falo com os meus pais, que não vejo há muito tempo, para eles ficarem com a criança». Está ali de passagem. Pouca gente «do grupo» sabe que ela está grávida. Que tenciona fazer? Sorri. Enigmática. Voltará para o «grupo»?

A culinária é uma das fontes de receita para a Casa de Santo



Alguns dos filhos «ilegítimos» que estão no Infantário da Casa de Santo António

TERESA AMBRÓSIO (PS) NA ASSEMBLEI

"Triste sorte das mull do meu País..."

Teresa Ambrósio: O problema das mulheres é uma das grandes questões políticas nacionais

A deputada do Partido Socialista, Teresa Ambrósio, fez uma intervenção esta semana na Assembleia da República sobre o problema da mulher no mundo do trabalho. «Esta questão, ouso dizê-lo aqui, é no entanto uma das grandes questões políticas nacionais já que diz respeito a uma grande percentagem da população afecta num grupo biossocial perfeitamente identificável sobre quem recaem as tarefas menos dignificantes». E acrescentou: «Da forma como se lhe fizer face, se inferirá o grau de progresso atingido pela sociedade e se julgará da direcção da democracia, da liberdade, da dignidade humana que a este país se deseja imprimir».

Teresa Ambrósio, deputada do Partido do Governo, viria a denunciar da tribuna que «dia após dia após o 25 de Abril, como após a promulgação da Constituição, se continua a violar velada ou expressamente os princípios inscritos nomeadamente nos Artigos 13, 52, 53 e 54. Isto é, às mulheres está sendo efectivamente vedado ou limitado, pelo simples facto de serem mulheres, o acesso a determinados cargos e é-lhe negado efectivamente a igualdade de oportunidades no acesso a determinadas profissões. Mais ainda, não lhes está sendo garantido o direito de igual retribuição por trabalho igual. Isto é, as mulheres pelo simples facto de serem mulheres, e não por competência ou responsabilidade profissional, continuam a não poder usufruir muitas vezes de trabalho estável, qualificado correctamente defendido pelos Sindicatos».

Perante uma Assembleia distraída, Teresa Ambrósio continuou a falar do problema das mulheres. Foi, quanto a nós, uma boa intervenção. No fundo, uma acusação ao Governo que permite as discriminações inconstitucionais, apontadas por uma deputada do seu próprio grupo parlamentar, a dar razão a tudo aquilo que temos vindo a afirmar neste jornal. Uma intervenção honesta de uma mulher que apesar de pertencer ao partido do Governo, não pode ignorar a situação das mulheres do seu país.

E conclui a deputada socialista: «Bem sabemos que os tecidos sociais de uma nação tem leis que é inútil forçar e que a Nação tem uma estrutura e um cariz determinados que só respeitando-os se evoluirá. É por isso que se aceitam as pausas requeridas pela força das circunstâncias, para passar à prática a doutrinária inspiração constitucional.

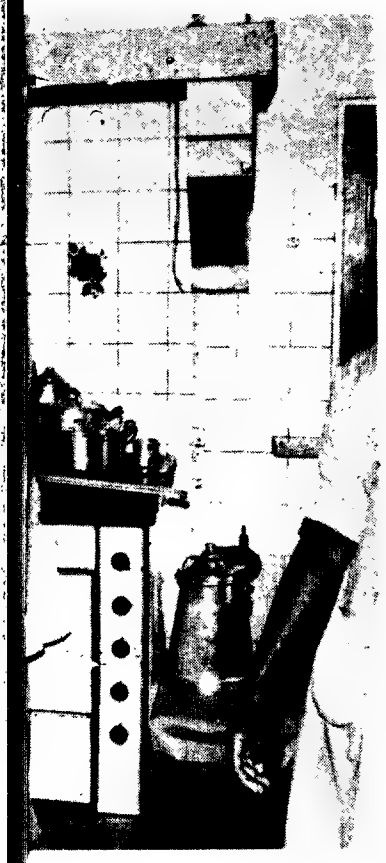
«Assim o reconhece o bom senso político (e assim o reconhecem muitas mulheres» — prossegue Teresa Ambrósio — «uma das quais ainda no Congresso da Intersindical sobre trabalho feminino no sector rural, indústria e serviços, no

Nacional

as mães-solteiras

Deixou passar o tempo. «Se soubesse que estava grávida, tinha feito um aborto». Não pode, porque não sabe, pedir ao pai para dar o nome à criança. «Casar? Não, prefiro ser solteira. Não andamos às ordens de ninguém».

Estão ali muitas cabo-verdianas. A M. A. tem 22 anos. Estava a trabalhar como doméstica. A «patroa» quando soube que ela se encontrava grávida, disse-lhe «para procurar outro lugar». Foi para a Casa de Santo António com cinco meses de gravidez. Depois, se puder deixar ali a criança, irá trabalhar outra vez «para fora». Pareceu-nos que esta jovem «assumiu a gravidez com uma certa alegria».



Santo António

Poderíamos ficar aqui a contar casos e casos. Como o daquela jovem, que ali ficou a trabalhar, e que tem a filha já com cinco anos. «A minha família teve um desgosto como se eu lhe tivesse morrido. Hoje já se habituaram, mas eu gosto mais de estar aqui. Sinto-me mais à vontade».

AS PERCENTAGENS

Assim vivem algumas das mães-solteiras deste país. Aquelas para quem a maternidade foi um acidente. Não uma decisão reflectida nem uma opção. E acarretam, depois, com «a condenação» da sociedade. Mesmo a das outras mulheres. «O nascimento de um filho deve sempre, e não importa em que circunstâncias, merecer para a mulher o respeito e a simpatia da sua classe. Porque o nascimento é um acto natural, enquanto que as formas de casamento são convenções que podem ser falsas e transitórias».

Mas isso ainda não acontece. Brada-se aos céus pela «imoralidade dos nossos dias», mas, ó céus, saberão essas pessoas que o número de filhos «ilegítimos» tem vindo a diminuir?

Segundo as Estatísticas Demográficas e de Saúde, vejamos a evolução das taxas de natalidade ilegítima de 1960 a 1974. Considerando que «são ilegítimos todos os nascimentos ocorridos fora do casamento e obtendo o quociente entre o número de filhos ilegítimos ocorridos num determinado período e o número de nados-vivos no mesmo período», teremos:

. Em 1960: em cada mil nados-vivos, 94, 54 eram «ilegítimos»; em 1965 era de 78,09; 1970 — 72,18; 1971 — 72,53; 1972 — 72,15; 1973 — 71,56 e finalmente em 1974 era de 72,32. Verifica-se, portanto, que apenas em 1974 se registou um ligeiro aumento.

Há milhares e milhares de mães-solteiras e filhos ditos «ilegítimos» neste país. A Constituição deu um passo em frente ao aprovar o n.º 4 do Art.º 36: «Os filhos nascidos fora do casamento não podem, por esse motivo, ser objecto de qualquer discriminação e a lei ou as repartições oficiais não podem usar designações discriminatórias relativas à filiação». Só que também aqui a Constituição não é respeitada. As mães-solteiras e os filhos «ilegítimos» são mesmo objecto de discriminação veladas ou expressas. A Casa de Santo António é um refúgio para as mães-solteiras. Para aquelas que foram abandonadas pela família, pelo pai do filho, por toda a gente. Os problemas que cada uma destas mulheres conta é afinal o resultado de uma moral obsoleta, que atinge sobretudo as classes desfavorecidas. Pois, para as classes da pequena e média burguesia; para a classe dirigente deste país (que nunca deixou de ser a mesma), tudo se resolve. E aí a moral submete-se ao dinheiro. Só que, pouco a pouco, as mulheres se libertam destes preconceitos. E as mães-solteiras são-no cada vez mais por decisão e não por acidente. Para as primeiras, a Casa de Santo António já não é necessária. Programaram tudo antes do nascimento da criança. Para as outras, esta instituição é de facto um refúgio. Por isso, merece apoio.

F.M.

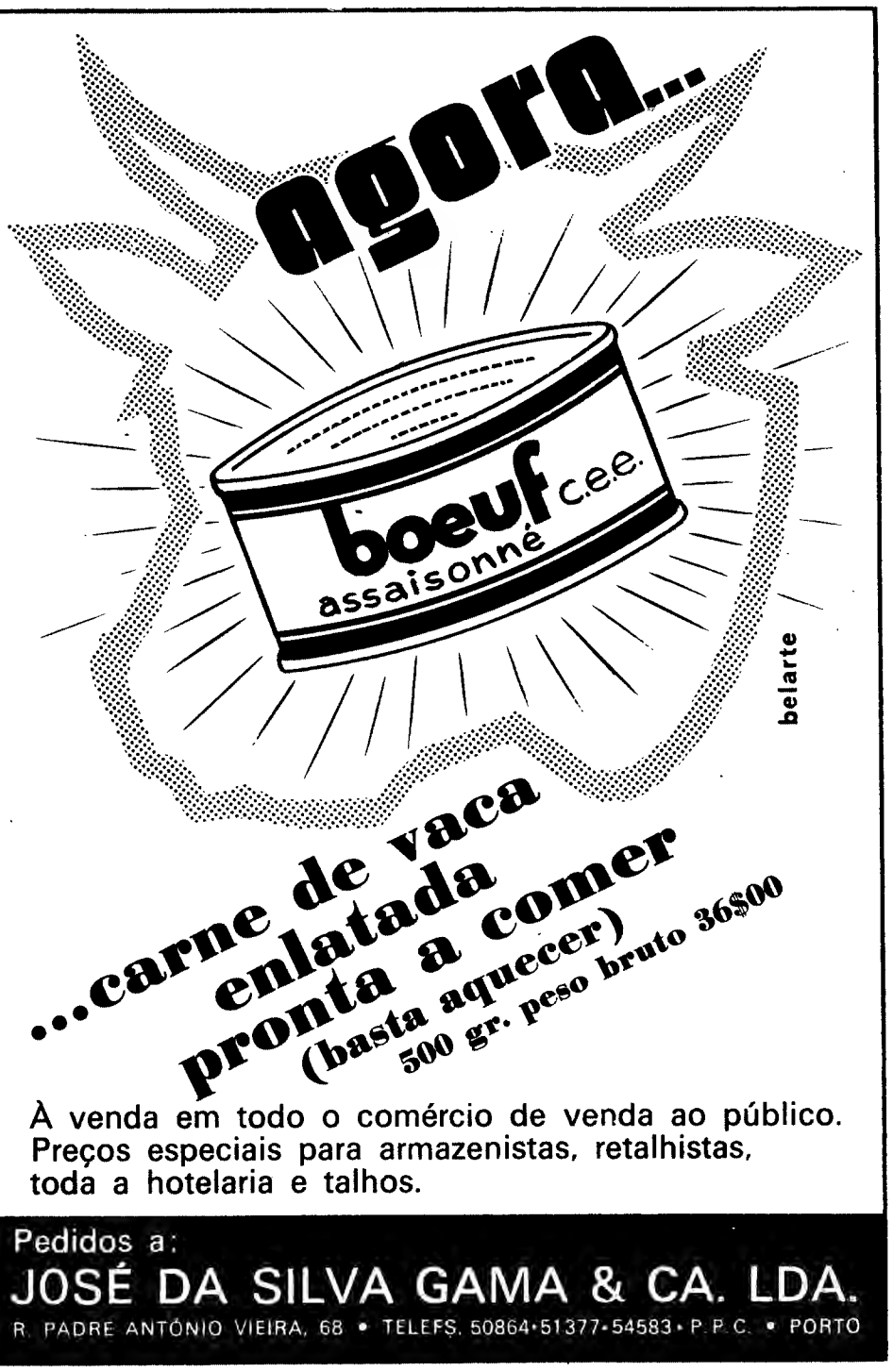
LEIA:

ulheres

passado mês de Julho, declarou com sabedoria e resignação de que é preciso primeiro melhorar as condições dos trabalhadores em geral para depois fazerem as suas reclamações, pois só então eles (homens) estariam em condições de as ouvir. Triste sorte das mulheres do meu País que não podem esperar dos seus companheiros de profissão e de cidadania a partilha na luta pela aquisição dos seus direitos fundamentais».

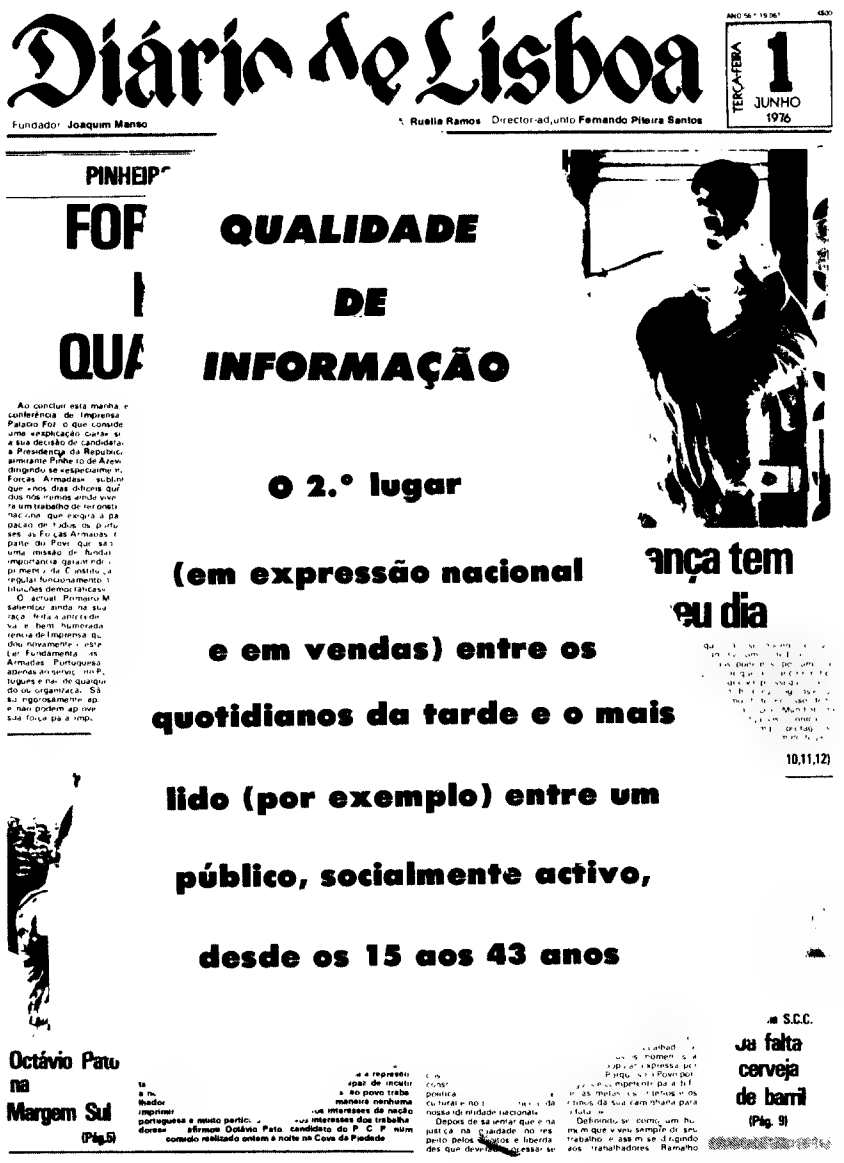
Deste modo se referiu Teresa Ambrósio ao problema das mulheres no nosso país. Uma voz que se levantou no meio ... Assembleia para se referir ... discriminações de que as ...ulheres são vítimas. Destaou um dos seus aspectos fun...mentais: a mulher no traba...). Outras questões graves ...verá a apresentar à Assem...eia da República. Que as ...oucas) mulheres ali presentêm o direito e o dever de ...nunciar. Ao fazê-lo, estão a defender a maioria do Povo português (quase 53 por cento). Ao fazê-lo, estarão a defender as pessoas mais exploradas e oprimidas do nosso país.

A lavar a roupa, à direita, está uma jovem de 13 anos. Violentada e com um filho já de cinco meses



À venda em todo o comércio de venda ao público.
Preços especiais para armazenistas, retalhistas, toda a hotelaria e talhos.

Pedidos a:
JOSÉ DA SILVA GAMA & CA. LDA.
R. PADRE ANTÓNIO VIEIRA, 68 • TELEFS. 50864-51377-54583 • P. P. C. • PORTO



"A NACIONAL" COMPANHIA DE SEGUROS

RELATÓRIO DO EXERCÍCIO DE 1975

Do extenso relatório elaborado pela C.A.P. e superiormente aprovado, entende-se extrair os seguintes pontos que no essencial não contrariam o seu sentido, embora naturalmente reduzam a evidência probatória de algumas afirmações transcritas.

1 — Introdução

Conforme as disposições legais em vigor a Comissão Administrativa Provisória da Companhia de Seguros A NACIONAL apresenta o relatório do exercício de 1975. A C.A.P. entende que somente dificuldades técnicas tenham impossibilitado a apresentação do Balanço e Contas reportado a 15-3-1975, como aliás o admite o Decreto n.º 116/76. Os dois períodos de 1975 (até 15 de Março e de 15-3 até 31-12) são jurídica e substancialmente diferentes e como tal os considera.

Decorrente da não elaboração do Balanço em 15-3-1975 são relevados no exercício de 1975 factos e operações patrimoniais que lhe não respeitam e que têm uma incidência muito elevada nos resultados apurados em 31-12. No presente relatório far-se-á referência e alguma clarificação destas situações. Porém, consideramos absolutamente indispensável o confronto deste relatório com as «Informações Complementares às Contas do Exercício de 1974» (vulgo, balanço rectificado de 1974) oportunamente pedido a esta Companhia e que circunstâncias diversas impediram a sua conclusão e que se admite possa esclarecer de forma mais exaustiva a situação económica e financeira da Companhia à data da nacionalização, podendo ainda acontecer existirem factos a contabilizar em exercícios futuros imputáveis a 1974 (e anos anteriores). De qualquer modo se afirma que a actuação da C.A.P. se pautou por uma política de verdade com fiel cumprimento das disposições em vigor e correcta contabilização de todos os factos patrimoniais.

Importa referir que as Companhias de Seguros A NACIONAL, A VITALÍCIA e A NACIONAL DE ANGOLA constituíam de facto um «grupo segurador» em que as interdependências existentes permitiam «transferir» e valorizar por vezes de forma economicamente artificial os respectivos resultados e patrimónios pelo que se entende que o relatório de A NACIONAL deverá ser complementado com os relatórios daquelas Companhias e em particular quanto à A NACIONAL DE ANGOLA com o relatório mandado elaborar em Agosto de 1975 pelo Governo de Transição de Angola.

Por outro lado entende-se que a apreciação da gestão da C.A.P. e dos resultados apresentados pela Companhia deverão ser enquadrados no contexto das disposições de Decreto 135/A/75 de 15 de Março e na situação concreta de A NACIONAL existentes à data da nacionalização, onde um tipo muito particular de gestão condicionava todas as estruturas da Companhia, limitando a sua autonomia e criatividade, e além das grandes dificuldades financeiras existentes se devem referir e estrangulamentos importantes em equipamento e quadros que apenas puderam ser ultrapassados com o empenho de todos os trabalhadores, e a adopção de formas de acção e soluções casuísticas e diferenciadas que reputamos de importância decisiva no equilíbrio conseguido e apenas compreensível face ao entusiasmo e sentido de responsabilidade assumido pelos trabalhadores após as nacionalizações.

A C.A.P. considera ainda que as apreciações e os elementos apresentados no presente relatório, não são mais que uma primeira aproximação à situação da Companhia à data da nacionalização e a clarificação indispensável dos resultados do exercício de 1975 que perante os resultados técnica e economicamente «artificiais» dos exercícios anteriores poderiam permitir inferências apressadas de valoração e interpretações negativas, em particular quanto ao elevado saldo negativo da conta de Ganhos e Perdas, podendo até ser pretensamente imputáveis à nacionalização da Companhia e à gestão da C.A.P. No entanto, pese o paradoxo, admitimos que somente a nacionalização permitiu a adopção de critérios contabilísticos mais correctos e de acções e medidas que suster a decadência que a Companhia manifestava nos últimos anos.

2 — A nacionalização das Companhias de Seguros

Conclui-se que os objectivos da nacionalização decorrem claramente dos pressupostos apontados no Decreto 135/A/75 e assim a actividade da Comissão Administrativa bem como a análise da Companhia deve ser apreciada neste contexto.

Porém, entendemos que a prossecução destes objectivos passa necessariamente pela reestruturação da Indústria de Seguros o que exige sempre previamente uma clarificação das empresas à data da nacionalização e ainda a adopção intransigente de algumas medidas saneadoras.

A C.A.P. assumiu desde o primeiro momento uma posição de observância muito clara de todas as medidas tomadas superiormente, procurando, no entanto, dominar e estudar de forma criteriosa as repercussões por vezes graves que assumem nesta Companhia o que nem sempre foi tarefa fácil. Porém, os resultados obtidos e a posição assumida, permitem-nos reivindicar uma atitude crítica face a violações e a «desvios fáceis» que entretanto estão surgindo e ameaçam, quanto a nós, se não forem intransigentemente denunciados pôr em causa os objectivos das nacionalizações.

3 — A Indústria de Seguros no momento da nacionalização

São raros e limitados os estudos económicos sobre este sector da actividade económica. Existem, é certo, os balanços publicados pelas Companhias, os relatórios do ex-Grémio dos Seguradores, os Boletins da Inspecção de Seguros, porém, estudos económicos sobre o conjunto da actividade parece não ter sido uma vocação dos nossos economistas e técnicos de seguros, por razões muito concretas do tipo de capitalismo português, e que infelizmente, por razões diferentes, ainda se mantêm. Neste momento a situação é sensivelmente mais grave na medida em que os resultados conhecidos são somente os de 1973 o que nos parece grave limitação na actividade dum sector nacionalizado, pela necessidade intrínseca de planificação e o estabelecimento para cada Companhia de objectivos concertados e compatíveis.

A algumas grandes linhas caracterizadoras e significativas quanto à actividade seguradora na sua generalidade:

- deterioração, nos últimos anos, dos resultados de exploração;
- anarquia concorrencional, que definia a actuação da conquista do mercado a qualquer preço, levando os intervenientes no processo a procurarem no investimento especulativo a contrapartida das perdas;
- peso muito elevado dos ramos Acidentes de Trabalho e Automóveis no conjunto das carteiras com cerca de 60 por cento no volume de prémios processados. Trata-se de ramos que exigem um maior trabalho administrativo e um mais cauteloso controlo na liquidação dos sinistros e uma menor retenção de prémios por parte das resseguradoras, pois a frequência de sinistros impõe uma mobilização quase imediata dos prémios recebidos;
- gastos administrativos e de comercialização em permanente crescimento, atingindo em 1974, cerca de 40 por cento dos prémios processados, que com a sinistralidade (55 por cento) perfaz 95 por cento, deixando de fora, portanto, amortizações, provisões, variação das reservas matemáticas e o custo do resseguro cedido;
- intensa actividade especulativa, principalmente sobre títulos de crédito, cujos resultados encobriam as perdas de exploração.

Só no ano de 1973 as receitas diversas das Companhias Nacionais quase atingiram 1 milhão de contos, o que em face dos resultados apresentados pelas Seguradoras no final do ano, correspondia a uma perda aproximada nos resultados de exploração de cerca de meio milhão de contos.

A situação não é idêntica em toda a Indústria. Nos últimos anos algumas Seguradoras começam a entrar na órbita dos Bancos e dos grandes grupos económicos, regista-se então uma progressiva alteração dos objectivos destas Companhias mais voltadas para o poder económico, imprimindo uma forte tendência à concentração monopolista o que arrastaria inevitavelmente ao desaparecimento das Companhais mais frágeis (por razões económicas, e de qualidade de gestão).

Alguns aspectos caracterizadores da situação:

- a concentração vai impor uma forte procura de investimentos para os respectivos grupos económicos com degradação das respectivas taxas de rentabilidade, que curiosamente apresentam um decrescimento inverso à concentração;
- como consequência do objectivo de poder económico, subjacente à lógica dos respectivos grupos, as Companhias vão orientar as poupanças e os meios financeiros que recolhem do País, para os respectivos grupos e para actividades especulativas e não para projectos concretos de investimento de interesse nacional.

4 — A NACIONAL — sua realidade em 15 de Março de 1975

Face à concentração monopolista que se concentrava na Indústria

A NACIONAL não se encontrava ligada aos grandes grupos económicos (bancário/industrial). Assim foi uma das companhias que complementarmente sofreu o reflexo da expansão (tendência a concentração monopolista) do grupo de seguradoras ligadas aos bancos, com perda sucessiva de mercado e deterioração mais que proporcional dos aspectos negativos que caracterizava a Indústria de Seguros.

Admitimos que o agravamento da situação se deve ainda a uma gestão conservadora de Companhia que sob um ponto de vista capitalista não apresentava qualquer capacidade de resposta dinâmica e de iniciativa perante a concorrência agressiva e «sofisticada» que lhe era imposta.

Assim em traços muito gerais podemos apontar os seguintes aspectos

(1) Perda de posição no mercado.
Relativamente ao seguro directo a sua posição relativa no mercado das Companhias Nacionais desce progressivamente de 2,7 por cento para 2,25 por cento, com uma descida ainda mais acentuada no Ramo Vida, outrora de grande importância na Companhia passando, no mesmo período, de 4,08 por cento para 2,14 por cento, respectivamente em 1970 e 1973.

(2) Deterioração dos resultados de exploração (como aliás em toda a Indústria).
Porém na A NACIONAL, contrariamente ao que se regista nas seguradoras ligadas aos grupos económicos, os saldos negativos não eram compensados com receitas diversas «efectivas», obtidas em particular com a especulação de títulos. Os saldos negativos existiam. Porém, eram transferidos para as Companhias VITALÍCIA E A NACIONAL DE ANGOLA ou pura e simplesmente ocultos por diversas formas
Assim, embora os resultados de balanço apresentados sejam positivos demonstra-se que a realidade era diferente:

(em contos)	1971	1972	1973	1974
Saldos apresentados	2 292	1 891	2 447	— 19 343
Saldos corrigidos	— 32 837	— 10 406	— 6 110	— 30 792
Saldos ajustados	— 35 108	— 15 970	— 31 930	— 34 553

(3) Simultâneo com a perda de posição no mercado, verifica-se uma alteração da composição da sua carteira, com crescimento acentuado dos ramos Acidentes de Trabalho e Automóveis que representaram em 1971 e 1974 respectivamente 60 por cento e 66,6 por cento do total da carteira de prémios, valores superiores à média da Indústria.

(4) Gastos administrativos e comerciais mais elevados que a média da indústria atingindo em 1974 46,9 por cento do total de prémios e adicionais. Nota-se que a diferença é mais nítida quanto aos gastos comerciais.

(5) Sinistralidade muito elevada, e superior no conjunto dos Ramos à média das Companhias Nacionais. Como explicação pode-se apontar: (1) peso elevado dos ramos Acidentes de Trabalho e Automóveis (este em especial); (2) desaparecimento gradual da carteira de Vida, por vencimentos e sinistros; (3) possível anti-selecção por deficiências internas na apreciação dos riscos e reduzida «defesa» perante a pressão dos mediadores e segurados, como é natural em Companhias com estas características.

Organização técnica e administrativa

O aparecimento de «gestores profissionais» e o esforço de racionalização que após 1970 caracteriza as companhias mais «dinâmicas» não atinge A NACIONAL. Somente a partir de 1972 se introduz o «marketing», porém entendido de maneira muito superficial e nos seus aspectos exteriores, sem repercussões visíveis na estrutura dos serviços e na «creatividade» (embora aparente) que domina a indústria.

A ausência de um plano ou de iniciativa de formação profissional a inexistência de «um sector de organização e métodos» ou de acções específicas neste campo, bem como uma gestão altamente centralizada e sem estímulo à autonomia responsável e criadora dos trabalhadores a todos os níveis, conduzem à «esclerose» de algumas secções.

Acresce a todos estes aspectos o facto dos quadros, muito antigos na empresa e com idades que ultrapassavam em média os 65 anos (e até 70 anos) estivessem a passar à reforma sem que tivesse havido uma preparação cuidada e sistemática dos substitutos.

Situação Patrimonial

Parece possível concluir de imediato, que não existia uma verdadeira gestão técnico/económica do imobilizado: os valores, prédios e títulos, acumulavam-se e envelheciam.

Uma análise dos balanços publicados, permite extrair as seguintes conclusões:

(a) Activo sobreavaliado por:
- ausência de amortizações;
- valorizações incorrectas por contrapartida de «Ganhos e Perdas»;
- existência de saldos na Conta Devedores Gerais, sem qualquer viabilidade ou realização, e até mesmo saldos que não configuram verdadeiros débitos à Companhia;
- volume muito elevado do saldo da VITALÍCIA, de impossível realização líquida, pelo menos a médio prazo.

(b) Passivo subavaliado por:
- insuficiência de reservas de Acidentes de Trabalho, relativas a processos em curso nos Tribunais de Trabalho, o que por interpretação favorável das disposições em vigor, poderá ser admissível, revela-se contabilisticamente incorrecta;
- insuficiência de reservas para os sinistros, com processo em curso do ramo Automóveis;
- constituição insuficiente de Provisões para Prémios em Cobrança;
- ausência de reservas para as pensões concedidas a trabalhadores reformados.

5 — A NACIONAL após a nacionalização

As limitações estruturais, já atrás evidenciadas, que A NACIONAL e a Indústria de Seguros em geral apresentavam, embora com características diversas, forçaram a C.A.P. a uma multiplicidade de acções e esforços tendentes à ultrapassagem das dificuldades e carências que permanentemente a Companhia defrontava, com o máximo de aproveitamento das capacidades da empresa e pela mobilização de todos os trabalhadores.

Assim, em traços muito gerais os objectivos mais significativos que nos propusemos alcançar são os seguintes:

- equilíbrio financeiro da empresa, embora precário, com recurso à realização dos prémios em carteira e controlo muito exigente sobre todas as despesas, evitando a aceitação de letras, e a exigência de crédito bancário, com a intenção de não fazer repercutir para outros sectores as dificuldades da empresa, naturalmente mais agravadas pela conjuntura socio-económica do País;
- prática coerente em todas as situações, na defesa dos objectivos das nacionalizações, perante todos os trabalhadores, colegas das C.A.P.'s de outras Companhias e C.C.R.I.S., através nomeadamente da participação activa na discussão e proposição de medidas coordenadoras e saneadoras da actividade de seguros;
- abertura perante todos os trabalhadores da Companhia, procurando esquemas de participação activa e criadora de todos os colegas e adoptando formas de informação amplas a todos os níveis da empresa;
- correcção e recuperação de práticas e situações incorrectas, que sob o ponto de vista técnico e administrativo a Companhia registava, como aliás toda a indústria, nomeadamente quanto a contratos deficientemente tarifados ou aceites, bem como quanto à apreciação e regularização de sinistros.

Pese embora a subjectividade da afirmação, entendemos que na generalidade estes objectivos foram atingidos, e quanto a nós, em muitos aspectos ultrapassados. É o caso da situação financeira, onde foi possível além de não recorrer à banca ou ao «Estado» como a situação da Companhia até o aconselhasse, se amortizaram alguns débitos a que a A NACIONAL E A VITALÍCIA estavam obrigadas.

Quanto à participação dos trabalhadores ele foi real, assumindo formas criadoras e flexíveis que julgamos apenas caber à C.A.P. neste campo uma permanente abertura e empenhamento em todas as situações que se impunha resolver, sem preocupação de elitismo.

Importa referir, no entanto, que se neste período foi possível manter um certo equilíbrio e até adoptar medidas correctoras nalguns sectores, uma «recuperação» da Companhia apenas será possível com acções de fundo, apoiadas em convenientes estudos e enquadradas em objectivos globais da Indústria apenas possíveis, quanto a nós, com uma reestruturação da Indústria de Seguros.

Gestão financeira

Conforme decorre da simples constatação da situação financeira em que a Companhia se encontrava em 15 de Março de 1975 não foi tarefa fácil o equilíbrio financeiro da empresa, apesar do elevado volume de prémios em cobrança que apresenta.

Resseguro

Através dos contratos de resseguro de A NACIONAL, fazia-se a interligação com as Companhias VITALÍCIA e A NACIONAL DE ANGOLA. Para 1976 foi decidido não renovar os contratos de Resseguro Cedido com aquelas Companhias, por razões evidentes de saneamento técnico e administrativo, sendo os respectivos plenos aumentados ao pleno de A NACIONAL.

Nos contratos de resseguro da Companhia confundem-se os negócios provenientes na totalidade de A NACIONAL DE ANGOLA, o que nas actuais condições representa um importante agravamento do nosso saldo com os resseguradores sem contrapartida de recebimento (pelo menos imediato) dos saldos de Resseguro Aceite. Esta situação manteve-se a fim de evitar criar dificuldades a A NACIONAL DE ANGOLA, com evidentes repercussões políticas, embora nos pareça, caso em 1976 não se alterem as condições de exploração da Indústria de Seguros em Angola, e em particular naquela Companhia, se deva rever a nossa política nesta matéria.

Importa referir que ao longo do seu mandato foram muito frequentes e cordiais os contactos com os nossos resseguradores, tendo sido possível renovar os contratos de resseguro, com aumento dos nossos plenos, por saída da VITALÍCIA e A NACIONAL DE ANGOLA, e ainda assegurar as coberturas contratadas em Angola, o que nas condições de guerra existentes no momento naquela ex-colónia, nem sempre se revelou muito fácil. Entretanto, a conjuntura político-económica do País em geral e da Indústria de Seguros e da Companhia em particular não permitiram introduzir alterações de fundo nos contratos de resseguro, apesar dos esforços feitos nesse sentido.

6 — Balanço e contas do exercício — Análise crítica sumária

Saldo da Conta de Ganhos e Perdas

Os 3 documentos apresentados relativos à análise das contas de resultados dos últimos cinco exercícios permitem, quanto a nós, não só uma primeira aproximação crítica à evolução económica e financeira da Companhia mas ainda uma clarificação do saldo apresentado em 1975 e até eventualmente a sua extrapolação futura.

A comparação dos últimos cinco exercícios não permite extrair qualquer conclusão quer quanto a resultados quer quanto à variação do «cash flow».

Pode-se afirmar que o saldo da Conta de Ganhos e Perdas de 1975 apenas se explica pela não elaboração do Balanço em 15 de Março de 1975, conforme já foi referido. Com efeito ao valor negativo de Esc. 91.528.769$20 deverá ser abatido verbas imputáveis a exercícios anteriores no montante de cerca de 70.000 contos e que respeitam:

- reajustamento de indemnizações de exercícios anteriores do ramo Automóveis por insuficiências de reservas;
- constituição de Provisão para Prémios em Cobrança de acordo com as disposições da Inspecção de Seguros de há muito em vigor e que se encontravam insuficientemente contabilizadas;
- regularização de saldos considerados de há muito irrealizáveis;
- correcção dos valores de Reserva de processos de Acidentes de Trabalho aguardando julgamento no Tribunal de Trabalho.

O estudo, efectuado com base nas «correcções» imputáveis a exercícios anteriores, permite concluir que o saldo negativo da Conta de Ganhos e Perdas em 1975 é mais exactamente 21.200 contos, portanto conforme a «real» situação da Companhia nos últimos anos.

No entanto se a análise de resultados corrigidos explica o falso resultado de 1975 não permite esclarecer ainda o «real» comportamento do «cash flow» nem traduz sob o ponto de vista financeiro e económico efectivas e correctas valorizações (positivas e negativas) patrimoniais, o que se admite possa ser mais evidente no «1. Estudo Crítico das Contas de Resultados».

Neste 1. Estudo Crítico, trata-se duma primeira tentativa de imputação de valores contabilizados em diversos exercícios e que se admite não traduzirem sob o ponto de vista financeiro e económico efectivas e correctas valorizações patrimoniais (positivas e/ou negativas).

No entanto não se esgota a totalidade das situações (contas) nestas circunstâncias, na medida em que só após a definitiva conclusão do «Inquérito à Indústria de Seguros» (vulgo balanço corrigido de 1974) determinado pela C.C.R.I.S., será possível um estudo mais pormenorizado e exaustivo É o caso por exemplo de (1) avaliação de obras de conservação não realizadas nos imóveis; (2) exacta avaliação dos saldos da VITALÍCIA e A NACIONAL DE ANGOLA, não realizáveis ou que traduzem transferências de resultados. (3) saldos devedores de realização duvidosa (ou constituição de razoáveis provisões); (4) reservas para os reformados. Assim, os valores agora considerados, que se admite o sejam por defeito relativamente aos presumíveis totais da Companhia são apenas os que, além dos valores corrigidos em 1975, permitem clarificar o «cash flow» da Companhia, sua evolução e perspectivação para 1976.

Este estudo permite afirmar que além do resultado de 1975 ser absolutamente normal na Companhia e até mais favorável que os dos últimos anos houve uma melhoria no «cash flow» em 1975 o que é normal face em particular às condições de comissões. De qualquer modo regista-se o que por simples dedução era evidente: as despesas gerais e de comercialização com as indemnizações processadas e o encargo de resseguro consomem quase a totalidade das receitas da Companhia.

Portanto:

- o saldo da Conta de Ganhos e Perdas do exercício de 1975 e de cerca de 23.000 contos negativos que apesar de tudo se revela francamente aceitável, face às características da Companhia.
- a Companhia de há muito que apresenta resultados de gestão negativos que tem ocultado por formas diversas, nomeadamente por: (1) avaliação por defeito das reservas de sinistros e indemnizações a pagar (2) transferência de resultados para a VITALÍCIA (3) manutenção em conta corrente de saldos manifestamente irrealizáveis (4) constituição de provisões para Prémios em Cobrança insuficientes (5) receitas diversas artificiais sob o ponto de vista económico e financeiro.

Exploração Técnica

O crescimento dos prémios de seguros directos foi de 23 por cento, que se admite idêntico ou até superior à média registada no mercado Porém esta média foi obtida fundamentalmente pelo crescimento dos ramos Acidentes de Trabalho e Automóveis, respectivamente com 37 por cento e 26 por cento o que agravou ainda mais a posição relativa destes dois ramos no conjunto da Companhia, atingindo 70,1 por cento do total da carteira de prémios, contra 66,6 por cento em 1974.

Quanto ao ramo Automóvel e embora seja necessário proceder de imediato a um estudo da rentabilidade do próprio ramo, procurando obter resposta pelo menos para alguns desvios que apresenta, em particular à média das outras Companhias, admite-se que as medidas correctoras eventualmente possíveis no âmbito restrito da Companhia não compensam o agravamen-

"A NACIONAL" COM

to dos factores negativos conjunturais que condicionem decisivamente este ramo, o que se admite possa ser afinal decisiva e rapidamente equacionado com a anunciada entrada em vigor do Seguro Obrigatório de Automóvel.

Resseguro Cedido

O saldo de resseguro do exercício apresenta-se favorável à Companhia em cerca de 7000 contos E um resultado aparente na medida em que reflecte, não só o saldo registado com a VITALÍCIA, não realizável, mas ainda e significativamente o reajustamento efectuado no ramo de Acidentes de Trabalho de reserva de exercícios anteriores, e, que apenas foi contabilizado em 31-12

Apreciação mais detalhada de algumas Contas

Embora nos pareça que os comentários atrás produzidos sobre a situação da Companhia e sobre o saldo da conta de Ganhos e Perdas, confrontados com os mapas apresentados torne dispensável em grande medida os comentários adiante efectuados sobre algumas contas, existe no entanto conveniência de apontar de forma nítida alguns aspectos que se revelam por ventura de «importância estratégica» na gestão futura, quer como variáveis operacionais quer como parâmetros.

Despesas Gerais

O crescimento global de 14,4% (incluindo verbas imputáveis) a exercícios anteriores) é francamente acentuado em particular com o registado no exercício anterior de 39,4 por cento.

Para além do decréscimo acentuado registado nas rubricas «Orgãos Sociais» e «Publicidade», por razões óbvias, contribuiu decisivamente para este não crescimento acentuado que se registava, o comportamento da rubrica «Pessoal» que apresenta somente um crescimento de 14,5 por cento, por efeito da saída de trabalhadores que se verificou neste exercício.

Comissões e Despesas de Aquisição

Conforme se constata pelos documentos apresentados a Companhia apresenta um peso elevado nesta Conta nos últimos anos, decorrente da sua estratégia comercial (?) — agentes privilegiados e «rappels» generosos. A aplicação das normas sobre comissionamento actualmente em vigor traduz-se já neste exercício por significativa redução relativa, expressa em percentagem de prémios Seguro Directo 16,3 por cento contra 19,4 por cento em 1974 Nota-se que devido à entrada em vigor das normas se ter registado em meados do exercício e do elevado número de prémios em cobrança atrasados que se registava não foi ainda obtida a economia total possível, cerca de 9 por cento, o que corresponde a um montante de cerca de 20.000 contos de redução

Indemnizações a Pagar

O elevado aumento que esta Conta regista, deve-se essencialmente ao reajustamento de reservas de sinistros do ramo Automóvel, cerca de 30.000 contos, devido a uma mais correcta estimativa das reservas agora efectuada. Embora a subavaliação de reserva de sinistros do ramo Automóvel fosse frequente em muitas congéneres, e representando até a «variável estratégia privilegiada» assumia na A NACIONAL importância muito superior à média na Indústria, conforme se pode verificar pela aplicação do indicador **Indemnizações a Pagar + Reservas Seguros Vencidos Indemnizações do exercício** pelo sinal (e respectivos montantes) dos reajustamentos contabilizados na Conta de Ganhos e Perdas

Prémios em Cobrança

O elevado aumento que esta Conta apresenta resulta de neste exercício não se ter adoptado a prática existente na Companhia de debitar na Conta Efectivo em 31-12 os recibos com mais de 90 dias.

Embora haja possibilidade de se reconstituir exactamente os montantes debitados naquelas condições, não houve oportunidade de o fazer, pelo que não se pode extrair conclusões imediatas sobre o seu comportamento.

De qualquer modo não nos afastamos muito da realidade se tomarmos para o efeito os saldos da rubrica «Correspondentes», nas Contas Devedores e Credores Gerais. Assim, nesta base, verifica-se que o montante de Prémios em Cobrança relativamente à receita processada, 41,4 por cento é mais baixa que em 1974 (- 43 por cento), o que face às condições conjunturais político-económicas do País adversas representa um resultado muito positivo.

Provisão para Prémios em Cobrança

Devido à prática de debitar na Conta Efectivo dos Correspondentes os recibos com mais de 90 dias o montante desta Provisão não tinha praticamente significado nos Balanços da Companhia em particular os aumentos contabilizados nos últimos exercícios.

Conforme foi referido a propósito da Conta Prémios em Cobrança, neste exercício aquela prática não foi utilizada, daí, portanto o aumento «fantástico» de 3725 para 43.472 contos.

Parece-nos importante apontar que se revela da maior utilidade a alteração do critério para determinação desta Provisão que conduz na prática à criação de provisões excessivas com reflexos imediatos na Conta de Ganhos e Perdas, além de se mostrar pouco sensível a condicionalismos conjunturais sobre a realização de cobranças como é o caso presente em Portugal.

Flutuação de Valores

Por efeito das actuais cotações para os títulos de crédito, esta Conta foi fortemente afectada de que resultou o seu valor negativo.

Quanto ao valor para Flutuação de Imóveis, é afectado pela aplicação do critério de avaliação com base em 16 % valor colectável Importa no entanto referir sobre este ponto que existem ainda imóveis com valores de inventário um pouco mais baixo por se não ter utilizado o rendimento colectável em 31-12, que é ligeiramente superior.

7 — Conclusão

A Comissão Administrativa Provisória, ao apresentar o presente relatório, em consciência do possível aproveitamento que a aparência negativa dos resultados apurados poderá sofrer. No entanto, apesar de não ter sido possível realizar «o milagre de resultados espectaculares», podemos afirmar que os resultados «reais» obtidos são francamente melhores que os de anos transactos, quer no campo das Despesas Gerais e de comercialização, quer até nos resultados de exploração no conjunto dos ramos, Pese o agravamento da exploração do ramo Automóvel. As medidas saneadoras tomadas na aceitação e mais correcta avaliação de riscos, na regularização de sinistros, bem como o estímulo para a participação responsável de todos os trabalhadores nos vários níveis de decisão da Companhia, e os esforços efectuados no equilíbrio financeiro, são amplamente positivos e representam nesta Companhia uma alteração de hábitos e práticas de trabalho que apontam para uma possível recuperação da empresa, neste período de transição em que se estuda e «procura» objectivos adequados a uma Indústria de Seguros numa economia a caminho do socialismo, como se pretende.

De qualquer modo, é previsível que ainda no futuro, pese de forma decisiva as dificuldades estruturais que a Companhia vem acumulando nos últimos anos, nomeadamente no que se refere à descapitalização, à ausência de um fundo de maneio, à composição da sua carteira de prémios e à difícil liquefacção do seu activo em particular no realizável a curto prazo.

Quanto a melhoria de serviços, parece-nos possível atingir com resultados francamente positivos, me particular como consequência de acções de formação amplas e abertas a todos os trabalhadores e de revisão da organização interna da Companhia.

Para terminar reafirmamos, mais uma vez, a difícil margem de manobra que cada Companhia isolada defronta num mercado até agora caracterizado por forte interdependência com os grupos económicos/financeiros que permitiu e estimulou facilidades extra-seguradoras a diversas Companhias. Porém, se não se quiser permanecer continuamente a gerir a «crise do capitalismo», até sua possível recuperação capitalista, importa reestruturar a Indústria, em particular o sector nacionalizado numa óptica socialista o que implica a sua inserção na planificação da economia, com definição de objectivos claros e compatíveis com as necessidades de coberturas que o País exige. E, sob este aspecto ainda está tudo por fazer, desde o Seguro Obrigatório de Automóvel, ao Seguro Multi-Risco Agrícolas, sem falar nos Acidentes de Trabalho, apesar da forte participação dos trabalhadores se Seguros com a acção desenvolvida nos diferentes grupos de trabalho, extintos quando os resultados surgiam.

Lisboa, 30 de Julho de 1976.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

Armando Vieira dos Santos Caeiro
João Fernandes Sarandeses
Herlander Henrique Cantinho da Silva

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS APLICAÇÕES EM VALORES MOBILIÁRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE COMPRA	COTAÇÃO	VALOR DE BALANÇO UNITÁRIO	VALOR DE BALANÇO TOTAL	VALOR TOTAL DE E AQUISIÇÃO		FLUTUAÇÃO E VALORES
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS:									
Quotas		-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-		-$-
Acções									
Companhia de Seguros «Vitalicia»	24.922	100$00	100$00	100$00	100$00	2.492.200$00	2.492.200$00		-$-
Companhia de Seguros «A Nacional de Angola»	19.755	1.000$00	1 002$46	1.000$00	1.000$00	19.755.000$00	19.803.705$20	(—)	48.705$20
TOTAL	44.677	-$-	-$-	-$-	-$-	22.247.200$00	22.295.905$20	(—)	48.705$20
OUTRAS APLICAÇÕES:									
Títulos Nacionais									
Títulos da divida pública e obrigações com garantia do Estado									
Obrigações Tesouro 3,5 % 1963	1.410	1 000$00	1.011$12	1.000$00	1.000$00	1.410.000$00	1.425.685$60	(—)	15.685$60
Obrigações Tesouro 5 % 1967 (2.ª fase)	773	1.000$00	1.000$38	1.004$00	1.004$00	776.092$00	773.291$20	(+)	2.800$80
Obrigações Tesouro 5 % 1971	7.265	1 000$00	1.005$57	1.004$00	1.004$00	7.294.060$00	7.305.488$90	(—)	11.428$90
Obrigações Tesouro 10 % 1975	3.008	500$00	500$00	500$00	500$00	1.504.000$00	1.504.000$00		-$-
Obrigações Empréstimo Consolidado 4 % 1940 (Centenários)	3.693	2.000$00	1.873$66	1.340$00	1.340$00	4.948.620$00	6.919.436$50	(—)	1.970.816$50
Obrigações Empréstimo Consolidado 3 1/2 % 1941	2.859	1.000$00	929$13	585$00	585$00	1.672.515$00	2.656.389$50	(—)	983.874$50
Obrigações Empréstimo Consolidado 3 % 1942	15.219	1.000$00	885$73	449$00	449$00	6.833.331$00	13.479.972$60	(—)	6.646.641$60
Obrigações Empréstimo Consolidado 2 3/4 % 1943	7.696	1.000$00	877$91	434$00	434$00	3.340.064$00	6.756.400$60	(—)	3.416.336$60
Obrigações Tesouro Angola 5 % 1965	429	1 000$00	910$75	850$00	850$00	364.650$00	390.713$40	(—)	26.063$40
Obrigações Tesouro Moçambique 5 % 1965	670	1.000$00	1.011$17	850$00	850$00	569.500$00	677.481$80	(—)	107.981$80
Obrigações Câmara Municipal de Lisboa 5 3/4 % 1969	1.136	1.000$00	1 003$05	1.004$00	1.004$00	1.140.544$00	1.139.465$80	(+)	1.078$20
Obrigações Fomento Ultramarino 6 % 1969 (Angola)	275	1.000$00	1.000$00	800$00	800$00	220.000$00	275.000$00	(—)	55.000$00
Obrigações Fomento Ultramarino 6 % 1969 (Moçambique)	1.500	1.000$00	835$00	800$00	800$00	1.200.000$00	1.252.500$00	(—)	52.500$00
Obrigações Fundo Esp. Transportes Terrestres 4,5 %	787	1.000$00	1.000$00	1.000$00	1.000$00	787.000$00	787.000$00		-$-
Obrigações Fundo Turismo 5 3/4 % 1969/70	3.108	1.000$00	997$83	1.005$00	1.005$00	3.123.540$00	3.101.244$60	(+)	22.295$40
Obrigações Banco do Fomento Nacional 6 1/2 % 1973	6	1.000$00	1.000$00	1.000$00	1.000$00	6.000$00	6.000$00		-$-
Obrigações EPAL-Emp. Púb. Águas Lisboa 6 % 1968/9	60	1.000$00	919$48	828$00	828$00	49.680$00	55.168$90	(—)	5.448$90
Obrigações C.ª Caminhos Ferro Portugueses 5 1/2 % 1968	4.229	1.000$00	1.001$19	785$00	785$00	3.319.765$00	4.234.053$80	(—)	914.288$80
Obrigações C.ª Caminhos Ferro Portugueses 5 1/2 % 1969	8.670	1.000$00	1.001$92	880$00	880$00	7.629.600$00	8.686.651$20	(—)	1.057 051$20
Obrigações C.ª Caminhos Ferro Portugueses 6 3/4 % 1970/1	90	1.000$00	1.021$27	968$00	968$00	87.120$00	91.914$80	(—)	4.794$80
Obrigações C.ª Geral Crédito Predial Português 3 1/2 % 1944	1.150	90$00	89$38	50$00	50$00	57.500$00	102.790$40	(—)	45.290$40
Obrigações C.ª Nacional Caminhos Ferro 4 1/2 % 1.ª série (cupão)	3	90$00	70$40	50$00	50$00	150$00	211$20	(—)	61$20
Obrigações Metropolitano de Lisboa 5 3/4 %	97	1.000$00	961$20	900$00	900$00	87.300$00	93.236$40	(—)	5.936$40
Obrigações Metropolitano de Lisboa 6 3/4 % 1973	303	1.000$00	1.000$00	1.000$00	1.000$00	303.000$00	303.000$00		-$-
Obrigações Telefones Lisboa e Porto 5 %	100	1.000$00	999$83	780$00	780$00	78.000$00	99.982$70	(—)	21.982$70
Acções Banco Nacional Ultramarino Nominativas	1.819	1.000$00	1.318$28	3.370$00	3.370$00	6.130.030$00	2.397.960$50	(+)	3.732.069$50
Acções C.ª Seguro de Créditos	610	1.000$00	1.000$27	1.000$00	1.000$00	610.000$00	610.165$00	(—)	165$00
OUTRAS OBRIGAÇÕES:									
Obrigações Companhia Nacional de Electricidade 5 %	9	1.000$00	801$00	695$00	695$00	6.255$00	7.209$00	(—)	954$00
Obrigações C.as Reunidas Gás e Electricidade 3 1/2 % 1947	1	1.000$00	930$00	830$00	830$00	830$00	930$00	(—)	100$00
Obrigações C.as Reunidas Gás e Electricidade 4 % 1948	40	1.000$00	893$68	805$00	805$00	32.200$00	35.747$30	(—)	3.547$30
Obrigações Hidro Eléctrica do Cávado 5 %	279	1.000$00	994$67	724$00	724$00	201.996$00	277.512$40	(—)	75.516$40
Obrigações União Eléctrica Portuguesa 7 % 1972	140	1.000$00	1.000$00	958$00	958$00	134.120$00	140.000$00	(—)	5.880$00
Acções Banco da Agricultura	4	500$00	4.400$00	1.559$00	1.559$00	6.236$00	17.600$00	(—)	11.364$00
Acções Celuloses do Guadiana	160	1.000$00	5.498$92	4.106$00	4.106$00	656.960$00	879.827$00	(—)	222.867$00
Acções C.ª Diamantes de Angola (títulos 10)	30	500$00	2.507$66	1.707$00	1.707$00	51.210$00	75.229$70	(—)	24.019$70
Acções C.ª Diamantes de Angola (títulos 50)	150	500$00	2.199$41	1.707$00	1.707$00	256.050$00	329.911$90	(—)	73.861$90
Acções C.ª Diamantes de Angola (títulos 100)	1 400	500$00	1.984$32	1.698$00	1.698$00	2.377.200$00	2.778.045$30	(—)	400.845$30
Acções C.ª Lezirias Tejo e Sado	155	20 000$00	63.827$00	65.000$00	65.000$00	10.075.000$00	9.893.184$40	(+)	181.815$60
Acções C.ª Nacional de Navegação (portador/registadas)	10	1.000$00	3.500$00	2.800$00	2.800$00	28.000$00	35.000$00	(—)	7.000$00
Acções C.ª Portuguesa de Electricidade (portador)	330	1.000$00	1.000$00	1 173$00	1.173$00	387.090$00	330.000$00	(+)	57.090$00
Acções C.ª Portuguesa de Electricidade (portador/registadas)	7.895	1.000$00	1.261$11	1.173$00	1.173$00	9.260.835$00	9.956.478$00	(—)	695.643$00
Acções C.ª Portuguesa de Electricidade (nominativas)	1.302	1.000$00	1.187$92	1.173$00	1.173$00	1.527.246$00	1.546.668$70	(—)	19.422$70
Acções C.ª Sacor (portador)	3	1.000$00	2.423$20	4.405$00	4.405$00	13.215$00	7.287$60	(+)	5.927$40
Acções C.ª Sacor (nominativas)	262	1.000$00	3.375$33	4.017$00	4.017$00	1.052.454$00	884.336$10	(+)	168.117$90
Acções C.ª Safari	25	1.000$00	1.000$00	1.000$00	1.000$00	25.000$00	25.000$00		-$-
Acções C.ª Silo-Auto	87	500$00	500$00	500$00	500$00	43.500$00	43.500$00		-$-
Acções C.ª Sonefe	523	500$00	500$00	378$00	378$00	197.694$00	261.500$00	(—)	63 806$00
Acções C.ª TAP-Transportes Aéreos Portugueses	276	1.000$00	1.439$62	1.393$00	1.393$00	384.468$00	397.336$65	(—)	12.868$65
Acções C.ª Tellus	1.200	1.000$00	1.009$92	900$00	900$00	1.080.000$00	1.211.910$00	(—)	131.910$00
Acções C.ª União Eléctrica Portuguesa	151	100$00	104$68	191$00	191$00	28 841$00	15 806$20	(+)	13.034$80
TOTAL	81.397	-$-	-$-	-$-	-$-	81.368.461$00	94.275.225$65	(—)	12.906.764$65
TÍTULOS ESTRANGEIROS:									
Bilhetes do Tesouro e Outras Obrigações emitidas por Estados Estrangeiros		-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-		-$-
Outras Obrigações	--	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-		-$-
Acções	-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-		-$-
TOTAL	-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-		-$-
TOTAL GERAL	126.074	-$-	-$-	-$-	-$-	103.615.661$00	116.571.130$85	(—)	12.955.469$85

Lisboa, 31 de Dezembro de 1975

O Chefe da Contabilidade

COMISSÃO ADMINISTRATIVA

ANHIA DE SEGUROS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

ACTIVO	VIDA	ACIDENTES DE TRABALHO	RESTANTES RAMOS	CONTAS GERAIS	SUB-TOTAIS	TOTAIS
RESERVA MATEMÁTICA						
De Resseguros Cedidos	39 365 315$05	-$-	-$-	-$-	-$-	39 365 315$05
RESERVA DE GARANTIA						
De Resseguros Cedidos	-$-	-$-	10 246 775$70	-$-	-$-	10 246 775$70
RESERVA DE SEGUROS VENCIDOS						
De Resseguros Cedidos	8 468$00	-$-	74 720$75	-$	-$-	83 188$75
VALORES DE EMPREGO DAS RESERVAS						
Títulos de Crédito e Numerário						
Próprios	37 245 187$70	16 006 544$00	17 020 290$00	-$-	70 272 021$70	
De Resseguradores	10 308 370$00	-$-	-$-	-$-	10 308 370$00	
Imóveis	163 755 968$60	-$-	-$-	-$-	163 755 968$60	
Empréstimos s/ Apólices	6 738 191$05	-$-	-$-	-$-	6 738 191$05	
Empréstimos Hipotecários	8 043 750$00	-$-	-$-	-$-	8 043 750$00	259 1·8 301$35
VALORES EM DEPOSITO						
De Vários	-$-	-$-	-$-	16 391 769$80	16 391 769$80	
De Resseguradores	202 170$00	-$-	-$-	-$-	202 170$00	16 593 939$80
DEVEDORES POR VALORES EM DEPOSITO						
Vários	-$-	-$-	-$-	5 472 290$00	5 472 290$00	
Resseguradores	21 370 724$81	-$-	359 505$17	-$-	21 730 229$98	27 202 519$98
IMOVEIS	-$-	-$-	-$-	12 181 403$00	-$	12 181 403$00
MOBILIARIO E MATERIAL	-$-	-$-	-$-	5 972 351$90	5 972 351$90	
AMORTIZAÇÕES DE MOBILIARIO E MATERIAL	-$-	-$-	-$-	(—) 1 000 818$10	(—)1 000 818$10	4 971 533$80
EMPRESTIMOS HIPOTECARIOS	-$-	-$-	-$-	935 000$00	-$-	935 000$00
EMPRESTIMOS S/TÍTULOS	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
AGÊNCIAS NAS EX-COLONIAS						
Saldo das Agências	-$-	-$-	-$-	(—)742 960$42	(—)742 960$42	
Reservas Técnicas de Resseguros Cedidos	3 242 363$80	-$-	433 620$00	-$-	3 675 983$80	2 933 023$38
DEVEDORES GERAIS						
Segurados, Correspondentes e Angariadores	-$-	-$-	-$-	15 411 094$95	15 411 094$95	
Resseguros	4 694 551$45	-$-	10 977 656$94	-$-	15 672 208$39	
Resseguradores	930 071$42	3 795 142$50	42 239 862$27	-$-	46 965 076$19	
Outros	-$-	-$-	-$-	6 510 374$11	6 510 374$11	84 558 753$64
QUOTAS PARTES DE INDEMNIZAÇÕES A RECEBER	249 835$26	539 254$50	34 554 347$80	-$	-$-	35 343.437$56
PREMIOS EM COBRANÇA						
Na Sede	2 349 887$70	8 041 677$50	9 726 030$10	-$	20 117 595$30	
Nos Correspondentes	4 991 389$64	22 615 570$40	41 751 922$16	-$-	69 358 882$20	89 476 477$50
LETRAS A RECEBER	-$-	-$-	$-	1 525 474$70	-$-	1 525 474$70
TÍTULOS DE CREDITO	$-	-$-	-$-	18 395 850$00	$-	18 395 850$00
DEPOSITOS EM BANCOS	-$-	-$-	-$-	12 596 984$41	$-	12 596 984$41
CAIXA	-$-	-$-	$-	24 179$30	-$-	24 179$30
SITUAÇÃO LÍQUIDA PASSIVA						
FLUTUAÇÃO DE VALORES						
De Títulos de Crédito	-$-	-$-	$-	12 955 469$85	12 955 469$85	
De Câmbios	-$-	-$-	-$-	615 425$55	615 425$55	13 570 895$40
GANHOS E PERDAS						
Do Exercício Anterior	-$-	-$-	-$-	17 856 905$86	17 856 905$86	
Do Exercício	-$-	-$-	-$-	91 528 769$20	91 528 769$20	109 385 675$06
TOTAIS	303 496 244$48	50 998 188$90	167 384 730$89	216 629 564$11		738 508 728$38
CONTAS DE ORDEM						
Letras Descontadas	-$-	-$-	-$-	3 048 161$80	$	3 048 161$80

PASSIVO						
RESERVA MATEMATICA						
De Seguros Directos	166 069 074$60	66 167 278$20	$-	-$-	232 236 352$80	
De Resseguros Aceites	26 108 420$17	$	-$	-$-	26 108 420$17	258 344 772$97
RESERVA DE GARANTIA						
De Seguros Directos	-$-	-$-	43 423 300$20	$-	43 423 300$20	
De Resseguros Aceites	-$-	-$-	2 885 184$40	-$-	2 885 184$40	46 308 484$60
RESERVA DE SEGUROS VENCIDOS						
De Seguros Directos	106 086$90	-$-	90 319$10	-$	196 406$00	
De Resseguros Aceites	15 106$07	-$-	5 856$51	-$	20 962$58	217 368$58
CREDORES POR VALORES EM DEPOSITO						
Vários	-$-	-$-	-$	16 808 329$04	16 808 329$04	
Resseguradores	10 510 540$00	-$-	43 106 988$30	-$-	53 617 528$30	70 425 857$34
CREDORES GERAIS						
Segurados, Correspondentes e Angariadores	-$-	-$-	-$	10 063 592$28	10 063 592$28	
Resseguros	327 540$00	203 972$20	4 361 767$70	-$	4 893 279$90	
Resseguradores	7 872 564$09	1 335 033$50	23 843 152$71	$	33 050 750$30	
Outros	-$-	-$-	-$-	4 910 973$95	4 910 973$95	52 918 596$43
INDEMNIZAÇÕES A PAGAR						
De Seguros Directos	1 951 386$50	1 387 471$29	96 301 683$00	$-	99 640 540$79	
De Resseguros Aceites	594 365$25	$-	3 681 827$86	-$-	4 276 193$11	103 916 733$90
COMISSÕES A APAGAR	1 061 652$47	3 018 810$60	5 786 900$83	$	-$-	9 867 363$90
PROVISÕES						
Para Incapacidades Temporárias de Acidentes de Trabalho	-$-	5 965 921$90	-$-	$-	5 965 921$90	
Para Prémios em Cobrança	3 024 178$00	14 756 667$80	25 691 308$40	$-	43 472 154$20	
Diversas	-$-	-$-	-$-	7 086 579$70	7 086 579$70	56 524 655$80
SITUAÇÃO LÍQUIDA ACTIVA						
CAPITAL	-$-	-$-	$-	27 500 000$00	27 500 000$00	
FUNDO DE RESERVA LEGAL	-$-	-$-	-$-	5 600 000$00	5 600 000$00	
FUNDOS DE RESERVA LIVRES	-$-	-$-	-$-	65 270 405$01	65 270 405$01	
FLUTAÇÃO DE VALORES						
De Imóveis	-$-	-$-	-$-	41 614 489$85	41 614 489$85	139 984 894$01
TOTAIS	217 640 914$05	92 835 155$49	249 178 289$01	178 854 369$83		738 508 728$31
CONTAS DE ORDEM						
Responsabilidades por Letras Descontadas	$-	-$-	-$	3 048 161$80	-$-	3 048 161$80

Lisboa, 31 de Dezembro de 1975

O Chefe da Contabilidade

Comissão Administrativa

"A NACIONAL" COMPANHIA DE SEGUROS

CONTA DE "GANHOS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

DÉBITO	VIDA	ACIDENTES TRABALHO	ACIDENTES PESSOAIS	FOGO	AGRICOLA E PECUÁRIO	AUTOMÓVEIS E RESP. CIVIL	MARÍTIMO	TRANSPORTES TERRESTRES	AEREO	DIVERSOS	CONTAS GERAIS	SUB-TOTAIS	TOTAIS
Saldo do Exercício Anterior	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	17 856 905$86	-$-	17 856 905$86
RESERVA MATEMÁTICA													
De Seguros Directos	3 652 484$32	18 539 557$20	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	22 192 041$52	
De Resseguros Aceites	1 475 078$67	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	1 475 078$67	
De Resseguros Cedidos (Diminuição)	1 119 023$34	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	1 119 023$34	24 786 143$53
RESERVA DA GARANTIA													
De Seguros Directos	-$-	-$-	536 319$30	813 356$30	1 760$30	6 475 003$60	3 099$70	118 076$70	-$-	330 839$10	-$-	8 278 455$00	
De Resseguros Aceites	-$-	-$-	-$-	-$-	2 859$50	146 649$20	189 316$30	-$-	88 759$10	-$-	-$-	427 584$20	
De Resseguros Cedidos (Diminuição)	-$-	-$-	-$-	-$-	29 683$00	-$-	113 522$60	-$-	7 028$50	192 753$30	-$-	342 987$40	9 049 026$60
PROVISÕES													
Para Inc. Temporárias de Ac. Trabalho	-$-	1 613 638$50	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	1 613 638$50	
Para Prémios em Cobrança	2 610 773$90	13 921 759$70	936 403$60	3 566 797$30	116 703$30	16 452 367$90	1 016 989$80	-$-	-$-	1 125 542$50	-$-	39 747 338$00	41 360 976$50
AMORTIZAÇÕES	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	597 235$20	-$-	597 235$20
COMISSÕES													
De Seguros Directos	2 007 454$70	6 761 085$20	972 094$70	3 693 362$50	67 464$30	8 848 307$60	446 970$10	216 234$80	15 277$50	659 354$90	-$-	23 687 606$30	
De Resseguros Aceites	542 622$02	-$-	299 575$20	1 231 435$60	-$-	2$20	458 524$10	65 173$20	77 455$00	224 044$60	-$-	2 898 831$92	
Despesas de Aquisição	156 459$20	1 644 248$40	453 059$45	1 509 773$94	16 528$86	5 927 799$19	167 967$77	130 351$46	3 670$40	262 029$53	2 154 908$80	12 426 797$00	39 013 235$22
INDEMNIZAÇÕES													
De Seguros Directos													
Do Exercício	17 819 388$54	21 579 864$80	2 145 819$10	8 249 037$70	408 612$70	77 899 367$20	2 731 439$70	1 310 521$90	80 173$60	4 634 337$10	-$-	136 858 562$34	
De Ex Anteriores (Reajustamentos)	(—)7 781$51	-$-	(+)367 367$10	(—)307 078$80	-$-	(+)30 712 613$20	(—)82 587$80	-$-	(+)112$00	(+)349 049$20	-$-	(+)31 031 693$59	
	17 811 607$03	21 579 864$80	2 513 185$20	7 941 958$90	408 612$70	108 611 980$40	2 648 852$10	1 310 521$90	80 285$60	4 983 386$30	-$-	167 890 255$93	
De Resseguros Aceites	803 294$64	-$-	374 225$50	453 603$52	-$-	(—)342 464$80	427 845$90	83 340$60	210 702$99	840 716$50	-$-	2 851 264$85	170 741 520$78
ENCARGOS DE RESSEGUROS CEDIDOS													
Prémios	3 946 205$21	2 659 918$70	4 755 915$73	15 907 752$30	82 905$90	4 641 283$60	4 203 064$80	1 397 438$30	363 896$80	2 761 010$90	-$-	40 719 392$24	
Juros	1 225 781$29	-$-	-$-	122 250$61	-$-	85 994$79	19 228$75	1$20	-$-	13 174$70	-$-	1 466 431$34	42 185 823$58
DESPESAS GERAIS													
Órgãos Sociais	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	228 556$50	228 556$50	
Pessoal	1 491 737$30	1 583 177$30	668 425$70	2 067 240$20	2 325$70	3 569 648$50	418 942$00	-$-	-$-	-$-	21 985 393$90	31 786 890$60	
Publicidade	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	258 428$40	258 428$40	
Outras Despesas de Administração	30 939$20	459 446$00	13 988$00	69 388$30	5 160$00	208 104$00	7 398$50	-$-	-$-	5 508$40	7 068 093$19	7 868 025$59	
Encargos Fiscais	616 491$90	1 619 305$40	217 275$70	2 085 031$60	17 977$60	3 321 751$70	112 467$70	43 370$90	3 610$40	123 146$40	798 538$90	8 958 968$20	
Encargos Parafiscais	278 021$30	336 195$30	128 930$30	335 560$30	-$-	672 806$40	79 465$30	-$-	-$-	-$-	4 281 451$80	6 112 430$70	55 213 299$99
ENCARGOS DIVERSOS	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	2 470 443$41	-$-	2 470 443$41
RESULTADOS DE AGÊNCIAS NAS EX-COLONIAS													
Transferido das Contas das Agências	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	12 035 304$48	12 035 304$48	
De Resseguros colocados pela Sede	395 759$52	-$-	92 694$80	498 711$50	-$-	- 130 319$70	687 446$20	37 339$40	840$00	33 170$90	-$-	1 876 282$02	13 911 586$50
TOTAIS	38 163 733$54	70 718 196$50	11 962 094$18	40 296 222$87	751 981$26	158 749 553$98	11 001 101$62	3 401 848$46	851 526$29	11 554 678$03	69 735 260$44		417 186 197$17

CRÉDITO													
RESERVA MATEMÁTICA													
De Seguros Directos (Diminuição)	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	
De Resseguros Cedidos	420$25	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	420$25	420$25
RESERVA DE GARANTIA													
De Seguros Directos (Diminuição)	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	83 040$90	-$-	4 558$80	8 630$80	-$-	96 230$50	
De Resseguros Aceites (Diminuição)	-$-	-$-	68 902$70	61 454$80	-$-	-$-	66 313$70	7 182$20	9 549$80	48 867$30	-$-	262 270$50	
De Resseguros Cedidos	-$-	-$-	346 951$20	349 811$90	-$-	613 321$80	40 787$00	81 799$30	13 805$40	-$-	-$-	1 446 476$60	1 804 977$60
PROVISÕES													
Para Inc. Temporárias de Ac. Trabalho	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	
Para Prémios em Cobrança	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-
PRÉMIOS E SEUS ADICIONAIS													
De Seguros Directos	21 939 593$10	59 659 218$90	7 564 411$30	23 133 908$40	384 758$10	93 007 410$70	3 795 156$90	1 657 500$30	126 655$80	4 698 256$20	-$-	215 966 869$70	
De Resseguros Aceites	3 077 452$66	274 102$90	1 130 252$30	3 242 491$20	328 635$90	1 405 458$60	1 841 869$20	260 682$00	310 239$10	707 449$98	-$-	12 578 633$84	228 545 503$54
RECEITA DE RESSEGUROS CEDIDOS													
Comissões	525 334$97	-$-	1 844 422$77	6 084 236$47	4 145$30	1$50	1 342 587$65	427 797$80	122 896$90	958 976$20	-$-	11 310 399$56	
Indemnizações	5 483 814$40	4 487 370$00	1 688 306$90	6 741 485$39	55 588$50	11 429 261$80	2 173 959$90	1 112 589$70	200 799$10	4 970 319$20	-$-	38 343 504$89	49 653 904$45
RENDIMENTOS													
Das Reservas Técnicas Seg. Directos	7 497 352$00	2 104 519$70	99 223$60	354 417$20	1 795$20	2 046 741$10	50 010$40	2 169$20	2 607$30	64 898$40	-$-	12 223 734$10	
Das Reservas Técnicas Resseg. Aceites	778 544$81	-$-	-$-	345$18	-$-	274$20	311$20	-$-	20$90	39$50	-$-	779 535$79	
Dos Valores Livres	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	193 375$10	193 375$10	13 196 644$99
RECEITAS DIVERSAS													
Cargos em Outras Sociedades	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	164 006$60	164 006$60	
Outras	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	18 429$20	-$-	-$-	-$-	-$-	92 173$11	110 602$31	274 608$91
RESULTADOS DE AGÊNCIAS NAS EX-COLONIAS													
Transferido das Contas das Agências	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	12 879 769$93	12 879 769$93	
De Resseguros Colocados pela Sede	185 730$41	-$-	174 440$53	301 297$10	-$-	23 973$60	466 924$20	11 126$40	240$00	280 960$20	-$-	1 444 692$44	14 324 462$37
SALDO	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	109 385 675$06	-$-	109 385 675$06
TOTAIS	39 488 242$60	66 525 211$50	12 916 911$30	40 269 447$64	774 923$00	108 544 872$50	9 860 961$05	3 560 856$90	791 373$10	11 738 397$78	122 714 999$80	-$-	417 186 197$17

Lisboa, 31 de Dezembro de 1975

O Chefe da Contabilidade
António Francisco Teixeira Escudero

Comissão Administrativa Provisória
Armando Vieira dos Santos Caeiro
João Fernandes Sarandeses
Herlander Henrique Canhinho da Silva

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal - EDP (ex-H. E. A. A. e a que se refere o processo 8/58 955, arquivo 18, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Borba de uma linha aérea a 30 kV com 75 metros, do poste n.º 9 da linha para o posto de transformação da Sociedade Exportadora do Norte-Borba, ao posto de transformação da Cooperativa dos Olivicultores de Borba - Borba.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 27 de Janeiro de 1977.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Abrantes em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP (ex-HEAA), a que se refere o processo 8/58 696, arquivo 18, para o estabelecimento na freguesia de Pego, concelho de Abrantes, de uma linha aérea a 30 kV com 982 metros do poste n.º 5 da linha para o posto de transformação da Fábrica de Lacticínios Marefa, Lda., ao posto de transformação n.º 471 - Pego.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de licenciamento, em 2 de Fevereiro de 1977.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP (ex-Hidro-Eléctrica Alto Alentejo) a que se refere o processo 8/58 392, arquivo 18, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Benavente, de uma linha aérea a 30 kV, com 213 metros do poste n.º 3 da linha para o posto de transformação da Federação Nacional dos Produtores de Trigo ao posto de transformação n.º 497 (pátio do Hospital) - Benavente.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 27 de Janeiro de 1977.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Nacional

ELEIÇÕES EM DIREITO (LISBOA)

Esquerda dividida, P.P.D. vencedor

São conhecidos já os resultados (provisórios) das eleições para a direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Lisboa, que decorreram nos dias 9 e 10, cabendo o maior número de votos à J. S. D. (674 votos). A lista B, afecta à J. S., somou 496 votos; a lista F, proposta pela U. E. C., 459 votos; a lista E., afecta aos G. D. U. P., 313; a lista D, do M. R. P. P., 236 votos; a lista C, do M. I. D. (extrema-direita), 147; as listas G e H (trotskistas), 16 votos cada; votos brancos, 29; nulos, 24; condicionais, 26.

Dos resultados se depreende que os votos de três listas de esquerda (J. S., U. E. C. e G. D. U. P.) ultrapassam de longe a votação da J. S. D. A não concretização de uma plataforma de entendimento entre as forças de esquerda mais representativas e a proliferação de listas, na Faculdade de Direito, em permanente crise desde o 25 de Abril, reflecte nos resultados a sua real imagem.

Universitários portugueses no Reino Unido

A «Portuguese Society», fundada após o 25 de Abril de 1974 por universitários portugueses da Universidade de Leeds, levou a cabo, no âmbito da campanha de promoção da cultura portuguesa que tem vindo a fomentar no seio da comunidade lusitana, uma pesquisa entre os universitários portugueses no Reino Unido visando fazer um levantamento sobre a formação de quadros universitários na Grã-Bretanha, com vista às necessidades do desenvolvimento técnico e científico em Portugal.

Desconhece-se de momento o resultado da pesquisa prevendo-se no entanto que a mesma possa revestir-se de uma importância para diversos sectores da indústria portuguesa.

PROFESSORES EM S. BENTO

A direcção do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, acompanhada por uma representação de professores, foi recebida hoje às 11 horas, pelo gabinete do Primeiro-Ministro. A audiência prende-se à entrega de um conjunto de petições relativas ao descongelamento de diuturnidades a que têm direito os professores efectivos do Ensino Primário e os professores com direito a fases do Ensino Secundário.

No âmbito dos preparativos do próximo Encontro Nacional de Professores, realiza-se no próximo domingo, em Lisboa, uma reunião dos Sindicatos dos Professores. Na reunião, será abordada a participação das diversas zonas e executivos no Encontro.

PROSSEGUEM AS ELEIÇÕES

Começa no próximo dia 16 prolongando-se até ao dia 24 a campanha para as eleições, marcadas para o dia seguinte, para a Assembleia de Representantes e para o Conselho Pedagógico da Faculdade de Farmácia.

Também na Faculdade de Medicina de Lisboa (Santa Maria) começaram hoje as eleições (de docentes e técnicos) para os órgãos de gestão da escola, prosseguindo no dia 15 (para estudantes).

Entretanto na cidade trasmontana de Chaves uma proposta da U. E. C. e J. S. teve uma maioria de votos para a escolha do estatuto da Associação da Escola do Magistério Primário.

TRABALHADORES ESTUDANTES

O Secretariado de Trabalhadores-Estudantes do Ensino Secundário e o Centro Coordenador de Trabalhadores Estudantes, decidiram levar a efeito amanhã, pelas 15 horas, na Faculdade de Ciências, um plenário de estruturas de trabalhadores-estudantes. A ordem de trabalhos proposta consta de informações (situação nas escolas e empresas; documento aprovado no Congresso dos Sindicatos no que respeita aos trabalhadores-estudantes); organização do trabalhador-estudante; encontro regional de trabalhadores-estudantes.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal - EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/58 281, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Rebordosa, concelho de Paredes, de uma linha aérea a 15 kV com 460 metros, do poste n.º 28 da linha para o posto de transformação de Gandra ao posto de transformação de José Augusto Moreira da Silva, situado no lugar de Fontainhas.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 31 de Janeiro de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Angelino Pires dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal - EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/58 853, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Castelões de Cepeda, concelho de Paredes, de uma linha aérea a 15 kV, com 70 metros, do poste n.º 2 da linha para o posto de transformação de Campo de Tiro ao posto de transformação de Igreja, pertencente à Câmara Municipal de Paredes, situado na Rua D. António Barbosa Leão.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 31 de Janeiro de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Angelino Pires dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Maia em todos os dias úteis; durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP (ex-UEP-Norte), a que se refere o processo 8/58 998, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de S. Pedro de Fins, concelho da Maia, de uma linha aérea a 15 kV, com 651 metros, do apoio n.º 2 da linha para o posto de transformação de Folgosa-Santa Cristina ao posto de transformação de S. Pedro de Fins-GONDÃO, da Câmara Municipal da Maia.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 31 de Janeiro de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Angelino Pires dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal - EDP (ex-UEP) e a que se refere o processo 8/58 097, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Alfena, concelho de Valongo de uma linha aérea a 15 kV, com 118 metros, do apoio n.º 4 da linha para o posto de transformação de Alfena-Codiceira, ao posto de transformação de Alfena-Baguim, da Câmara Municipal de Valongo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 31 de Janeiro de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Angelino Pires dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal - EDP (ex-UEP) e a que se refere o processo 8/59 086, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Penamaior, concelho de Paços de Ferreira de uma linha aérea a 15 kV, com 189 metros, do apoio n.º 80-A da linha Paços de Ferreira ao posto de transformação pertencente a Gomes & Carneiro, Lda.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 27 de Janeiro de 1977.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho do Montijo em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP-Sul), a que se refere o processo 8/59 114, arquivo 45, para o estabelecimento na freguesia e concelho do Montijo, de uma linha aérea a 30 kV, com 1230 metros, do apoio n.º 4 da linha LI 30-55 S. Francisco BASE AÉREA N.º 6, para o posto de transformação da nova fábrica dos estabelecimentos Isidoro M. de Oliveira, em Barreiras [RA 30-55-1 ISIDORO M. Oliveira (BARREIRAS)].

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 2 de Fevereiro de 1977.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Morte do presidente da Índia dificulta tarefa de Indira

A morte do presidente da União Indiana, Fakhruddin Ali Ahmed, de 72 anos, falecido hoje em Nova Delhi, vítima dum ataque cardíaco, vem dificultar a tarefa do primeiro-ministro, Indira Gandhi, a braços com uma violenta contestação da Oposição e no seio do seu próprio Partido. Com a perda deste amigo leal, Indira não só fica mais isolada, como ainda terá de escolher um novo candidato à presidência, o que, dadas as cisões no seu Partido, poderá conduzir a um severo agravamento da crise política que o país atravessa.

Ahmed faleceu um dia depois de ter regressado de uma visita oficial à Malásia. Quando morreu, estavam ao seu lado a esposa, o primeiro-ministro, senhora Indira Gandhi, e o presidente do Partido do Congresso, no poder, D.K. Borooah.

O governo anunciou que o vice-presidente B.D. Jatti, de 64 anos, foi empossado como presidente, até que possa ser escolhido um novo chefe de Estado.

Desconhece-se de momento se a morte do Presidente poderá resultar num adiamento das eleições gerais, vivamente contestadas, que devem efectuar-se a 16 de Março.

O gabinete da senhora Indira Gandhi proclamou um período de 13 dias de luto por Ahmed, que será sepultado no domingo.

Hoje, encontram-se encerradas todas as repartições públicas, as bandeiras dos edifícios públicos estão a meia haste e a rádio oficial toca música fúnebre.

Fakhruddin Ali Ahmed, eleito para a presidência em 1974, por um período de cinco anos, adoeceu na passada segunda-feira, no segundo dia da sua visita oficial à Malásia, o que obrigou ao cancelamento dos planos para prosseguir a digressão pelas Filipinas e pela Birmânia.

Segundo a Constituição da União Indiana, um novo presidente terá de ser escolhido dentro de um prazo de seis meses, por membros do Parlamento Federal e das Legislaturas de Estado.

Fakhruddin Ali Ahmed, o quinto presidente da União Indiana, nascido a 13 de Maio de 1905, recebeu a sua educação na Inglaterra, em Cambridge, e, ao regressar em 1931 ao país, aderiu ao Partido do Congresso, que então lutava pela independência, sob a chefia do «Mahatma» Gandhi.

Preso por duas vezes antes da independência, em 1947, tornou-se depois disso muito activo na vida política do Estado de Assam, no Nordeste do país.

Em 1966, o primeiro-ministro Indira Gandhi conduziu-o ao governo central como ministro da Irrigação e Energia.

Mais tarde, foi ministro da Agricultura e Alimentação, até que a senhora Gandhi o escolheu para candidato do Partido do Congresso às eleições presidenciais de 1974.

Depois de eleito, Fakhrudin Ali Ahmed viajou por todo o país presidindo a muitas cerimónias oficiais. Como chefe de Estado constitucional, o presidente é também comandante supremo das Forças Armadas. Todavia, na prática, trata-se mais de uma figura decorativa, pois todo o poder reside no primeiro-ministro e no governo.

Ahmed, quinto presidente da União Indiana, foi o segundo a morrer no seu posto.

Em 1969, a morte do terceiro presidente, Zakir Hussain, desencadeou uma importante crise política e uma cisão no Partido do Congresso, depois de Indira Gandhi se ter recusado a apoiar o candidato dos «patrões» do partido.

Indira Gandhi foi expulsa, arrastando consigo a maioria dos membros do partido, entre os quais Ali Ahmed, sempre leal.

Como presidente, Fakhruddin Ali Ahmed assinou em 1975 a proclamação governamental de estado de emergência, bem como todos os decretos importantes depois da suspensão de liberdades cívicas.

Jatti, o novo presidente interino da União Indiana, tem sido igualmente um membro leal do Partido do Congresso, tendo sido governador do Estado de Orissa em 1972 e, dois anos mais tarde, vice-presidente.

Encontrando-se o Parlamento dissolvido para abrir caminho a novas eleições, não há forma de um presidente ser eleito antes das eleições gerais do próximo mês.

Logo que foi transmitida a notícia da morte de Ahmed, dirigentes políticos do Partido do Congresso e da oposição puseram temporariamente de parte as suas divergências e dirigiram-se para o palácio presidencial.

Palavras de Fidel Castro marcam pontos nos E.U.A.

O Departamento de Estado norte-americano considerou ontem como «positivas» as afirmações do primeiro-ministro de Cuba, Fidel Castro, dadas a público numa entrevista à cadeia de televisão CBS, apresentada em New York. Jody Powel, o porta-voz de Carter chegou mesmo a dizer que as palavras de Fidel eram «interessantes».

A entrevista do primeiro-ministro cubano, cujo tom foi flagrantemente conciliatório, surge numa atmosfera de manifesta e mútua vontade de aproximação entre Cuba e os E. U. A. Recorde-se que Cyrus Vance já deu a entender que a retirada das tropas cubanas de Angola não são condição prévia para coisa nenhuma, como preconizava Kissinger, e que nas suas declarações, Fidel teve palavras lisonjeiras para Jimmy Carter.

Enquanto lentamente parece iniciar-se o processo de aproximação entre o primeiro Estado socialista da América Latina e os Estados Unidos, representantes de diversas associações norte-americanas avançam em outro terreno, igualmente importante e justo. Ontem, uma delegação entregou na Casa Branca 100 000 assinaturas que subscrevem um pedido formal para o estabelecimento de relações normais com o Vietname. Esta delegação foi recebida por representantes de vários ministérios que ouviram isto: «Os Estados Unidos têm uma obrigação moral e histórica em relação ao Vietname» e «é evidente que o povo vietnamita já não é nosso inimigo, se é que alguma vez o foi».

Entretanto, pela terceira vez desde que os Estados Unidos deram a conhecer a sua disposição de efectuar uma retirada gradual de tropas estacionadas na Coreia do Sul, a China exigiu hoje que as forças norte-americanas sejam imediatamente evacuadas. Esta é a primeira reacção oficial chinesa à política americana, desde a posse da nova administração.

Uma outra contestação, esta interna e mais violenta, foi descoberta na passada quarta-feira nos correios de New York: quatro cartas-bomba, uma das quais dirigida a Carter. Uma das armadilhas explodiu, ferindo ligeiramente um trabalhador e impossibilitando que se soubesse quem era o seu destinatário. As demais eram enviadas para o governador de Porto Rico e ao departamento nova-iorquino do F. B. I.

P.C.E. encaminha hoje pedido de legalização

O Partido Comunista Espanhol, proibido desde o final da Guerra Civil, deverá apresentar hoje um pedido formal para se tornar legal. Um informador do P. C E. disse que dirigentes comunistas esperam ter todos os documentos necessários, nomeadamente os estatutos do Partido, prontos para serem entregues ao Ministério do Interior, até final da tarde. Ontem o Partido Socialista Operário Espanhol-P. S. O. E., foi o primeiro a depositar o pedido de legalização. Acredita-se que os obstáculos à legalização do P C. E. estejam removidos, uma vez que já se pronunciou a favor de um regime democrático e demonstrou, por diversas vezes, a sua independencia em relação a Moscovo, integrando-se no «eurocomunismo».

Entretanto, começam a correr novos rumores em Madrid, de acordo com os quais o Governo estaria a efectuar consultas junto aos presos políticos exigidos pelo GRAPO, para saber se estes queriam ser trocados por Oriol e Villaescusa. Dois deles recusaram. Ontem, os rumores aumentaram com a notícia da audiência concedida pelo presidente argelino, Houari Boumediene, em Argel, ao embaixador de Espanha.

Por outro lado, o dirigente da «Fuerza Nueva» de extrema-direita, Blás Pinar, disse que não permitirá que «os vencidos e os assassinos de ontem vendam a vitória alcançada por Franco durante a Guerra Civil». Mil pessoas ouviram essas palavras, obviamente dirigidas a Santiago Carrillo, secretário-geral do P. C.E. que a extrema-direita acusa de ter morto prisioneiros franquistas em fins de 1936.

Quanto à viagem de Juan Carlos ele e a rainha Sofia jantaram ontem com o presidente italiano, Giovanni Leone, ao mesmo tempo que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Marcelino Oreja anunciava que o rei de Espanha visitará alguns países do Médio Oriente em Março próximo.

Alastra ofensiva de greves na Holanda

Dirigentes sindicais holandeses alargaram hoje a sua ofensiva grevista, a maior desde a Segunda Guerra Mundial, apesar de uma tentativa de compromisso com o patronato sobre a questão fulcral dos salários. O porto de Roterdão — o maior do mundo — é cenário de novas greves, apesar do compromisso alcançado ontem entre dirigentes sindicais e representantes do patronato, após uma reunião de seis horas.

Os sindicalistas e as entidades patronais conferenciarão agora separadamente para ratificar o compromisso de ontem e debruçar-se-ão em conjunto sobre outras questões importantes, numa série de contactos que terão início à noite.

A questão central quanto aos ordenados é a pretensão dos trabalhadores de que estes acompanhem, automaticamente, a subida do custo de vida, como vinha sucedendo desde 1971. O patronato parece ter recuado da sua posição inicial e aceite esta pretensão.

Entretanto, Win Kok, dirigente da maior federação sindical holandesa, declarou que «a nossa greve continuará» se não houver êxito nas negociações.

Iraque encerra a fronteira com a Síria

O Iraque encerrou a sua fronteira com a Síria, proibindo o trânsito nos dois sentidos. A notícia foi ontem dada por um informador oficial na capital síria, o qual acrescentou que tal decisão podia dever-se à agitação interna que reinaria no Iraque.

Na verdade, Rádio Bagdad, captada em Damasco, anunciou motins nas cidades de Karbala e Najaf. O Iraque acusou ainda um agente sírio de ter feito explodir um santuário muçulmano, em Karbala. Os motins e a explosão ter-se-iam registado no domingo. A France Press indica que uma fonte afecta à embaixada do Iraque no Koweit confirmou os motins.

Notícias de Nicósia, citando a agência noticiosa iraquiana, falam que os motins, que eclodiram durante as festas religiosas nos santuários muçulmanos de Najaf, prosseguiram durante a segunda-feira, causando a morte de três pessoas. «Elementos agitadores», que utilizaram armas de fogo contra a multidão, estão já presos.

WALDHEIM NO CAIRO

O secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, parte hoje de Jerusalém para o Cairo, depois de terminada a sua missão diplomática pelo Médio Oriente. Ontem Waldheim efectuou conversações «francas e informativas» com os dirigentes israelitas. O balanço da sua visita parece conter-se na entrevista que foi ontem publicada pelo jornal israelita «Jerusalém Post», e na qual Waldheim diz em resumo: é pouco provável que a conferência de Genebra possa ser marcada para antes do dia 31 de Março (data limite fixada pela AG da ONU); os árabes são os que fazem maior obstrução à conferência, dado que insistem no convite oficial da OLP; contudo, as coisas estão a evoluir favoravelmente, pois a OLP já não exige um Estado Unido na Palestina e está disposta a aceitar uma entidade na margem ocidental do Jordão e em Gaza; todos os dirigentes e o líder da OLP estão prontos a aceitar a existência real de Israel, se não a sua existência «de jure» e reconhecem que um Estado palestiniano poderia ter relações estreitas com a Jordânia e comerciais com Israel; há que fazer consultas aprofundadas e conversar com as «grandes potências» antes da Conferência.

Enquanto isto, mais duas missões diplomáticas têm por cenário as terras do Médio Oriente: hoje encontra-se no Cairo, seguindo depois para a Síria e para a Jordânia, um alto funcionário do MNE da URSS, Fytenko, o qual procura também reatar as negociações de Genebra. Na próxima terça-feira fará escala pelos Açores o avião que conduz o secretário de Estado dos EUA, Cyrus Vance, no seu périplo pelo Médio Oriente.

Por fim, é esperada hoje em Tunes (onde decorre uma conferência denominada de diálogo euro-árabe) uma declaração comum dos «Nove» sobre o Médio Oriente.

No Líbano, a situação parece, entretanto, complicar-se em face de violentos combates ocorridos ontem em Beirute e nos quais se envolveram facções palestinianas e tropas da força pan-árabe.

No Egipto, o referendo para ratificar as medidas severas de repressão com que Sadat julga resolver os seus problemas, deu o resultado favorável de mais de 90 por cento de «sins». Para as agências noticiosas, isso significa que Sadat ganhou popularidade. No entanto, todos os referendos promovidos por Sadat são sempre espectaculares, mesmo quando a sua popularidade desce vertiginosamente.

Torturas no Ulster

Segundo informou ontem em Estrasburgo o procurador-geral da República da Irlanda, Declan Costello, o país que representa não retirará a queixa apresentada contra a Grã-Bretanha no Tribunal dos Direitos Humanos, por torturas infligidas a presos políticos nas penitenciárias da Irlanda do Norte, entre 1971 e 1974. Os debates sobre o caso terminaram ontem e hoje é aguardada a decisão do tribunal sobre se tem ou não competência para o julgar. Costello acrescentou, entretanto, que a República da Irlanda reconhece que a Grã-Bretanha deixou de empregar os cinco métodos de que é acusada: vendar os olhos aos prisioneiros, impedi-los de dormir ou de se alimentar, tortura com ruídos, obrigá-los a passar longos períodos em pé, com os braços levantados.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

Espectáculos

A comédia negra do mccartysmo

JACQUES SICLIER

São necessários alguns pontos de referência históricos para situar este filme americano. Foi em 1947, no momento em que os Estados Undidos entravam num período de «guerra fria» com a União Soviética, que a comissão das actividades antiamericanas (criada em 1938 para detectar gente de esquerda nos meios do espectáculo) começou, sob a direcção de J. Parnell Thomas, uma autêntica caça aos «vermelhos» nos estúdios de cinema e de televisão. Os argumentistas, técnicos, realizadores e actores que se suspeitava tivessem pertencido ao Partido Comunista ou mantido, de perto ou de longe, relações com esse mesmo partido, eram interrogados acerca das suas actividades políticas e incitados a reconhecer os seus erros e a fornecer nomes. A recusa em responder a este tipo de interrogatório, servindo-se para tal da primeira emenda da Constituição, levou à prisão de dez personalidades de Hollywood (entre as quais o cineasta Edward Dmytryk que mais tarde, para conseguir trabalho, se mostraria mais complacente). Um grande número de «suspeitos» seriam inscritos numa lista negra que lhes dechava as portas dos estúdios. Alguns argumentistas como Dalton Trumbo e Michael Wilson, começaram a escrever com nomes supostos. Realizadores como Jules Dassin, Joseph Losey e John Berry tiveram de emigrar. O argumentiista Ben Barzman refugiou-se na Grã-Bretanha, onde escreveu para Losey. Abraham Polansky esteve dezoito anos sem poder fazer um só filme. Solidário com as vítimas da lista negra, o actor John Garfield morreu depois de ter feito frente à comissão de inquérito, em condições que fizeram pensar num suicídio. Pelo contrário, Elia Kazan, renegando em 1952 as suas convicções de homem de esquerda, aceitou o interrogatório para se limpar e denunciou amigos e funcionários do Partido Comunista. Pagou mesmo uma página de publicidade num jornal, para afirmar que não era comunista.

A partir de 1950, com o senador MacCarthy, a caça às bruças vermelhas tornou-se ainda mais virulenta, e não só no mundo do espectáculo. Outro senador chamado Richard Nixon, tornar-se-ia também notado pelo seu zelo anticomunista.

Até hoje, o cinema americano limitou-se a fazer alusões a estes acontecimentos que tiveram consequências funestas e criaram um clima de inquisição na sociedade americana (**Os nossos mais belos anos,** de Sidney Pollack, ou **Marathon man,** de John Schlesinger). Há, no entanto, um filme documentário de David Helpern Júnior, **Hollywood on trial,** que foi exibido no último Festival de Cannes.

Reune testemunhos dos que cederam e dos que resistiram às pressões da comissão. Mas estreou-se recentemente em França outro filme, **«The front»** (em francês **Le Prête Nom),** produzido pela Columbia e que ataca pela primeira vez, e abertamente, o maccartysmo. O filme situa-se no início dos anos 50: guerra da Coreia, receio de guerra com a U.R.S.S., processo dos Rosenberg. Não diz respeito à indústria cinematográfica mas ao meio da televisão. É que o realizador Martin Ritt trabalhava então para a cadeia C.B.S., em Nova Iorque. Esteve na lista negra, assim como o seu argumentista, Walter Bernstein, e alguns intérpretes como Zero Mostel, Herschel Bernard e Lloyd Gaugh.

Ora **The Front,** inspirado numa experiência vivida, não é um filme histórico mas uma comédia dramática que, através de Woody Allen, dá a conhecer um clima de suspeita, de paranóia, de perseguições manhosas e de absurdo. No filme, Woody Allen é Howard Prince, um judeu, caixa de noite num «bar», que aceita emprestar o nome a um amigo de infância, Alfredo Miller, célebre escritor de televisão reduzido ao desemprego e à clandestinidade pela lista negra. Howard não é um idealista. Jogador, precisa constantemente de dinheiro e aceita 10 por cento das somas que Miller recebe pelos originais, apresentados em seu nome. Isto acaba por ser um bom negócio quando ele começa a ajudar, do mesmo modo, outros escritores (judeus) que se encontram na mesma situação de Miller.

Diz-se que Woody Allen tem em **«The Front»** o seu primeiro papel a sério, mas isso não é exacto. Ele não faz de palhaço mas consegue mostrar, com grande talento e um humor fabuloso a nefasta estupidez do maccarthysmo. Ao utilizar Woody Allen como personagem, Walter Bernstein e Martin Ritt, vingam-se pelo riso daquilo que sofreram outrora. E um pouco, guardadas as devidas proporções, a atitude de Chaplin para com Hitler no **Ditador.** Argumento e realização opõem a inocência do pequeno judeu de óculos, à intolerância, às manias, à histeria anticomunista (por vezes baseadas nos indícios mais ridículos) dos agentes da comissão e do F.B.I. Quando Howard Prince faz **gaffes** ou se compromete, nunca se sabe se o faz ou não de propósito, mas na frente dele os inquisidores tornam-se grotescos. Grotescos perigosos, de resto, como o mostra o caso do actor Hecky Brown (o admirável Zero Mostel) levado ao suicídio, até porque um actor não pode, como um argumentista, dissimular-se sob outra personalidade.

Bernstein e Ritt não esqueceram nada do passado, mas olharam-no à distância com um sarcasmo que torna o filme mais vigoroso e patético do que o seria uma simples demonstração «política». Chamado pela comissão das actividades antiamericanas, Woody Allen ergue-se como que para fazer um discurso, lança uma frase insolente, um grito de liberdade individual que varre e manda para o lixo esse período da América.

© (LE MONDE)

Uma cena de «The Pront», com Woody Allen

Cooperativa teatro popular

Apresenta na

ACADEMIA ALMADENSE

Rua Capitão Leitão, 64

Telef. 275 21 27 -- Almada

2.º MÊS

Lotações esgotadas

com ANTÓNIO MACHADO * CARLOS IVO * DINA MARIA * ELISA DE GUISETTE * GIL MATIAS * JANINE OSÓRIO * MANUEL COELHO * MARIA HELENA SILVA * ORLANDO FERNANDES * VICENTE BATALHA

Direcção Musical de VICTOR BONJOUR
Cenografia de VIANA, ROGÉRIO RIBEIRO, HERNANI e RUI MARTINS

Sessões às 3.ª, 4.ª 5.ª e 6.ª, às 21.30 — Sábados, às 20.30 e 23 horas — Domingos, às 16 e 21.30

EM LISBOA BILHETES À VENDA NA A. B. E. P. — RESTAURADORES
As marcações de bilhetes só se respeitam 1 hora antes do início do espectáculo.

HOSPITALIZADA EM LONDRES

Sandie Shaw já não vem a Lisboa

A ex-vencedora do Festival da Eurovisão, Sandie Shaw, que estava contratada pelo Casino Estoril para actuar por ocasião do Carnaval foi internada de urgência em Londres, não se podendo, portanto, deslocar ao nosso País, segundo informa esta manhã uma nota do Departamento de Produção e Publicidade da empresa.

Sandie Shaw vai ser sumbetida a uma grave intervenção cirúrgica.

Para substituir Sandie Shaw, informa o Casino Estoril que já entrou em contacto com Cilla Black, Eartha Kitt, Johnny Halliday e Sylvie Vartan de modo a conseguir a presença nos shows de Carnaval de uma vedeta suficientemente famosa a nivel internacional.

B BERLIN ZIRKUS

Circo sobre gelo

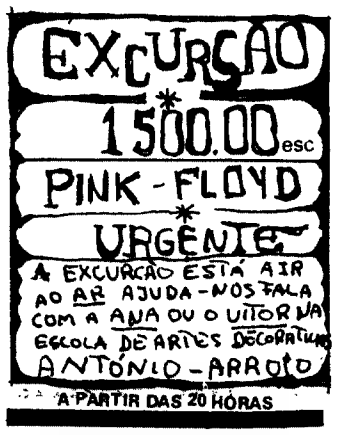
Instalado no Parque de Jogos do Hóquei Club de Portugal (ao fundo da Avenida do Brasil) Tel. 80 45 45

Todos os dias de 2.ª a 6.ª-feira Matinée às 16 horas Noite 21.30 horas — **Sábados e Domingos,** Matinées 14.20 e 17.30 horas Noite 21.30 horas

HOJE
Matinée 16 horas
noite 21.30

Bilheteiras ABEP — Praça dos Restauradores — No CIRCO a bilheteira abre às 10 horas da manhã

AVISO IMPORTANTE — A Carris assegura o transporte para os principais pontos da cidade, depois de cada espectáculo.



Martin Ritt derruba a barreira do silêncio

Hollywood também suportou a «caça às bruxas», desencadeada nos anos cinquenta pelo senador Joseph McCarthy e que provocou o êxodo para a Europa de directores como Charles Chaplin, Orson Welles, Jules Dassin e Joseph Losey.

Sobre esse tema, o director norte-americano Martin Ritt fez um filme, «The Front», tendo Woody Allen como protagonista.

Ritt encontra-se em Roma para a apresentação desta obra.

«Para que quem esqueceu, recorde, e o que não sabia, saiba», assim explicou Ritt a razão do seu filme.

Martin Ritt tem 57 anos e é um dos directores mes-

Martin Ritt

nos conformistas do cinema americano de hoje. Também esteve na «lista negra» de 324 nomes que tiveram o trabalho vetado em Hollywood, acusados de comunistas.

«The Front», primeiro prémio do recente «Festival de Teerão», é uma crítica ao «sonho norte-americano» e está dedicado a todos aqueles que padeceram as injustiças do maccartismo por causa das suas ideias.

O director de «HUD» (com Paul Newman) e «o espião que veio do frio» (com Richard Burton) sublinhou que depois da guerra subterrânea que o maccartismo provocou em Hollywood, houve uma espécie de lei do silêncio, que ele derruba com «The Front».

É exactamente sobre este filme de Martin Ritt, que publicamos um artigo de Jaques Siclier, traduzido do «Monde» ao abrigo dos contratos de exclusivo com o nosso jornal.

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

AMAR O TEATRO: FAZER O TEATRO. ENSINAR O TEATRO

Serão poucos os de nós que não se lembram da adolescência sem um travo amargo. À distância, representa-se a mágoa das situações que, no auge do desequilíbrio se tornam grotescas, ridículas.

O que acima de tudo condenei na rubrica de triste memória «História à Vista» foi isso mesmo: o festival de ridículo a que tantos jovens eram submetidos em holocausto a uma errada concepção de liberdade criativa.

Mas o que lá vai, lá vai. O erro foi emendado, as críticas generalizadas não se perderam. O que prova a eficácia da opinião pública.

Em substituição começámos desde ontem uma rubrica de iniciação ao Teatro: **Faz de conta.** O orientador tem um nome bem conhecido, merecidamente conhecido, no nosso teatro: Jacinto Ramos.

O menos que se pode dizer é que a emissão promete. Houve didactismo certo; houve descontracção, houve uma naturalidade, que, nem por ser estudada, deixou de o ser. O que significa que até nisso já começou a haver teatro. Houve espectáculo.

Independente do seu valor como profissional, Jacinto Ramos sempre gostou de ensinar. Tudo leva a crer, portanto, que desta vez está o homem certo no lugar certo.

Estou em crer que a actuação de Jacinto Ramos poderá inclusivamente desencadear (ou reforçar, onde já exista) a tendência para bem falar português. Sabe-se quanto nas aulas da língua Pátria há a preocupação de gramática, da leitura, da compreensão do texto, do enriquecimento vocabular — mas, quanto à dicção, o professor preocupado com isso faz figura de excêntrico ou de pioneiro O resultado está à vista nos **belos** locutores da Rádio e da Televisão que por aí há, nos políticos taralhocos que metem ospés pelas mãos não apenas na política mas também nas tortuosidades dicciónicas.

Desde ontem num brevíssimo apontamento vimos que essa preocupação não deixará de estar presente no **Faz de Conta.** Para já, tudo leva a crer no êxito de mais esta aventura de Jacinto Ramos. Quem sabe se, daqui a uns anos não virá algum grande nome do teatro português dizer-nos: «Foi no «Faz de Conta» um programa que havia na Televisão orientado por Jacinto Ramos, que aprendi a fazer teatro...»

Talvez. Mas creio que não será esse o objectivo do actor-professor. O que ele certamente desejará é não fazer actores mas espalhar o amor pelo teatro nas dezenas de milhares de crianças.

O resto virá por acréscimo.

RODÉSIA: A HISTÓRIA BATE À PORTA

Magazine, a abrir, trouxe-nos um documentário sobre o território de Zimbabwe. Ou, como sempre, se disse da Rodésia.

Não se sabe onde foi a RTP desencantar a manigância filmada. Sem dúvida, a Televisão portuguesa tem um faro para estas coisas...

Tratava-se de um documentário em que o problema era visto sistematicamente do lado Smithesco, do lado da sem-razão histórica Os guerrilheiros eram, com frequência, apelidados de **terroristas.** Nós já sabemos, nós portugueses, como isso era. Na Rodésia, as senhoras brancas como o linho, adoptam os soldados destacados para a repressão dos nacionalistas, mandam-lhes revistas, livros, chocolates. O Movimento Feminino lá do sítio, percebem... Repórteres, com gravadores, vão à Frente, entrevistam soldados, recebem mensagens que depois transmitem pela Rádio. Parece que estamos a ouvir **Adeus, até ao meu regresso...**

Está provado: os fascismos lêem todos pela mesma cartilha, mais Kampf, menos Kampf. Só que, por mais que queiram, não podem torcer o pescoço à realidade e esta mete-se como piolho pelas costuras. Pode o locutor afirmar que os «terroristas» se defendiam escudando-se com os corpos dos civis, isto para justificar o massacre na aldeia indígena. Mas logo a seguir, o ingénuo oficial rodesiano cai na esparrela e deixa transparecer a verdade: eles tiveram conhecimento da movimentação dos guerrilheiros ajudados pela população daquela aldeia, e tinham-se dirigido para lá...

Quanto ao **apartheid,** perdão, quando à segregação racial, diz o locutor que diminuiu sensivelmente. **O Só para brancos,** por exemplo, só existe nos sanitários públicos. Mas brancos não jogam com negros, os hospitais são diferenciados, as piscinas são separadas, e assim por diante. Os progressos são visíveis...

O grande inimigo é Robert Mugabe, dirigente do ZIPA (Zimbabwe People's Army) o qual pretende para a sua Pátria um regime socialista como o de Moçambique. Com outros dirigentes negros, Smith não se importaria de negociar...

O documentário falha pormenores importantes. Por que não foi entrevistar D. Donal Lamont, bispo católico de Untali? . D. Donal Lamont foi condenado a 10 anos de prisão por um tribunal da Rodésia. Dez anos de trabalhos forçados por não ter comunicado às autoridades a presença de guerrilheiros nacionalistas na área da sua diocese. O bispo declarou que não denunciara e aconselhara os seus paroquianos a não denunciar. **Não posso conciliar os meus princípios cristãos** — disse aos juízes — **com a legislação racista da Rodésia.**

Cabeça levantada, o bispo de Untali conta o que se passara: **Os guerrilheiros pediram-me comida. E eu dei-lhes comida. Pediram-me que os abrigasse. E eu dei-lhes abrigo. Eles combatiam um regime minoritário que eu não tolerava. Assim, eu estava com eles como é que eu os podia denunciar?**

Isto o documentário não disse. Chama-se isto «informar» com isenção. Só se for com isenção de impostos...de manipulação.

A ARTE DE BEM FAZER

Sou capaz de passar uma tarde inteira a ver a maestria do marceneiro a criar o móvel. Sou capaz de passar todo o dia a admirar uma página perfeita de Carlos de Oliveira, ou o rigor (quase) científico de José Saramago num trecho por exemplo do recentíssimo **Manual de Pintura e Caligrafia.** Quer dizer: para além de tudo, admirar a arte, a oficina, o domínio dos materiais. É uma aventura apaixonante.

Continua na pág. 22

ADÓQUE teatro
NO MARTIM MONIZ - TEL. 87 42 80

NUNCA TÃO POUCOS FIZERAM RIR TANTO!

A PARÓDIA

O GRANDE MANGUITO ÀS TRISTEZAS!

ESPECTACULARES INTERPRETAÇÕES DE

ERMELINDA DUARTE — FRANCISCO NICHOLSON

HENRIQUE VIANA

MAGDA CARDOSO — ANABELA

TODAS AS NOITES, DUAS SESSÕES: 20.30 e 22.30
MÁTINÉES aos DOMINGOS, às 16 h. ● Folga à Quarta-feira
(NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 18 ANOS)

TEATRO ABERTO
P de ESPANHA metro PALHAVA telef 77 09 69
grupo 4 apresenta
I PARTE
VIVÓ PARQUE INFANTIL!
De: Olmo — Enciso
Versão de:
Luís de Sttau Monteiro
Encenação de:
Armando Caldas
UM ESPECTÁCULO PARA TODA A FAMÍLIA
II PARTE
Canções infantis por:
JOSÉ BARATA MOURA
SÁBADO E DOMINGO ÀS 16 HORAS
A bilheteira está aberta de 3.ª feira a domingo

COMUNA
TEATRO DE PESQUISA
Diáriamente, às 21.30 h.
«O MURO»
Inspirado nas «AVENTURAS DE JOÃO SEM MEDO» de José Gomes Ferreira
— 3.º MÊS —
ÚLTIMAS
Domingo só «matinée» às 18 h.
PREÇO ÚNICO — 40$00
PRAÇA DE ESPANHA
METRO: PALHAVÃ
Telef. 762624

Hoje

«Eduardo VII»

I PROGRAMA

1.º Período

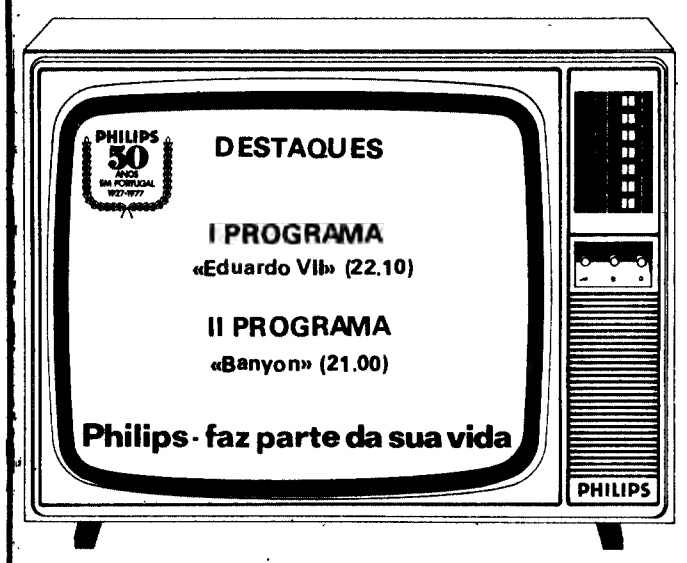
13.30 **Ciclo Preparatório TV**
18.05 Fecho

2.º Período

18.30 Abertura e **Estúdio Velho, Gente Nova**
18.55 **Abre-te Sésamo** — «O Retrato do Becas», «O Monstro e o Livro», «No Velho Oeste», «O Comilão Separa Coisas», «Egas e o 4) e «Batman Atravessa a Rua».
19.30 **Tropicália** — o ouro no Brasil. Esboço histórico e evolução.
20.00 **Momento Desportivo**
20.30 **Telejornal** — 1.ª edição
21.00 **Momento Político** — um programa da Secretaria de Estado da Comunicação Social.
21.20 **As 14 Hipóteses de Voto** — o Concurso RTP da Canção volta a ser decidido em 1977, pela votação do público, através de boletins publicados pela Imprensa periódica a partir de hoje. Hoje Eládio Clímaco explica o modo exacto como deve proceder-se para votar numa das 14 hipóteses possíveis: cada uma das sete canções é interpretada em duas versões. Realização de Luís Andrade.
21.35 **Passo a Compasso** — um programa de bailado apresentado por Armando Jorge.
22.10 **«Eduardo VII»** — 6.º episódio, com Annette Crosbie (Victoria), Timothy West, Helen Ryan, Shirley Steedman e Deborah Makepeace. Realização de John Gorrie.
23.05 **Telejornal** — 2.ª edição
23.20 Fecho

II PROGRAMA

20.30 **Telejornal**
21.00 **«Banyon»** — 3.º episódio
21.50 **Documentário** — «Matadouro de Navios», filme baseado numa novela de Siegfried Lenz e que dá uma imagem do destino dos navios que deixaram de ter qualquer utilidade.
22.20 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

14.00: Abertura e Telejornal — 1.ª edição — retrospectiva desportiva; **14.30**: Antonin Dvoraf; **15.15**: «Depois da Tempestade» — 2.º episódio; **15.45**: Ida e Volta; **16.20**: «John Halifax» — 5.º e último episódio; **17.40**: Documentário — **17.40**: A Bota das Sete Léguas; **18.10**: Eurovisão. O circo de Billy Smart; **18.45**: Animação; **19.15**: Um Homem, uma Época — D. Pedro conde de Barcelos; **20.30**: Telejornal — 2.ª edição; **21.30**: «Espaço 1999»; **22.25**: As 7 Canções — espectáculo para apresentação final das 7 canções finalistas do Concurso da RTP da Canção 1977; **23.50**.: Fecho.

II PROGRAMA

20.30: Telejornal; **21.30**: Animação; **22.00**: Cinemateca; **23.00**: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786 - 834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

À CHEGADA DE ESTRASBURGO

"Reunião extraordinária para o desporto português"

O secretário de Estado da Juventude e Desportos, dr. Joaquim de Sousa, acompanhado pelo Director-Geral dos Desportos, tenente-coronel Rodolfo Begonha, participou na terceira reunião do grupo de trabalho informal dos Ministérios responsáveis pelo Desporto dos países membros do Conselho da Europa, reunião que teve lugar em Estrasburgo, e na qual Portugal esteve presente pela primeira vez. Antes de regressar a Lisboa, o secretário de Estado da Juventude e Desportos escalou Paris, onde visitou o Instituto Nacional de Desportos após a sua chegada, e ao reportar-se à 3.ª reunião do Grupo de Trabalho de Informação dos Ministros Responsáveis pelo Desporto dos membros do Conselho da Europa, considerou-a de extraordinária importância para o desporto português. Sobre a questão começou por dizer:

«Um dos pontos da agenda foi o reforço da organização e da cooperação dos países do Conselho da Europa, no aspecto desportivo, e está previsto para breve a criação do comité para o desenvolvimento do desporto, que vai ser proposto ao Comité de Ministros do Conselho da Europa, e a proposta que o desporto fique directamente dependente desse comité de ministros, o que não acontece neste momento».

Referiu noutro passo que também foi tratado um ponto importante: o problema da violência e, consequentemente, da segurança das manifestações desportivas. «Um aspecto que nos toca bastante», assinalou, «pois existem efectivamente algumas manifestações de violência em campos do nosso país. Este problema continuará a ser analisado na segunda sessão, em Outubro próximo em Lisboa». Prosseguindo nas suas declarações, o responsável pela pasta do Desporto disse ainda que foram estabelecidos contactos bilaterais muito importantes, no âmbito do desporto. Mais adiante, acrescentou que visitará brevemente o nosso País uma missão francesa «que nos ajudará a desenvolver o nosso programa do desporto escolar». E ajuntou: «Tivemos contactos com o ministro da Alemanha Ocidental e que considero terem sido muito importantes as conversações, pois elas já existiam em Lisboa com o embaixador daquele país para estabelecermos o protocolo de intercâmbio desportivo».

No capítulo da juventude os contactos foram importantes, muito especial no campo da formação de animadores culturais, estando programada a chegada no próximo dia 22 a Lisboa de um responsável pelo Conselho da Europa, para uma visita de prospecção. O secretário de Estado da Juventude e Desportos disse que alguns jovens portugueses poderão desde já receber formação em Estrasburgo, e nos contactos bilaterais, salientou o encontro que teve com o Director-Geral dos Desportos, que mostrou interesse em ter em Portugal um terminal no centro de documentação e informação da Direcção-Geral dos Desportos. «Aliás, eles já têm um terminal em Espanha, que é subsidiado pelo Conselho da Europa, e viu até aumentado a sua participação no orçamento no Conselho da Europa».

Menisco: o problema

O menisco é o maior contribuinte para lesões desportivas. Verdadeiro flagelo que assola os departamentos médicos das colectividades, no caso vertente o Sporting, onde o dr. Branco do Amaral não tem tido mãos a medir. Ontem, num sanatório da Parede, o clínico que superintende em Alvalade (onde é brilhantemente coadjuvado pelo competente e prestigioso massagista Manuel Marques) operou mais uma andebolista leonina (Luísa), tendo colaborado na intervenção cirúrgica os drs. Silvério Sérgio e Paulo Rodrigues. Entretanto, outra andebolista verde-branco (Rosário Cabral, esposa do pedestrianista Carlos Cabral) teve alta: a operação (também pelo dr. Branco do Amaral) foi um êxito e o menisco deixou de ser problema.

TRABALHANDO EM ESPANHA

Mendes e José Martins: Andaluzia a pedalar

José Martins (chefe de fila da equipa da «Kas») e Fernando Mendes (no conjunto da «Teka») começam, amanhã à tarde, a pedalar no Volta à Andaluzia, a prova de abertura do calendário ciclista espanhol. Serão 805 quilómetros a vencer. Neste intinerário:

Dia 12 Málaga-Málaga (circuito srbano) e Málaga-Nerja, 72 quilómetros.

Dia 13 Nerja-Antequera Montilla, 193 quilómetros.

Dia 14 Montilla-Cabra e Montilla-Córdoba, 120 quilómetros.

Dia 15 Córdoba-Dos Hermanos, 141 quilómetros.

Dia 16 Ronda-La Linea San Roque, 117 quilómetros.

Dia 17 Ceuta-Ceuta (circuito), 96 quilómetros.

Dia 18 Marbella-Fuengirola (contra-relógio), 28 quilómetros e Bedalmadena-Málaga, 31 quilómetros.

Percurso de certo modo fácil, com o senão das montanhas de Hacho e Campamento (em Ceuta). Porém (espera-se) o contra-relógio final ditará a verdadeira lei da prova.

Rol dos concorente: **Flandria** (Bélgica) Vershueren, Van Blierbergen, Van Vliergen, Van der Poel, Beyssens, Verblancke, Nagels e Loder: Director-técnico: Schotte.

Ralleigh (Holanda) Knipers, Thuran, Karsten, Kneteman, Lubleding, Mickson, Bauwesn e Noelk. Director-técnico: Peter Port.

Jollyceramica (Itália) Antonini, Bataglin, Knudser, Gabaddi, Martineli, Fracaro, Rossignoli e Chinotti. Director-técnico: Marino Fontano.

Kas (Espanha) José Martins, Perurena, Pesarrodona, Gonzalez Linares, Pujol, Ladron de Guevara, Eulálio Garcia e Viejo. Director-técnico: Velez.

Teka (Espanha) Alfonsel, Nistal, Martinez, Vilardebó, Mayoz, Fernando Mendes, Balagué e Thaler. Director-técnico: Julio San Emeterio.

Novostil (Espanha) Ordiales, Roxin, Suarez, Alonso, San José, Cabrero, Mazuela e Domingo. Director-técnico: Rafael Carrero.

PAÇO D'ARCOS

AUTOMÓVEL CITROËN DYANE C/ 17.000 KM

MÁQUINAS, MÓVEIS, UTENSÍLIOS e MERCADORIAS do

CAFÉ-BAR PAVILHÃO JARDIM

LEILÃO

AV. MARQUEZ POMBAL (JARDIM DE PAÇO D'ARCOS)

POR CESSAÇÃO DE ACTIVIDADE SERÁ VENDIDO PELA MAIOR OFERTA E SEM BASE DE LICITAÇÃO

AMANHÃ, ÀS 15 HORAS

TODOS OS BENS EM EPÍGRAFE, SENDO O AUTOMÓVEL POSTO EM PRAÇA, ÀS 17 HORAS, ESTANDO EM EXPOSIÇÃO AMANHÃ, DAS 10 ÀS 13 HORAS

SOC. DE LEILÕES AV. DUQUE DE LOULÉ, Nº 1 Telfs. P.P.C. (9 Linhas) 532929 · 51478 · 47018/9

AFRA FILHOS, Lda

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

HOSPITAL DE SANTA MARIA

CONS. E AS. TÉCNICA A DIVERSO EQUIPAMENTO DE LAB., RADIOMETER, COULTER COUNTER

Conc. Público n.º 5/77 - IE

CONS. E AS. TÉCNICA A DIVERSO EQUIPAMENTO DE LAB., AUTO-TECHNICON E OUTRO DO LAB. DE BIOQUÍMICA E ANATOMIA PATOLÓGICA

Conc. Público n.º 6/77 - IE

As respectivas condições encontram-se patentes todos os dias úteis das 9 às 12.30 horas e das 14 às 17 horas, excepto aos sábados das 9 às 12 horas, na Secretaria do Serviço de Aprovisionamento.

A abertura das propostas terá lugar no dia e hora indicados no Caderno de Encargos.

Lisboa e Hospital de Santa Maria, 10 de Fevereiro 1977

pel' A COMISSÃO INSTALADORA

a) J. d'Almeida Ribeiro

EXTERNATOS

MARQUES DE POMBAL
Rua Morais Soares, 93
Tel. 82 02 21 / 83 46 58

ÁLVARES CABRAL
Avenida Grão Vasco, 1
(Benfica) Tel. 70 69 74 / 5

PREPARATÓRIO-LICEAL
(GERAL E COMPLEMENTAR)

ADM. UNIVERSIDADE
(EXAMES «AD HOC» — Maiores de 25 anos)

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP (ex-UEP-Norte), a que se refere o processo 8/58 999, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Ermesinde, concelho de Valongo, de uma linha aérea a 15 kV, com 308 metros, do apoio n.º 10 da linha para o posto de transformação de Alfena, ao posto de transformação de Ermesinde-Costa, da Câmara Municipal de Valongo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 31 de Janeiro de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe

Angelino Pires dos Santos

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

AVISO AOS SENHORES CONSUMIDORES DE ÁGUA E ENERGIA ELÉCTRICA

Por imperiosa necessidade de trabalhos de remodelação na rede dos Serviços Municipalizados, avisam-se os senhores consumidores de que o fornecimento de energia eléctrica será interrompido no próximo dia 13 (Domingo) das 8 às 13 horas, na seguinte localidade.

Portela de Sacavém

Este corte afectará o abastecimento de água às povoações em causa.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES, 9 DE FEVEREIRO DE 1977

O Engenheiro Director-Delegado

Casimiro Martins Neves Cabaço

TERRENO VENDE-SE

412 m² Aprov. p/moradia
3 pisos junto ao Lourel Sintra

Tel. 833293 ou 834434

ANDAR VENDE-SE

4 ass. alcat. forrada a papel

Cozinha italiana, aquecimentos. junto à estação das Mercês — 690 c.

Tel. 833293 ou 834434

LÁ FORA

ENCESTAR

A equipa de basquetebol do Clube Desportivo do Exército Soviético derrotou a do Real Madrid (por 113-111) em jogo ontem à noite disputado em Moscovo, a contar para a Taça dos Campeões Europeus da modalidade. Na primeira «mão» disputada na capital espanhola, os soviéticos haviam vencido por uma diferença de 18 pontos.

«RECORD»

O atleta norte-americano Dedy Cooper estabeleceu novo «record» mundial dos 60 metros barreiras em pista coberta, com 7,54 segundos.

Desporto

João Campos, Luis Horta e Fernando Fernandes: três atletas júniores que, depois do «bilharete» em Madrid, voltam a correr (domingo) em Espanha. Atrás dos meio-fundistas, fotos da exposição (no Sporting) da autoria do repórter António Capela e referentes ao êxito verde-branco em Palência

Atletismo júnior corre em Almeria

No Centro de Estágio do Sporting, no Estádio de Alvalade, festa bonita: recepção aos homens que, em terras espanholas, conquistaram a «Taça dos Campeões Europeus de Corta Mato».

Poucas palavras (falaram, apenas, o dr. Nunes dos Santos, o técnico Mário Moniz Pereira e o seccionista leonino Ernesto Garcia, «capitão» do Atletismo **verde-branco**.

O troféu logrado em Palência, esteve rodeado por figuras das pistas: os seus conquistadores (Carlos Lopes, Fernando Mamede, Anicento Simões e Carlos Cabral), mais as atletas Conceição Alves e Teresa Mota, os «internacionais» juniores João Campos, Luís Horta e Fernando Fernandes (que, no domingo, voltam a Espanha, para tentar revalidar o êxito obtido no «Cross de Madrid»), Manuel Faria e Manuel de Oliveira, Armando Aldegalega e Luís Azevedo, o lançador José Pedroso e o prof. Rui de Oliveira.

Vieram telegramas e cartas: saudações especialmente destacadas do Vitória de Setúbal, do antigo atleta sportinguista António Ruivo e do Ginásio Clube Português (que, em reunião directiva, aprovou voto de felicitações ao Sporting) e, enquanto o dr. Nunes dos Santos salientava o apoio dado, desde sempre, pelo Sporting, a uma modalidade desportiva das mais prestigiosas dentro do clube, focando o verdadeiro sacerdócio de Mário Moniz Pereira ao Atletismo (22 anos ao serviço dos «leões») o técnico nacional ripostava a algumas críticas menos certas, em relação ao momento actual da disciplina mais olímpica, apontando os progressos do nosso atletismo (muito especialmente em matéria de meio fundo e fundo) terminando por aplaudir a atitude federativa, ao reunir mais três técnicos na cúpula da preparação dos atletas portugueses: os professores Fernando Mota, Fonseca e Costa e Rui de Oliveira.

Agora, que venha Almeria: os jovens têm a palavra. Será a vez de João Campos, Luís Hora e Fernando Fernandes (Sporting), mais Fernando Miguel (do Estrela Azul, de Torres Vedras). Quanto a Carlos Lopes e colegas de alto gabarito, uma prova no Algarve («para acelerar a forma») e, em seguida, o verdadeiro e grande objectivo: o «Cross das Nações».

DINHEIROS

Dado o triunfo do Sporting na «Taça dos Clubes Campeões Europeus de Corta Mato», pertencerá aos «leões» a organização da próxima ediçao da corrida. Mas, para isso são precisos 2.000 contos: e a Federação (dizem) só poderá dispor de um máximo próximo dos 750.

Se os portugueses desistirem da realização dessa corrida, a oportunidade bate à porta do «Propátria», de Milão (Itália).

FUTEBOL EM EBULIÇÃO

AVEIRO

Simão, um defesa central de Cabo Verde (actuava no Mindelense) está a prestar provas no Beira Mar.

BEJA

Carlos Torpes deixou o comando técnico do Desportivo de Beja.

BENFICA

. Quase assegurado: o dr. Borges Coutinho será, na lista encabeçada por José Ferreira Queimado, o responsável pelo departamento de futebol profissional do Benfica, enquanto o brigadeiro Rodrigues de Carvalho é apontado como presidente do Conselho Fiscal dos «encarnados».

BRAGA

O F.C. Porto completa o naipe de clubes convidados para o «Quadrangular de Braga», promovido por Manuel Barbosa («Mercury») na sua terra natal. Os jogos vão ocorrer a 9 e 10 de Abril, com a participação do Bayern (Munique), Sport de Braga, Benfica e portuenses.

«DÉBACLÉ»

O Milão, outrora um dos mais fortes clubes do futebol italiano, fez regressar o veterano treinador Nereo Rocco numa tentativa para salvar a equipa de uma descida, sem precedentes à 2.ª divisão. Beppe Marchioro, contratado no início da época para treinar a equipa, anunciou imediatamente que não trabalharia sob a orientação de Rocco e pediu a demissão.

O Milão, o terceiro clube da 1.ª divisão italiana a mudar de treinador este ano, apenas conseguiu ganhar doi jogos neste campeonato, tendo nove empates e quatro derrotas. Com 13 pontos ganhos em 15 jogos, está apenas a três pontos da zona de descida de divisão.

ESCÂNDALO

Alfred Debonno, guarda-redes do La Valetta e da selecção de Malta, foi condenado, na Líbia, a 10 anos de prisão. Motivo: tráfico de droga, detectada no Aeroporto de Tripoli, onde desembarcou em Outubro de 1976, altura em que foi detido.

ESPANHA

A selecção espanhola de futebol venceu a da Irlanda por 1-0 com um golo marcado (aos dez minutos da primeira parte) por Satrustegui, em encontro amigável disputado em Dublin.

EUSÉBIO

Eusébio só estará no Beira Mar até Abril: depois, «o melhor contrato da vida», leva-o até Las Vegas. Cem mil dólares para, durante dois anos, jogar no «Quicksilvers». Uma carreira que vai terminar?

FONTAINE

O Paris St. Germain foi condenado pelo Tribunal de Versalhes a pagar 640.000 francos (cerca de 4400 contos) ao seu treinador Just Fontaine por anulação abusiva de contrato. Fontaine, antiga vedeta do futebol francês e «rei» dos marcadores no campeoanto mundial de 1958, foi despedido pelo presidente do clube, Hechter, ao que se julga por incompatibilidades de critérios. Levado o caso a tribunal Hechter alegou razões de nulidade do contrato de três anos que ligava o treinador ao clube.

O tribunal deu razão a Just Fontaine, atribuindo-lhe a importância de 579.000 francos correspondente aos vencimentos que lhe eram devidos até ao termo do contrato. A título pessoal o presidente terá de desembolsar mais 78700 francos. O magistrado solicitou entretanto o parecer dos peritos com vista à avaliação do prejuízo profissional sofrido pelo treinador.

HUMBERTO

Humberto Coelho, cobiçado pelo Anderlecht, fará (muito provavelmente ainda hoje) um teste no clube de Bruxelas.

LAMAS

Gatti, que alinha no União de Lamas, foi operado de urgência ao estômago, no Hospital de Santo António (Porto).

REFORÇO

António Malva (secretário-geral da Associação de Futebol de Lisboa) vai transferir-se: passará para a Federação, onde irá ocupar o posto de Chefes dos Serviços de Planeamento e Controlo Técnico, em queficará como adjunto de César Grácia (secretário-geral federativo).

SPORTING

A Comissão de Expansão e Propaganda do Sporting (Alvalade, Porta 10-A) organizou um «Avião verde», para levar até Portimão o máximo de apoiantes sportinguistas ao «team» que, no domingo, tem dura tarefa pelos Algarves.

VARZIM

O guarda-redes Fonseca (Varzim) retirou o gesso que tinha numa perna, voltando aos treinos. Entretanto, a luxação numa coxa do «atirador» Horácio mantém-no afastado de jogo.

VETERANOS

Na 2.ª feira, na A.F.L., vai tratar-se da organização de um torneio para veteranos.

O traço de Pargana

Benfica em ascenção: Mortimore esquematiza, Bento defende

PORTUGAL

ASSEMBLEIA

Os associados do Futebol Benfica reúnem-se esta noite, para aleição dos cargos vagos nos corpos gerentes em exercício.

BARREIRO

Hoje (21 horas) assembleia geral do Luso do Barreiro, para eleição de novos dirigentes.

BASQUETEBOL

Em consequência da agressão sofrida pelos árbitros Sérgio Bravo e José Martins (atingidos por um espectador, após o jogo de basquetebol entre os «leões» e o Ginásio Figueirense, o pavilhão de Alvalade foi interditado por dois jogos e o Sporting multado em 3 contos. Agora, os embates com o Barreirense e o Benfica terão de ocorrer noutro pavilhão.

CAMPO MAIOR

A delegação distrital de Portalegre da Direcção-Geral dos Desportos leva a efeito amanhã à tarde, em Campo Maior, torneios de luta olímpica e de luta livre para os escalões etários dos 13 a 15 anos. Esta iniciativa tem a presença do atleta olímpico, Luís Grilo, natural de Campo Maior, o que será certamente um estímulo para os atletas mais novos.

HÓQUEI PATINADO

. . Esta noite, jogos para a Taça de Portugal, em hóquei patinado: Sotto Mayor-Sporting (no pavilhão da Ajuda), Carvalhos-GEDE, Oeiras-F. C. Porto e Valongo-Salesiana.

TÉNIS

. . Amanhã, no Porto, tenistas de Portugal confrontam-se com italianos, num jogo que completa a disputa da «Saab King's Cup», em que apenas coleccionámos derrotas. Entretanto, uma informação da modalidade: Sérgio Cruz (que deixou a selecção nacional) partiu para a Suécia, onde vai actuar em vários torneios.

VILAMOURA

Os campeonatos internacionais de Portugal de corta mato, a disputar no dia 27 em Vilamoura (Algarve), contam já com a participação dos seguintes atletas estrangeiros:

Tony Simmons, de Inglaterra; Jos Hermens, da Holanda; Marc Smet, da Bélgica; e Markus Ryffel e Moser, ambos da Suíça.

Em FARO o DIARIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA-LIVRARIA MAGALHÃES

SANDIE SHAW HOSPITALIZADA

A artista da Eurovisão Sandie Shaw deu entrada subitamente numa clínica de Londres a fim de ser submetida de urgência a uma grave intervenção cirurgica. Impossibilitada de vir actuar no Carnaval do Estoril, o Casino entrou já em contacto com Cilla Black, Eartha Kitt, Johnny Halliday e Sylvie Vartan para garantir no seu show a presença de outro grande nome do music hall internacional.

PUB

COPROTERMO

Aquecimento Industrial, Ventilação, Vapor

Fabricantes Nacionais. Condições especiais de venda para instaladores e revendedores

FÁBRICA NO PORTO

Rua Delfim Ferreira, 399

Telef. 69 16 36

VIAGENS AVIBAR

MARAVILHOSO CRUZEIRO À MADEIRA

De 21 a 25 de Abril

Aproveite o feriado de Abril

NO N/M FUNCHAL, FAÇA UMA VIAGEM INESQUECÍVEL

Preços desde **3.950$00**

TUDO INCLUIDO E MONTES DE DIVERSÕES.

Informações e reservas:

NO NORTE: AGÊNCIA DE VIAGENS AVIBAR
Av. da Liberdade, 49 — BARCELOS
Telefones 82923/83208

NO SUL: TURALGARVE
Praça da República, 98 — LOULÉ
Telefones 62143/62144

No Centro: TURALGARVE
Rua Luciano Cordeiro, 6-C — LISBOA
Telefones 40008/538249

AOS ANIMADORES DESPORTIVOS, CULTURAIS, ETC.

INTERVENÇÃO

REVISTA DE ANIMAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

N.º 1 — Já está à venda
LÊ, ASSINA, DIVULGA

PEDIDOS P/
APARTADO 21064
LISBOA-2

Geral

"Cabaz de Compras" talvez antes do dia 20

Prevê-se, ainda para este mês, a entrada em vigor do já tão falado e esperado «cabaz de compras». Com efeito, após longos meses de espera, o Governo pensa concretizar, antes do dia 20 do corrente, a promessa feita ao país, em Agosto de 1976, de «segurar» os preços de alguns produtos essenciais durante um espaço de 12 meses e de assegurar o abastecimento normal desses produtos.

No entanto, espera-se que a lista inicialmente elaborada venha a sofrer algumas alterações (casos do bacalhau e do fiambre) passando certos produtos do regime de preços «congelados» ao regime de preços «vigiados». De assinalar, igualmente, que as razões que têm motivado a entrada em vigor do «cabaz», têm encontrado várias interpretações, algumas das quais se encontram veiculadas ao facto de alguns produtos nele incluídos estarem em vias de sofrer um aumento, como é o caso do pão.

Embora, como já o assinalamos, o bacalhau e o fiambre «saiam» da lista inicial — porque, segundo o Governo, as «flutuações» do preço do bacalhau, a nível externo, não permitem assegurar qualquer garantia de abastecimento daquele produto alimentar e porque, o fiambre sendo um produto essencialmente fabricado com carnes importadas, vê o seu preço igualmente sujeito a possíveis alterações), prevê-se que nela entrem o copo de leite, o galão e as sandes simples.

"Diário dos Açores"

Completou 107 anos o vespertino «Diário dos Açores», que se publica em Ponta Delgada.

Fundado em 5 de Fevereiro de 1870 pelo jornalista micaelense Tavares de Resende, o jornal tem-se mantido dentro da mesma família ao longo da sua já longa vida. É seu actual director o jornalista Carlos Resende Carreira.

Canal da Crítica

Continuação da pág. 19

Sucede algo semelhante quando se vê trabalhar Luís Filipe Costa. Fica-se preso à arte, à autoridade, à facilidade com que domina o seu material. A eliminação dos pontos mortos, as pontes dos assuntos diversos, a ausência das soluções de continuidade, em suma: a construção de um ritmo. Tudo foi estudado e tudo parece improvisado. Como dizia João de Deus: «Se vocês soubessem a dificuldade que eu tenho para ser simples...»

Ontem a quebrar uma ausência anormal, Luís Filipe Costa conversou com os drs. António Melo e Aires Gameiro, e com o major Pinto Bandeira. Informações preciosas, emissão viva, utilíssima.

Sabiam, por exemplo, que Portugal é o segundo país da Europa em alcoolismo, logo a seguir à França? Vice-campiões das peruas, que diabo, em alguma coisa havemos de ser bons.

...Enfim, a RTP lembrou-se que tinha na prateleira um dos profissionais mais competentes. Se não o maior. Finalmente a RTP deu-lhe que fazer diante das câmaras. Seria um momento lúcido ou então...sim...como é que hei-de dizer...ou então estaria com uma pinguinha a mais?

BARES - BOITES
RESTAURANTES
TÍPICOS
DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. **Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859°368197. Rosy Striptease sousa**

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946

Em ALCACER DO SAL o DIARIO DE LISBOA vende-se no CAFE SADO

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal continental o céu estava muito nublado e caiam aguaceiros

TEMPERATURAS EXTREMAS

FARO
Máximo ..... 19°

PENHAS DA SAÚDE
Mínima 2,2°

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Períodos de céu muito nublado; vento moderado de Noroeste soprando com rajadas fortes; aguaceiros; possibilidades de trovoadas com granizo; queda de neve nas terras altas do Norte

TEMPERATURAS DO AR 09.00 H

PORTO	9°
P. da SAÚDE	1°
COIMBRA	8°
PORTALEGRE	5°
LISBOA	10°
FARO	13°
FUNCHAL	15°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
8.16	3,5 m	1.36	1,4 m
20.56	3,5 m	14.16	1,5 m
Dia 12			
9.37	3,4 m	2.56	1,6 m
22.21	3,4 m	15.39	1,6 m
Dia 13			
11.08	3,4 m	4.25	1,6 m
23.43	3,6 m	17.01	1,6 m

AMANHÃ

NASCER AS 7.32
OCASO AS 18.11

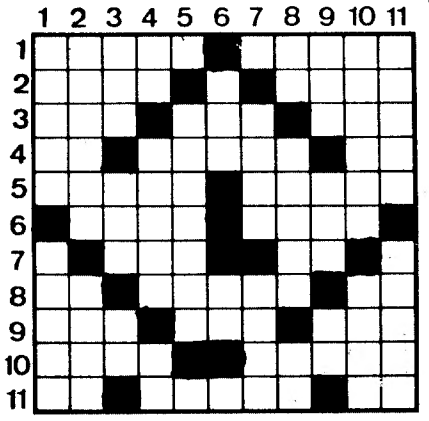
DIA 11 — DIA 18 — DIA 26 — DIA 5

Palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 11672

HORIZONTAIS

1 Em excesso. Tostas.
2 Baú. Batráquio anuro.
3 Passada. Tempo do verbo ir. Por baixo de.
4 Níquel (s.q.). Cacetes (prov.) Doutor.
5 Comprara garrotes de um ano para revender daí a dois anos para exportação. Distrito da Índia.
6 Acrescentar. Lavrar.
7 Romeiro de Meca. APARência.
8 Artigo definido (ant.). Um gosto no meio de muitos dissabores. Preposição.
9 Médico dinamarquês que recebeu o Prémio Nobel da Medicina em 1943. Sadias. Madeira.
10 Ratar. Atraiçoar.
11 Ósmio (s.q.). Instrumentos para atirar setas. Isolado.



VERTICAIS

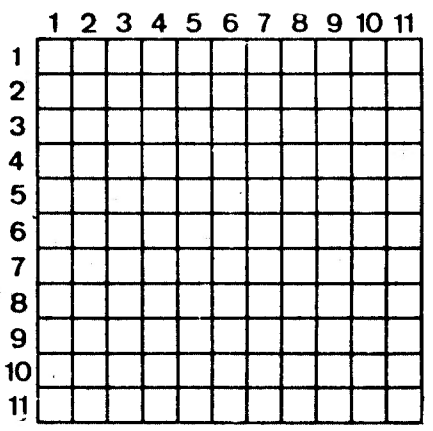
1 Antiga província de França. Nome de homem.
2 Tramara. País do Sudoeste asiático.
3 Levanta. Nome de mulher. Pronome pessoal.
4 Basta. Planta gramínea de cujo grão se obtém farinha para o fabrico do pão. Batráquio.
5 Exploridirias.
6 Igual. Apelido da mãe de Luís de Camões.
7 Artigo definido. Cobre de iodo. Pronome demonstrativo.
8 Abreviatura de Santíssimo. Curas. Reis.
9 Saudáveis. Oceano. Ruim.
10 Comprar. Concedeis.
11 Carvão. Nome de homem.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7732

HORIZONTAIS

1 Farrapos. Cidade da Úmbria.
2 Gemer. Causas amuo a.
3 Dureza. O mesmo que uma (ant. e pop).
4 Alteza Sereníssima (abrev.) Sustos
5 Choupana
6 Fileira. Aumentar.
7 Amofinaram.
8 Um dos personagens do diálogo de Oratoribus, atribuído a Tácito. Título de senhores feudais e de outras personagens.
9 Apoio.
10 Serra de Portugal. Sadio.
11 Campeão. Carta de jogar. Letra grega. Pessoa notável na sua especialidade.



VERTICAIS

1 Importunara. Bário (s.q.).
2 Rádio (s.q.). Divisão de uma casa. Fúteis.
3 Oásis. Projéctil.
4 Relação. Aguça.
5 Regularemos.
6 Meteras em mala.
7 Ensejo. Amónio (s.q.). Grande quantidade.
8 Estimar. Senhor.
9 Estrépito de desmoronamento. Eiros.
10 Embarcações grandes. Em partes iguais.
11 Membro de ave. Aparelhos de cavalgaduras.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11671

HORIZONTAIS:
1 Ramas. Ícaro.
2 Alaga. Sares.
3 Talai. Item.
4 O. Roído.
5 Sam. Ao. MAL.
6 Rema. Raiz.
7 ATRAI. Om. Ar
8 Teci. O. Arfo.
9 Ásia.
10 Ardósias. Me.
11 São. Ar. Amar.

VERTICAIS:
1 Ratos. Atrás.
2 Ala. Arte. Rã.
3 MAL. Mercado.
4 Agar. Mai.
5 Saio. Ai. Usa.
6 Ia. O. Ir.
7 Isidoro. Aa.
8 Cato. Amassa.
9 Are. Mi. Ri.
10 Rem. Azáfama.
11 Os. El. Ro. Er.

PROVÉRBIO: O MAL ATRAI O MAL.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7731

HORIZONTAIS:
1 Amais. Abala.
2 Tora. Ares.
3 Réu. Agá.
4 Ar. Gosta. Ad.
5 Iaras. Amura.
6 Eta. Rãs.
7 Gata. Rata.
8 Ala. Caa. Res.
9 Ri. Pauta. Rs.
10 Rapas. Orara.
11 Arara. Lamas.

VERTICAIS:
1 Atrai. Garra.
2 Moera. Aliar.
3 Aru. Rega. Pã.
4 Ia. Gata.
5 Rosa. Casa.
6 Mas. Nau.
7 Utar. Atol.
8 Ba. Amar. Ara.
9 Ará. Usar. Am.
10 Legar. Terra.
11 Asada. Assas.

Farmácias de Serviço

LISBOA

TURNO 17
Até às 22 horas

ALIANÇA — Av. Almirante Reis, 145-B/C Tel. 570487.
ALMEIDA — Rua Silva Carvalho, 136 Tel. 681726
BRISÁLIA — Av. Rio de Janeiro, 66/66-A Tel. 722368
CANTO — Estr. das Laranjeiras, 202-B Tel. 780841-788904.
CARDOTE, Lda. — Av. Visconde Valmor, 28-A Tel. 772291
ELMA — Rua D. Maria Pia, 358-A Tel. 686176
HIGIENE — Rua Cidade Vila Cabral, lote 43 Tel. 310026
IDEAL — Av. Almirante Gago Coutinho, 49-A Tel. 892803
INTERNACIONAL, LDA. — Rua Áurea, 228 Tel. 360203 - 322017
LABOR — Rua Diário de Notícias, 81 Tel. 323428
LÍDIA ALMEIDA — C.ª da Ajuda, 170 Tel. 637318
MARLUZ — Calçada da Picheleira, 140-B/C Tel. 720703 - 728395
MARTINS, LDA — Rua Fernão de Magalhães, 33 Tel. 849448
MICAEL — Rua de S. Bento, 380-382 Tel. 662162
MONTO (do) — Rua Senhora do Monte, 30-A/B Tel. 867842
MORGADO LOURENÇO — L.º D. Estefânea, 4-5 Tel. 54808
PAIVAS E PARENTE — Rua St.º António á Estrela, 96 Tel. 665196
PATULEIRA, H.OS — Alam. das Linhas de Torres, 262-B Tel. 790332
PINTO — Rua de Campolide, 11-A Tel. 682610
ROMA — Av. de Roma, 85-B Tel. 772466
SANTA CURZ — Av. Gomes Pereira, 34-A Tel. 704828
SANTA LUZIA — Rua da Saudade, 2-B Tel. 869831
S. MIGUEL — P.ª Francisco de Morais, 1 Tel. 771469
VIEIRA ROSA — Rua Prior do Crato, 74 Tel. 660187

PERMANENTE

CARDOTE, LDA — Av. Visconde Valmor, 28-A Tel. 772291
CANTO — Estr. Laranjeiras, 202B Tels. 780841 - 788904
INTERNACIONAL, LDA — Rua Áurea, 228, Tels. 260203 - 322017
MARLUZ — C.ª da Picheleira, 140-B/C Telfs. 720703 - 728395
MORGADO LOURENÇO — Largo D. Estefânia, 4-5 Tel. 54808
PATULEIRA, H.OS — Alam. Linhas de Torres, 262-B Tel. 790332
MICAEL — Rua S. Bento, 380-382 Tel. 662162
PINTO — Rua de Campolide, 11-A Tel. 682610
SÃO MIGUEL — P.ª Francisco Morais, 1 Tel. 771469
VIEIRA ROSA — Rua Pior do Crato, 74 Tel. 660187

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Combatentes, Av. C.G.Guerra, 166 (T.2113953)
ALCABIDECHE
Carvalho. Até às 21 horas
PORTO SALVO
Ferreira Bastos. Até às 21 horas
PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. Eng. Bonneville Franco (T.2435147). Até às 22 horas
OEIRAS
Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (T.2430485). Até às 24 e das 0 às 9 horas
NOVA OEIRAS
Leal. Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central. Até às 24 e das 0 às 9 horas
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 21 horas
PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (T.2471054). Até às 24 e das 0 às 9 horas; Mendes. Até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira (T.262313/267314). Até às 22 horas
MONTE ESTORIL
Siça, Cruzeiro (T.260087). Até às 24 e das 0 às 9 horas
CASCAIS
Cordeiro, Av. C.G. Guerra, 40 (T.280170). Até às 21 horas; A.Costa, R.Freitas Reis, 24-C (T.280214). Até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Confiança, Av. D.Nuno Álvares Pereira, 15-A (T.938149). Serviço permanente; Cavaca, R.Elias Garcia, 209 (T.930019). Até às 22 horas; Flama, R.Elias Garcia, 78-B (T.932485). Até às 22 horas
DAMAIA
Confiança, E.Militar, lote D (T.9710231)
QUELUZ
Correia, L. do Mercado, 3 (T.950906)
CACÉM
Central, R.Elias Garcia, 55 (T.2940034)
MEM MARTINS
Química, E.de Mem Martins, 285 (T.2910012); Rodrigues Rato (T.291038)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)
SINTRA
Marrazes, Estefânia (T.2930058)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L.António dos Santos Jorge, 15 (T.234100)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 (T.204020)
ALMADA
Central, R.de Olivença, 11-B (T.2750504)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E. Nacional, 178-B (T.2040302)
BARREIRO
Central, Av. Alfredo da Silva, 48 (T.2073207)
COVA DA PIEDADE
Morgado, R.Cabo da Boa Esperança, 25-A (T.2767356)
MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)
MONTIJO
Diogo, R.Almirante Reis, 50 (T.2310032)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)
SETÚBAL
Lisboa, R.Dr. Paulo Borba (T.22248); Saião, Av. Portela (T.22709)
SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

(De dia e só até às 22 horas)

MARTINS — Praça Marquês de Pombal, 122 — Tel. 480747; **POMBEIRO** — Campo Mártires da Pátria, 152 Tel. 311295; **PRELADA** — Rua Central de Francos, 316, Tel. 64312; **AMEAL** — Campo do Ameal, 1227, Tel. 483550; **CAMPO ALEGRE** — Rua de Campo Alegre. 723, Tel. 62245; **PENINSULAR** — Rua Cha, 100, Tel. 20707; **S. LAZARO** — Av. Rodrigues de Freitas, 297, Tel. 27043.

(De dia e toda a noite)

MELO TAVEIRA — Rua Alcaide Faria, 77; **S. ROQUE DA LAMEIRA** — Rua S. Roque da Lameira, 111 Tel. 51739; **SÁ DA BANEIRA** — Rua Sá da Bandeira, 236, Tel. 22164; **FERREIRA DA SILVA** — Rua Mártires da Liberdade, 150, Tel. 24023.

COIMBRA

SILVA SOARES — Rua Mouzinho Albuquerque, 26 Tel. 71454; **SITÁLIA** — Largo da Sé Velha, 13 — Tel. 23234.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

S. LUÍS
21.30 (13 anos)
«Tudo no Jardim»

ADOQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«A Paródia»

PARQUE DE JOGOS DO HÓQUEI CLUBE DE PORTUGAL
21.30 (6 anos)
B. Berlim Circus
Circo sobre o gelo

MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«O Bombo da Festa»

ABC
20,30 e 22.45 (18 anos)
«Cada Cor seu Paladar»

COLISEU
21.30 (6 anos)
1.ª Companhia Internacional de Circo 1977)

MONUMENTAL
21.15 (18 anos)
«Uma Estranha Forma de Amar»

COMUNA
21.30 (18 anos)
«O Muro»

TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.45 (13 anos)

SALA 1 «Do Teatro ao Cais do Sodré»
21.45 (13 anos)

SALA 2 «Alta Austria»

VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Isto é que me Dói»

TRINDADE
21.15 (10 anos)
«O Avarento»

LISBOA/Cinemas

CAPITOLIO
21.15 (18 anos)
«Sex Concert»

EUROPA
21.15 (13 anos)
«E Tudo o Vento Levou»

MONUMENTAL
21.15 (18 anos)
«Lucky Lady»

VOX
21.15 (10 anos)
«Cantinflas Pepe»

PARIS
21.15 (6 anos)
«Os Malucos de Hong-Kong»

LUMIAR
21.15 (18 anos)
«As 14 Amazonas»

OLÍMPIA
Sessões permanentes (18 anos)
«Fantasia Azul»

CALEIDOSCÓPIO
21.15 (13 anos)
«Difamação»

CINEARTE
21.15 (18 anos)
«Mandingo»

SALÃO IDEAL
21.15 (18 anos)
«Punição Diabólica»

SATÉLITE
21.15 (18 anos)
«A Última Mulher»

JARDIM
21.00 (18 anos)
«Dois Homens na Cidade»

CINE AUDITÓRIO
21.15 (13 anos)
«Aventura no Japão»

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«As Memórias Íntimas de Miss Aggie»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Equilíbrio Instável»

RESTELO
21.15 (13 anos)
«Ela Tinha o Direito de Viver»

PALACIO FOZ
21.00 (13 anos)
«Madame de...»

ROCIO
Sessões permanentes (18 anos)
«Fogo na Pradaria»

ROYAL
21.15 (13 anos)
«Bobby»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«Eu não Perdoo, Mato»

AMADORA
Lido
21.15 (18 anos)
«Voando sobre um Ninho de Cucos»

AMADORA
Cinestúdio
21.30 (13 anos)
«Ela Tinha o Direito de Viver»

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (18 anos)
«Jovens Fugitivos»

SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (10 anos)
«Sansão e Dalila»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«O Dia dos Sete Lobos»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (18 anos)
«Por Quem Vamos Morrer»

ESTORIL
Palácio
21.15 (13 anos)
«Paul e Michelle»

CASCAIS
S. José
21.15 (13 anos)
«O Comboio do Inferno»

ESTORIL
Casino
17.00, 21.15 (18 anos)
«Flic Story»

CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«Não Saias da Minha Cama»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (13 anos)
«As Coisas que o Padre Faz»

PORTO/Cinemas

JÚLIO DINIS
17.45 e 21.15 (18 anos)
«Golpe Audacioso»

ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Medo Sobre a Cidade»

ESTÚDIO 400
21.15 (18 anos)
«Um Filho Por Encomenda»

AGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«O Último dos Duros»

CARLOS ALBERTO
21.15 (6 anos)
«Mas Que Tropa»

COLISEU
21.15 (18 anos)
«O Indomável» m.

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Perfume de Mulher»

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Afeição»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Gina»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Não Saias da Minha Cama»

TRINDADE
21.30 (6 anos)
«O Peito ou a Perna»

RIVOLI
21.15 (13 anos)
«O Raid Relâmpago dos Comandos»

S. JOÃO
21.00 (18 anos)
«Um dia de Cão»

SALÃO BEBE
21.15 (13 anos)
«A Flauta Mágica»

cinemas

ALVALADE
Tel. 897 480 15.30, 18.30, 21.10

Grupo D (18 anos)
O novo fenómeno do filme de acção
BIG BOSS
2.ª semana
O Implacável

APOLO 70
Tel. 763319 Hoje estreia às 21.15

ALVORADA DE UM SOLDADO
Não acons. a men. de 13 anos
Hoje às 14.00, 16.30 e 19.00
Últimas exibições do filme
À BEIRA DO FIM
Não acons. a men. de 18 anos
Hoje às 24.00 (Grupo D (18 anos)
7 MULHERES
de John Ford

AVIS
Tel. 47163 15.30, 18.30 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos
NO CALOR DE JÚLIA
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

BERNA
Tel. 776098 Hoje estreia as 21.15

Não aconselhável a men. de 18 anos
Fábio Testi, Mariangela Melato, Maurice Gabriel em
NADA
um filme de Claude Chabrol
Hoje às 14.00, 16.30 e 19.00
Últimas exibições do filme
VITÓRIA EM ENTEBBE

CASINO ESTORIL
17.00 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
FLIC STORY

CALEIDOSCÓPIO
Tel. 795093 14.00, 16.30, 19.00 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
Cary Grant, Ingrid Bergman
DIFAMAÇÃO
Um filme de Alfred Hitchcock
2.ª Semana

CASTIL
Tel. 630194

15.00, 17.00, 19.00 e 21.15
Não acons. maiores 18 anos
Laura Antonelli e Umberto Orsini
ENCONTRO DE AMOR EM BALI
Hoje ante-estreia às 24 h
Não acons. a men. 18 anos
CASAMENTO MODERNO

CONDES
Tel. 322523 14, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. menores de 13 anos
A missão impossível
O RAID RELÂMPAGO DOS COMANDOS
Com Charles Bronson

EDEN
Tel. 320768 14, 16.30 19 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
Barry Evans, Judy Geeson, Liz Frazer, Diana Dors em
2.ª semana
AS AVENTURAS DE UM MOTORISTA DE TÁXI
Um filme de Stanley Long

ESTÚDIO
Tel. 535134 15.00 17.00 19.00 21.00

Não acons. a menores de 18 anos
A VIDA ÍNTIMA DE UM CASAL
Um filme de Maurice Pialat

ESTÚDIO 444
Tel. 779095 14.30, 16.45 19 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos
SONHOS HÚMIDOS
4.ª semana
Real. Nicholas Ray e outros

IMPÉRIO
Tel. 555134/5 15.15, 18.30 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos
Catherine Deneuve e Jean-Louis Trintignant
A AGRESSÃO
(L'Agression)
Real. de Gerard Pirés

LONDRES
Tel. 801313 14.00, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
OH! MEUS AMIGOS
7.ª semana
Pietro Fermi

MUNDIAL
Tel. 538743 15.15 18.30 ,21.15

Não acons. a menores de 18 anos
VOU FAZER UM FILHO E VOLTO JÁ

STADIUM
Tel. 2112544 Às 19.00, 21.30

Não acons. a men. 18 anos
A INGLESA ROMANTICA
de Joseph Losey

DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA PAULA Em ARMAÇÃO DE PÊRA

NIMAS
Tel. 57431314.30, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos
CHOVE EM SANTIAGO
8.º mês de lotações esgotadas
O Chile de Allende e Pinochet

ODEON
Tel. 326283 Estreia as 21.15

Int. a men. de 18 anos
ADOLESCENCIA PERVERTIDA
Contém cenas event. chocantes

PATHÉ
Tel. 82193314,15, 16.30, 18.45, 21.15

Interdito a menores de 18 anos
BEL AMI
«Play Boy»
3.ª Semana
Este filme pode ser considerado pornográfico

POLITEAMA
Tel. 323805 14.15, 16.30, 19 e 21.30

Não acons. a menores de 13 anos
Uma autêntica tacada de riso
CARAMBOLA
2.ª semana

RESTELO
Tel. 610375 21.15

Não acons. a men. 13 anos
ELA TINHA O DIREITO DE VIVER

ROMA
Tel. 727778 Estreia às 21.15

A MUNDANA FELIZ
com Lynn Redgrave
Às 15.30 e 18.30
O TRITURADOR

ROXY
Tel. 48560 14.00, 16.30, 18.45 e 21.15

Um filme onde a perversidade não tem limites
VIAGEM AO INFERNO
com Christina Lindberg
Não acons. a men. de 18 anos

S. JORGE
Tel. 554153/4 15, 18.15 e 21.30

Não acons. a men. de 18 anos
«1900» — 1.ª PARTE
ATENÇÃO: A 2.ª PARTE de «1900» é estreada AMANHÃ no Cinema Mundial

TIVOLI
Tel. 570595 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos
Robert Redford e Dustin Hoffman em
OS HOMENS DO PRESIDENTE
4.ª Semana
Um filme de Alan J. Pakula

UNIVERSAL
Tel. 774402 15.00, 19.00, 21.00

Não acons. a menores de 13 anos
VIVA PORTUGAL
Um filme de Christiane Gerhards, Malte Rauch e Samuel Schirmbeck
Às 17 e 21 h **O ANO 01** um filme de Jacques Doillon, Alain Resnais e Jean Rouch

D. JOÃO V DAMAIA
Tel. 971794 Às 21.15

Não acons. a men. de 18 anos
BILLY JACK

rádio

1.º Programa

16.00: Musivária (E.R.C.); **17.00**: Canções da Europa; **17.30**: Orquestras; **18.00**: Música portuguesa; **19.00**: A agricultura que nós temos; **19.45**: Música instrumental; **20**: Jornal da noite; **20.30**: Conjuntos instrumentais; **21.00**: 17.º episódio do folhetim «Jane Eyre», de Charlotte Brontë, numa adaptação de Alice Ogando; **21.21**: Contraponto; **23.30**: Desporto no Mundo; **00.00**: Último jornal; **00.15**: Jazz; **00.30**: Música variada; **01.00**: Música na noite.

2.º Programa

16.00: Intercâmbio musical; **16.30**: «Vésperas de Nossa Senhora» e «Magnificat», de Monteverdi; **18.45**: Sinfonia em mi menor, op. 39, de Sibelius; **19.30**: As palavras dos músicos, pelo dr. João de Freitas Branco; **20.00**: Música de câmara de Beethoven; **20.57**: Sinfonia n.º 13, «Babi Yar», op. 113, de Shostakovitch; **22.00**: «Missa», em si bemol maior, de Schubert; **22.30**: Octeto para clarinete, trompa, fagote e quinteto de cordas, de Henk Badings; **23.00**: Intercâmbio musical; **23.50**: «Música de Glória», de Rossini; **01.00**: Fecho.

3.º Programa
Nacional e Regional (294 m)

16.00: Variante (continuação); **16.10**: Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo (repetição); **16.20**: Teatro em variante, por Fernando Midões; **16.40**: Mulher, agora e aqui, pela Comissão da Condição Feminina; **17.10**: Prevenção e saúde, pelo dr. Cruz Cardoso (repetição); **18.00**: Contacto; **18.30**: Actualidade; **18.45**: Fórmula 1; **19.30**: Trabalho de fundo; **20.15**: Antologia; **20.30**: Pesquisa; **21.00**: Música para meditar; **21.30**: Quando o telefone toca; **23.03**: Nocturno; **24.00**: Nocturno (continuação); **00.15**: Dia a dia com o passado; **00.40**: Falando de filatelia, por Carlos de Oliveira; **02.00**: Fecho.

3.º Programa
Local (187,5 m)

18.00: Entardecer; **18.15**: Sal e pimenta (repetição); **19.30**: Romance de uma cidade (repetição); **20.15**: A voz da esperança; **21.00**: Fecho.

4.º Programa
Emissão Total em Estereofonia

19.00: Em órbita; **20.00**: Programa da noite; **22.00**: Auditório; **24.00**: Prisma; **02.00**: Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

16.05: Sequência da tarde; **18.15**: Igreja em notícia — palavra do dia; **18.30**: Transmissão do terço; **19.00**: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **20.00**: Objectivo; **20.54**: Apelos; **21.05**: Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **22.00**: Quando o telefone toca; **22.30**: Temas vivos; **23.05**: Última hora; **23.30**: Actualidade económica; **23.55**: Meditando; **01.00**: Rotação; **02.00**: Encerramento da estação.

ESTE É O BOLETIM DE VOTO PARA O GRANDE PRÉMIO TV DA CANÇÃO

AS SETE CANÇÕES

GRANDE PRÉMIO TV DA CANÇÃO 1977
RTP – RADIOTELEVISÃO PORTUGUESA, EP

– publicação editora deste boletim –
Diário de Lisboa

Título da canção escolhida .....
..... com o n.º ☐
Cantada por .....
..... na versão ☐
Nome do concorrente .....
Endereço .....
Localidade ..... Telefone .....

Este é o seu boletim de voto individual, que será considerado nulo se não fôr correcta e completamente preenchido, em letra bem legível, com os nomes da canção e respectivo número de ordem e do intérprete e correspondente versão, exactamente nos mesmos termos apresentados na RTP. O seu nome e morada são também imprescindíveis.
Limite de recepção: até às 24 horas (locais) de 6ª feira, 18 de Fevereiro de 1977.

cole no endereço postal

PROGRAMA «AS SETE CANÇÕES»
RTP – RADIOTELEVISÃO PORTUGUESA, EP
APARTADO - 4186
LISBOA 1

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TECNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

Bebé raptado não aparece

Prosseguem sem resultados as diligências da Polícia Judiciária com vista à localização do bebé de três meses que, conforme noticiámos, teria sido raptado no passado dia 3 de casa dos seus pais, em Vale Figueira (Sacavém), por uma mulher com idade entre 20 e 30 anos, bem constituída, que usava cabelos até à altura dos ombros.

A presumível raptora, segundo a versão mais corrente, conheceu a mãe da criança durante uma consulta na Caixa de Previdência, em Bobadela, após o que lhe teria pedido o bebé «emprestado por algumas horas», uma vez que o seu filho se encontrava doente e que «não lhe carimbavam as receitas sem levar uma criança».

Uma vez na posse do bebé a raptora teria apanhado uma boleia até Moscavide, onde tomou lugar num táxi que seguiu para local desconhecido. O motorista de táxi em referência poderá prestar informações à P. J., que, por intermédio dos órgãos da Informação, lhe solicita para se pôr em contacto com o subinspector Manteigas ou agente Barata, da 4.ª Secção, através dos telefones 533131 e 535380.

CABO-VERDIANA NÃO DÁ NOTÍCIAS

As autoridades policiais continuavam esta manhã a desconhecer o paradeiro da jovem cabo-verdiana, Maria da Luz Fortes, empregada doméstica, raptada por um grupo de indivíduos quando, de regresso de uma festa na Estrela, se preparava para apanhar o comboio no Cais do Sodré.

O rapto, participado à Polícia de Segurança Pública, verificou-se na noite do passado dia 3: Maria da Luz encontrava-se então acompanhada de outras jovens suas amigas, quando um grupo de homens se aproximou, raptando a moça que era «forte e bonita», segundo a participação da P. S. P.

Maria da Luz é natural de S. Vicente (Cabo Verde) e trabalhava em casa de Ana Maria Pereira Caldas, residente na Rua dr. Oliveira Salazar, 2, em Paço de Arcos. As jovens que assistiram à cena afirmam que os raptores da sua amiga eram também de nacionalidade cabo-verdiana.

Antifascistas falarão na romagem ao túmulo de Delgado

Vários antifascistas de diferentes tendências políticas usarão da palavra depois de amanhã no cemitério dos Prazeres durante a anunciada romagem ao túmulo do general Humberto Delgado.

A romagem é convocada, como noticiámos, pela Comissão Executiva de Lisboa promotora da homenagem ao general, de que fazem parte, entre outras individualidades, o comandante Vítor Crespo, do Conselho da Revolução, coronel Carlos Vilhena, dr.ª Alcina Bastos, Carlos Alberto Alexandre Pinto, prof. Luís Dias Amado e drs. Urbano Tavares Rodrigues e Duarte Vidal.

Entretanto uma organização política tomou posição sobre a efeméride (doze anos do assassínio do antigo candidato à Presidência da República), chamando a atenção de todos os democratas e antifascistas para o que chama uma «romagem de luta» no momento em que o País «assiste, atónito, a incríveis manifestações de forças e figuras fascistas, à libertação e absolvição dos «pides» e a obscuras manobras no desmantelamento da rede terrorista».

CUNHAL EM ROMA

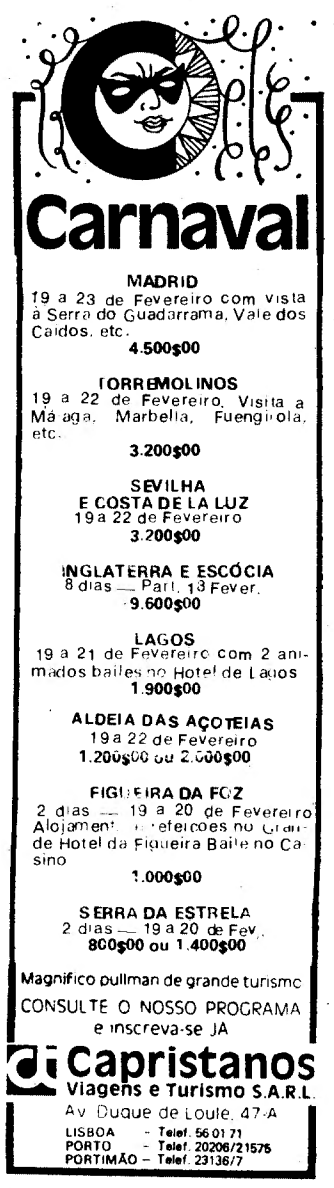
Amplo leque de contactos

Iniciaram-se ontem, em Roma, conversações entre delegações do Partido Comunista Português e do Partido Comunista Italiano. Neste primeiro encontro, participaram, pelo lado português, Álvaro Cunhal, secretário-geral, Carlos Costa, do C. C., e Vítor Neto, da S. I. P. e, pelo lado italiano, Luigi Longo, presidente do P. C. I., Enrico Berlinguer, secretário-geral, e Giancarlo Pajetta, do C. C., além de outros membros da direcção do partido.

A delegação do P. C. P., cuja visita tem suscitado um largo interesse por parte dos órgãos de Informação italianos, avista-se hoje com dirigentes do Partido Social-Democrata Italiano, do Partido Republicano, do Partido Socialista Italiano e com personalidades da Democracia Cristã. Terá ainda um encontro com o presidente da Câmara dos Deputados, Pietro ingrao, que é também destacado dirigente comunista.

Álvaro Cunhal e os restantes membros da delegação do P. C. P. chegaram ontem ao fim da tarde a Roma, idos do Maputo, onde participaram no 3.º Congresso da Frelimo, tendo sido recebidos no aeroporto de Fiumicino por Giancarlo Pajetta, encarregado das relações do P. C. I. com os partidos irmãos. Trata-se da primeira visita oficial de uma delegação do P. C. P. a Itália desde o 25 de Abril em Portugal, realizando-se a convite do P. C. I.

A delegação portuguesa deverá regressar a Lisboa no princípio da próxima semana, dando uma conferência de Imprensa antes de deixar a Itália.



NA SOREFAME

Demitiu-se Coordenadora do P.S.

A suspensão de dois militantes socialistas do núcleo da Sorefame, Jaime Marques e Manuel Matias Martins, ordenadas pela direcção do P. S., levou à demissão colectiva da Coordenadora do Núcleo daquele partido na empresa, segundo nos afirmou esta manhã, um delegado sindical, membro da Coordenadora.

O pedido de demissão dos responsáveis do núcleo é justificado num abaixo assinado que circula entre os militantes do P. S. na Sorefame, e onde se sublinha que as duas suspensões e as expulsões já executadas, conduzem «perigosamente o nosso partido e o Governo a uma situação de isolamento, de enfraquecimento do próprio partido, criando as condições que levam ao reforço das forças de direita».

O pretexto invocado para as suspensões terá sido a participação dos dois socialistas — que o abaixo assinado refere como dos melhores militantes do P. S. na Sorefame — na venda do «Militante Socialista», apelidado de «edição pirata» pela direcção do partido. No abaixo assinado pede-se ainda o levantamento das suspensões «repondo de novo no seio do nosso partido o debate democrático e a disciplina sobre a base do programa».

Segundo Almeida Santos

Procurador da República já foi escolhido

Já está nomeado e tomará brevemente posse do cargo de Procurador-Geral da República a individualidade escolhida pelo Presidente da República para o desempenho daquele alto cargo deixou transparecer o ministro Almeida Santos na troca de impressões que teve com os jornalistas, esta manhã, no Palácio da Justiça do Porto. Contudo, o ministro não adiantou o nome dessa individualidade, dizendo que tal é da competência do general Ramalho Eanes. Por outro lado, deixou, também antever que já foi nomeado o novo director da Polícia Judiciária, muito embora não referenciasse o seu nome. O ministro a uma pergunta que lhe foi feita sobre a ameaça de uma breve actuação no nosso país da internacional fascista declarou aos jornalistas que as autoridades estão atentas.

Almeida Santos que, nesta visita de dois dias ao Porto e aos concelhos de Gaia e de Matosinhos, se faz acompanhar do secretário de Estado da mesma pasta, visitou, esta manhã, as instalações do Palácio da Justiça. Foi ali recebido pelo presidente do Tribunal da Relação, pelo procurador da República, desembargadores, subdirector da P.J., magistrados e funcionários judiciais. Seguidamente, aquele membro do Governo visitou, ainda, da parte da manhã, as instalações do Instituto de Medicina Legal, onde foi recebido pelo respectivo director dr. José Eduardo Pinto da Costa, com quem trocou impressões acerca do funcionamento de várias carências daqueles serviços.

Pinheiro de Azevedo condecorado ontem na Embaixada da Jugoslávia

«Estas condecorações são um pouco contra a minha maneira de ser, mas aceito-as e com muita honra, quando concorrem para um objectivo que está para além da cerimónia em si», declarou o almirante Pinheiro de Azevedo, ontem condecorado com a Ordem da Grande Estrela Jugoslava, que lhe foi concedida pelo presidente Tito.

Ao mesmo tempo, foram também condecoradas outras personalidades que se encontraram com Tito durante a sua visita a Portugal, nomeadamente o general Altino de Magalhães e o general Passos Esmeriz, comandante-geral da G. N. R.

Pinheiro de Azevedo, nas declarações que prestou, afirmou ainda: «É importante não deixar morrer a chama que aproximou, nos primeiros dias do 25 de Abril, os ideais de Portugal e da Jugoslávia», acrescentando: «Acho que se mantém ainda neste momento com a mesma vivacidade e interesse e, portanto, todas as cerimónias, mesmo protocolares como esta, que têm por objectivo aproximar as intenções revolucionárias dos dois povos, são positivas.»

. Pronunciando-se, a pedido dos jornalistas, sobre o partido que iria fundar, o Movimento Democrático Social, Pinheiro de Azevedo, que poderá passar brevemente à reserva, segundo afirma um semanário hoje publicado, esclareceu que tinha sido contactado para dar apoio a um programa de um partido, por alguns intelectuais e políticos portugueses. Numa conferência de Imprensa a realizar brevemente, serão divulgados os nomes que subscreveram o documento.

Medeiros Ferreira hoje em Munique

A título particular seguiu esta tarde para a República Federal Alemã o ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Medeiros Ferreira, que em Munique participará no XIV Encontro Internacional da «Verlag Europäische Wehrkunde», organização ligada à N. A. T. O. O ministro fará ali uma conferência.

Entretanto parte no próximo domingo para a Suécia o ministro do Comércio e Turismo e da Agricultura e Pescas, António Barreto, que participará, em Estocolmo, na reunião da Comissão Consultiva da E. F. T. A.

Presidente da A.R. em Belém

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, recebeu ao princípio da tarde de hoje o presidente da Assembleia da República Vasco da Gama Fernandes. A audiência foi solicitada por Vasco da Gama Fernandes.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM DEZEMBRO: 45 813

Washington apoia eventual Governo negro na Rodésia

O Governo norte-americano apoiou hoje a implantação de um Governo negro na Rodésia e pediu ao Congresso que suprima por completo o comércio dos Estados Unidos com o regime de Ian Smith.

O secretário de Estado Cyrus Vance disse ante um Subcomité do Senado que «sob nenhuma circunstância» os Estados Unidos ajudarão Smith a impedir um regime maioritário e solicitou a proibição das importações de crómio rodesiano pelos Estados Unidos.

Vance sublinhou que a defesa nacional e a capacidade estratégica dos Estados Unidos não sofreriam nenhum prejuízo se fossem suprimidas as importações de crómio, permitidas por uma emenda legal que viola o bloqueio comercial imposto à Rodésia pela O. N. U.

«Não nos prejudicará nem económica nem estrategicamente. Pelo contrário, reforçará a nossa posição e aumentará a nossa estatura internacional» — disse Vance ao solicitar a revogação da «Emenda Byrd».

Tome nota

AUSTERIDADE...

De vez em quando a RTP além de dar notícias, deformando-as, resolve também comentar, analisar e opinar.

Assim aconteceu na 2.ª edição do Telejornal do dia 9 do corrente. A RTP, manifestamente preocupada em «dar uma mãozinha» às pressões governamentais, depois de referir as greves e a paralisação da Função Pública, sentenciou com ar solene:

«Os portugueses podem legitimamente perguntar agora se (...) será este o primeiro passo de austeridade que todos temos prometido já vai para dois anos» (sic).

Muitos cidadãos perguntarão onde foi a RTP buscar a autoridade moral para falar em «austeridade»? Terá ido buscá-la aos 124 contos gastos em «whisky» no célebre «cocktail» de 12 de Dezembro?

JÁ SE SABE...

A Polícia Judiciária do Porto deslindou o «caso das carrinhas» e desmantelou a respectiva organização terrorista, que organizou assaltos, colocou bombas e praticou muitos outros actos criminosos. Vale a pena recordar, agora, o comunicado do C. D. S. distribuído no dia 3 de Setembro do ano passado, a propósito dos rebentamentos ocorridos de madrugada poucas horas antes da visita de Ramalho Eanes ao Porto:

«O momento e os alvos escolhidos para estes criminosos atentados, revelam os seus autores: as forças que sempre se opuseram ao general Ramalho Eanes, ao 25 de Novembro e à democracia.»

Mais adiante sublinhava o C. D. S. que «enquanto não forem investigados, julgados e punidos todos quantos antes e depois do 25 de Abril, fizeram da violência a sua arma e a sua política, o povo não terá paz nem ordem democrática».

Recorde-se que os criminosos que no dizer do C. D. S. «sempre se opuseram ao general Ramalho Eanes, ao 25 de Novembro e à democracia» são os mesmos que pouparam a sede do partido de Freitas do Amaral. Com efeito, a bomba que no mesmo dia foi colocada na sede dos centristas, no Porto, não tinha capacidade de rebentar. Era uma «bomba de amigos».

E já se sabe quem são...